



CÂMARA MUNICIPAL  
DE ARRAIOLOS

# RELATÓRIO

# 2025

Anexo às Demonstrações Financeiras  
Anexo às Demonstrações Orçamentais



**Município de Arraiolos**

---

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**ANO 2025**



**Município de Arraiolos**

---

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS.....	9
I.1 Estrutura Política.....	9
I.2 Estrutura Organizacional.....	10
I.3 Recursos Humanos.....	11
II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO.....	16
II.1 Análise Orçamental.....	16
II.1.1 Orçamento.....	16
II.1.2 Equilíbrio Orçamental.....	18
II.1.3 Receita Orçamental.....	19
II.1.4 Despesa Orçamental.....	20
II.1.5 Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Plano de Atividades Municipais (PAM).....	22
II.1.6 Indicadores Orçamentais.....	33
II.2 Análise Económico-Financeira.....	35
II.2.1 Análise ao Balanço.....	36
II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados.....	39
II.2.3 Indicadores económico-financeiros.....	41
II.2.4 Endividamento Municipal.....	43
II.2.5 Fundo de Financiamento e Descentralização e Fundo Social Municipal.....	45
III - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	47
IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	49
IV.1 Balanço.....	49
IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza.....	50



## Município de Arraiolos

---

IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa.....	51
IV.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido.....	52
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	53
V.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	53
V.1.1 Identificação da entidade e período de relato.....	53
V.1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	54
V.1.3 Rubrica de caixa e em depósitos bancários.....	55
V.2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	56
V.2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras....	56
V.2.2 Principais políticas contabilísticas.....	57
V.2.2.1 Ativos fixos tangíveis.....	57
V.2.2.2 Propriedades de investimento.....	61
V.2.2.3 Ativos intangíveis.....	62
V.2.2.4 Acordos de concessão de serviços: Concedente.....	63
V.2.2.5 Locações.....	65
V.2.2.6 Participações financeiras.....	65
V.2.2.7 Imparidade de ativos.....	66
V.2.2.8 Inventários.....	67
V.2.2.9 Instrumentos financeiros.....	67
V.2.2.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	69
V.2.2.11 Regime do acréscimo.....	70
V.2.2.12 Acontecimentos após a data do relato.....	71
V.2.2.13 Julgamentos e estimativas.....	72
V.2.2.14 Principais pressupostos relativos ao futuro.....	72
V.2.2.15 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.....	73



## Município de Arraiolos

---

V. 3 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	74
Nota 3 - Ativos Intangíveis.....	74
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente.....	76
Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis.....	80
Nota 6 – Locações.....	84
Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos.....	85
Nota 9 - Imparidade de ativos.....	88
Nota 10 - Inventários.....	90
Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação.....	91
Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	93
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	95
Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato.....	97
Nota 18 - Instrumentos financeiros.....	98
Outras divulgações.....	104
Nota 23 - Alterações no património líquido.....	104
Nota 24 – Diferimentos.....	106
Nota 25 - Rendimentos e ganhos.....	108
Nota 26 - Gastos e perdas.....	109
Nota 27 - Transferências e Subsídios concedidos.....	110
Nota 28 - Fornecimentos e serviços externos.....	111
Nota 29 – Gastos com Pessoal.....	114
Nota 30 – Depreciações.....	116
VI - CONTABILIDADE DE GESTÃO.....	117
VII – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	121
VII.1 DDORC – Demonstração do Desempenho Orçamental.....	121
VII.2 DOREC – Demonstração de Execução Orçamental da Receita.....	125
VII.3 DODES – Demonstração de Execução ao Orçamento da Despesa.....	127



## **Município de Arraiolos**

---

VII.4 DTAS – Dívida a Terceiros por Antiguidade de Saldos.....	129
VII.5 DPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	130
VII.6 Operações de Tesouraria.....	131



## Município de Arraiolos

---

### INTRODUÇÃO

A presente prestação de contas, relativa ao exercício de 2025, traduz de forma sistematizada a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Arraiolos na prossecução das suas atribuições e competências, evidenciando o grau de execução das opções políticas definidas e sufragadas pela população. Este relatório enquadra-se num contexto marcado por exigências acrescidas na gestão dos recursos públicos, pela necessidade de assegurar respostas eficazes às necessidades das populações e pelos desafios decorrentes do atual enquadramento económico e financeiro das autarquias locais.

Avultam neste capítulo as novas responsabilidades decorrentes do processo de transferência de competências, nomeadamente na educação, que, como tem sido amplamente demonstrado, não foram acompanhadas da transferência de recursos financeiros necessários e adequados para lhes fazer face, como se verá detalhadamente em II.2.5 Fundo de Financiamento e Descentralização e Fundo Social Municipal.

Ao longo do período em análise, o Município manteve como linhas orientadoras a defesa dos serviços públicos de proximidade, a promoção do desenvolvimento económico local, a valorização do território e a melhoria das condições de vida das populações, prossequindo uma estratégia assente na responsabilidade, no rigor e na transparência da gestão municipal. A ação desenvolvida procurou, assim, dar continuidade aos compromissos assumidos no âmbito do mandato, assegurando a concretização de investimentos considerados estruturantes, bem como a manutenção e reforço das respostas nas áreas sociais, educativas, culturais e infraestruturais.

Importa ainda destacar que a atividade municipal exigiu uma gestão criteriosa de forma a garantir a estabilidade financeira do Município e dar continuidade a um conjunto alargado de iniciativas e projetos relevantes para o concelho.

O presente relatório reflete, assim, o compromisso da Câmara Municipal de Arraiolos com uma gestão pública orientada para o interesse coletivo, sustentada na valorização dos recursos locais, na coesão territorial e social e na afirmação de um poder local democrático, participado e ao serviço das populações.

O presente documento procede, assim, a uma análise detalhada da execução orçamental e da situação económico-financeira do Município, evidenciando as principais fontes de receita, a estrutura da despesa, os investimentos realizados e os encargos associados ao funcionamento dos serviços municipais. São igualmente apresentados os



## Município de Arraiolos

---

resultados do exercício, a evolução do endividamento municipal e as variáveis determinantes para o desempenho financeiro da autarquia ao longo do período em análise.

A elaboração deste relatório dá cumprimento ao enquadramento legal aplicável, designadamente ao previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, assegurando a prestação de contas perante a população e os órgãos de fiscalização e reforçando o compromisso do Município com a transparência, o rigor e a boa gestão dos recursos públicos. Em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, é apresentado o Relatório de Gestão, integrando o Anexo às Demonstrações Financeiras e o Anexo às Demonstrações Orçamentais, relativos ao exercício de 2025.

Neste âmbito, o relatório contempla a análise das linhas de orientação da atividade municipal, em articulação com os instrumentos de planeamento — designadamente o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipais — e o respetivo grau de execução.

É igualmente desenvolvida a análise da execução orçamental, ao nível da receita e da despesa, bem como dos principais indicadores, destacando-se o cumprimento das regras previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente no que respeita ao equilíbrio orçamental corrente e a uma taxa de execução da receita superior a 85%. No que concerne à situação financeira, salienta-se o cumprimento dos limites legais de endividamento, a inexistência de pagamentos em atraso superiores a 90 dias e a existência de uma margem de endividamento disponível bastante confortável, no montante de 4,059 milhões de euros.

Os indicadores analisados evidenciam uma situação económico-financeira globalmente equilibrada e sustentável, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, incluindo o cumprimento integral da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Paralelamente, o Município manteve e reforçou a sua política de proximidade, através da colaboração com as Freguesias do concelho, bem como com diversas instituições e associações de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, contribuindo para o desenvolvimento integrado do território.



## **Município de Arraiolos**

---

No domínio social, prosseguiu-se uma intervenção ativa e consistente, materializada na dinamização de iniciativas nas áreas da educação, cultura, desporto e lazer, orientadas para a promoção do bem-estar das populações, da inclusão social e da redução das desigualdades.

Face ao exposto, considera-se que os documentos de prestação de contas relativos a 2025 refletem, com rigor técnico e substância, a atividade desenvolvida e a situação do Município, reunindo as condições necessárias para a sua apreciação e aprovação pelos órgãos municipais competentes.



## Município de Arraiolos

---

### I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

#### I.1 Estrutura Política

A organização política do Município baseia-se em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, responsável pelo exercício das funções executivas, e a Assembleia Municipal, que assegura as competências de apreciação e fiscalização da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por cinco membros - um Presidente e quatro Vereadores.

Por sua vez, a Assembleia Municipal de Arraiolos é constituída por 21 membros, dos quais 15 são eleitos por sufrágio direto e 6 por inerência, correspondentes aos Presidentes das Juntas de Freguesia.

Na sequência das eleições autárquicas realizadas a 12 de outubro de 2025, foram eleitos os novos órgãos municipais, tendo-se mantido a maioria política da mesma coligação partidária.

De 1 de janeiro a 26 de outubro de 2025, o executivo teve a seguinte composição:

- Presidente: Sílvia Cristina Tirapicos Pinto
- Vice-Presidente: Jorge Joaquim Piteira Macau
- Vereador: João Paulo Goulão Campos
- Vereadora: Carla Gertrudes Ramires Romana
- Vereadora: Delfina Bárbara Correia dos Santos Lima

A partir de 27 de outubro e até 31 de dezembro de 2025, o executivo passou a ter seguinte composição:

- Presidente: Jorge Joaquim Piteira Macau
- Vice-Presidente: Rodrigo José de Deus Panelas
- Vereadora: Ana Raquel Portalegre Tomaz
- Vereadora: Carla Gertrudes Ramires Romana
- Vereador: Gonçalo Alexandre Coelho Lopes

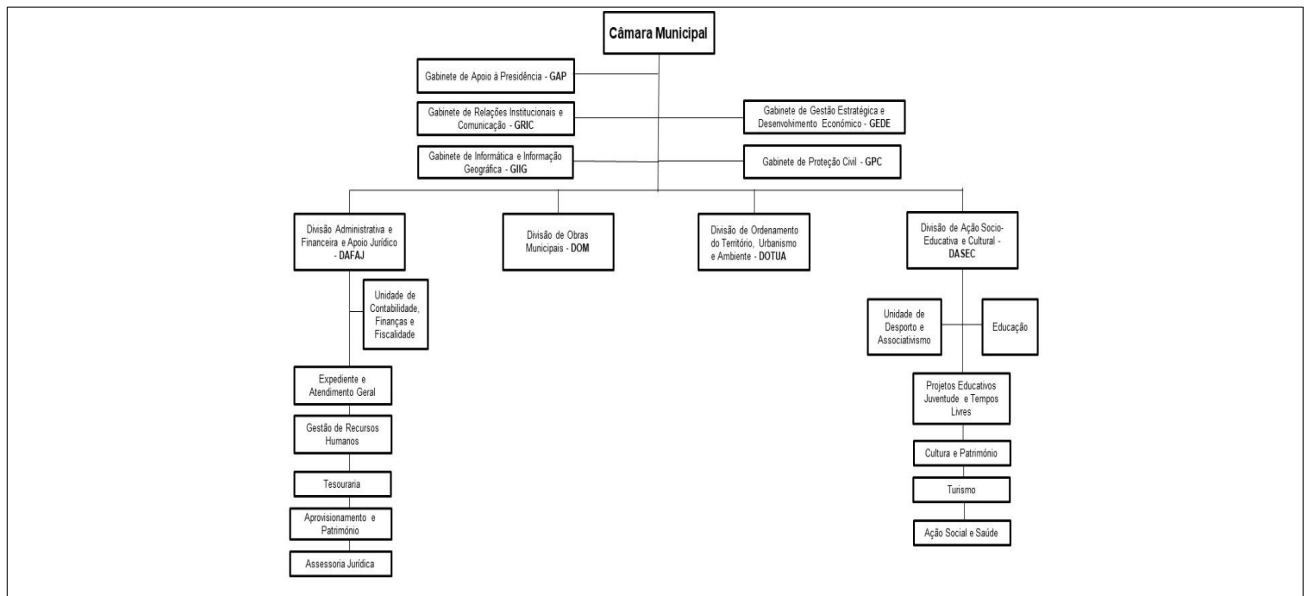


## Município de Arraiolos

### I.2 Estrutura Organizacional

O modelo de estrutura orgânica do Município de Arraiolos, aprovado em reunião de Câmara de 29 de novembro de 2023 e em reunião de Assembleia Municipal de 13 de dezembro de 2023 (publicado no despacho n.º 6721 de 26/05/2022, na 2ª série do Diário da República), encontra-se representado no seguinte organograma:

#### 2.1 Organograma em 31 de dezembro de 2025





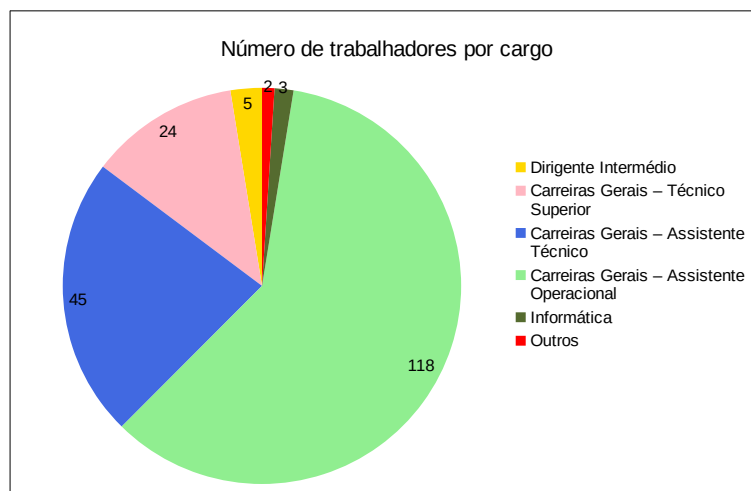
## Município de Arraiolos

### I.3 Recursos Humanos

Nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adaptou a Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro, às autarquias locais, o Município, aprovou em reunião de Câmara de 29 de novembro de 2024 e em reunião de Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2024, o mapa de pessoal para 2025.

Existem 197 trabalhadores ao serviço no Município de Arraiolos, a 31 de dezembro de 2025, distribuídos da seguinte forma: 30 técnicos superiores (nos quais estão incluídos: 4 chefes de divisão, 1 coordenador da proteção civil e um dirigente intermédio de 3º grau), 3 na carreira de informática, 45 assistentes técnicos (dos quais 10 são coordenadores técnicos), 118 assistentes operacionais e 1 chefe de gabinete no Gabinete de Apoio à Presidência.

Como referido no parágrafo anterior, no final de 2025, o número de trabalhadores ao serviço, foi de 197 trabalhadores, número que representa uma diminuição de 8 trabalhadores face ao ano de 2024. Esta diminuição foi apurada através da entrada de 17 trabalhadores (admissões, mobilidades, regressos de baixa há mais de 6 meses e de licença parental) e da saída de 25 trabalhadores (aposentações, mobilidades, baixa há mais de 6 meses e de licença parental). No decorrer de 2025 existiram 3 novos contratos, fruto de procedimentos concursais.



Como se pode verificar da leitura do gráfico anterior, 59,9 % dos trabalhadores do Município de Arraiolos enquadram-se na carreira de assistente operacional, seguindo-se as carreiras de assistente técnico com 22,8 % do total e de técnico superior com 13,2% do total.

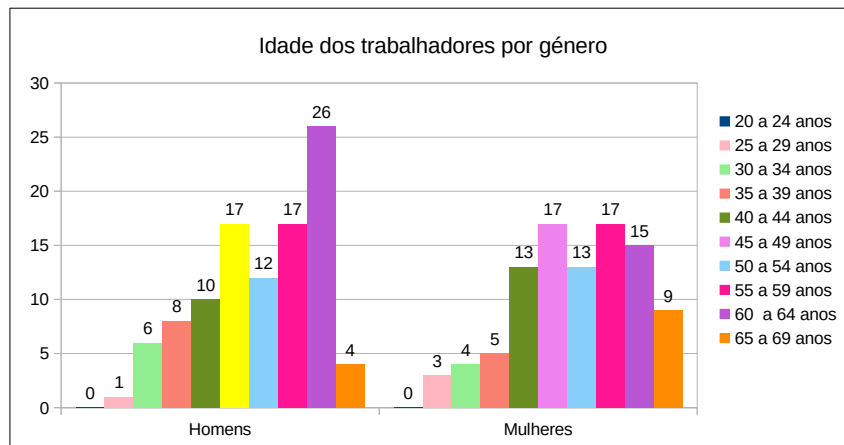


## Município de Arraiolos

O gráfico abaixo descreve a percentagem de trabalhadores por género. No total, 51,3 % dos trabalhadores são do género masculino, sendo este o género predominante na carreira de assistente operacional, onde representa 56,8 % do total da carreira. O género feminino corresponde a 48,7 % do total dos trabalhadores, e assume relevância na carreira de técnico superior onde representa aproximadamente 71 % do total na carreira.



A estrutura etária dos trabalhadores é envelhecida, 57,4 % dos trabalhadores tem mais de 50 anos sendo que destes, 27,4 % tem mais de 60 anos. A percentagem de trabalhadores entre os 40 e 50 anos representa 28,9 %. Apenas 13,7 % dos trabalhadores tem menos de 40 anos, dos quais, somente 2 % tem menos de 30 anos.

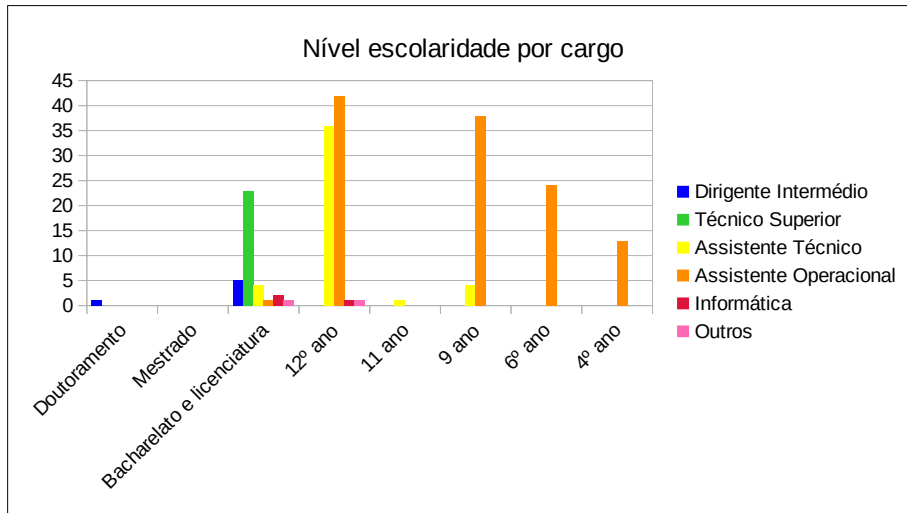


Relativamente ao nível da escolaridade, 40,1 % dos trabalhadores possui habilitações iguais ou inferiores ao 9º ano, e destes, cerca de 6,6 % possui apenas o 4º ano de escolaridade. Esta percentagem, ainda bastante elevada, está relacionada com a estrutura envelhecida dos trabalhadores, contudo, tem existido uma diminuição de ano para ano.

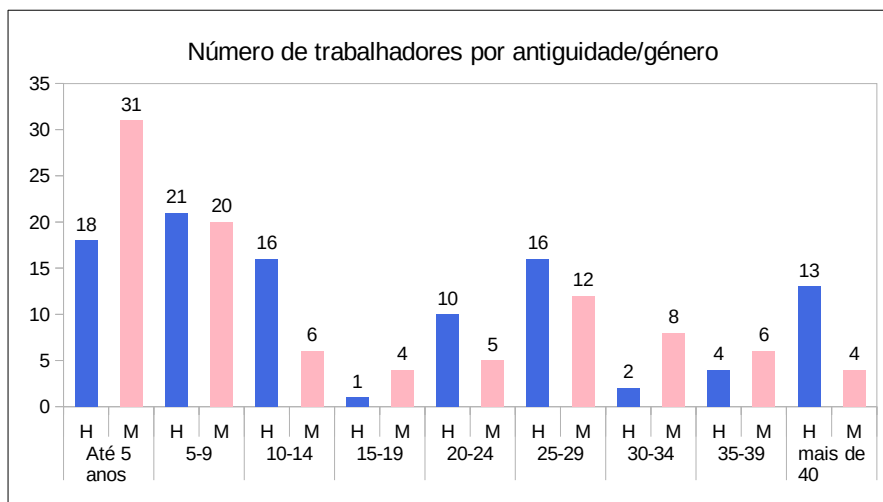


## Município de Arraiolos

O nível de escolaridade que mais se destaca é o 12º ano, que representa 40,6 % do total. A percentagem de trabalhadores com habilitações iguais ou superiores à licenciatura é de apenas 18,8 %, existindo ainda 0,5 % dos trabalhadores com o 11º ano de escolaridade.



Quando analisamos o pessoal ao serviço por antiguidade, número de anos de serviço na autarquia, constata-se que existem um escalão predominante, o escalão até 5 anos, em que 24,9 % dos trabalhadores (49 pessoas) assinou contrato com o Município há menos de 5 anos, segue-se o escalão entre os 5-9 com 20,8 % (41 pessoas) e, de seguida, o escalão entre os 25-29 com 14,2 % (28 pessoas). No entanto, é de realçar que existem 8,6 % (17 pessoas) que assinaram contrato há mais de 40 anos.

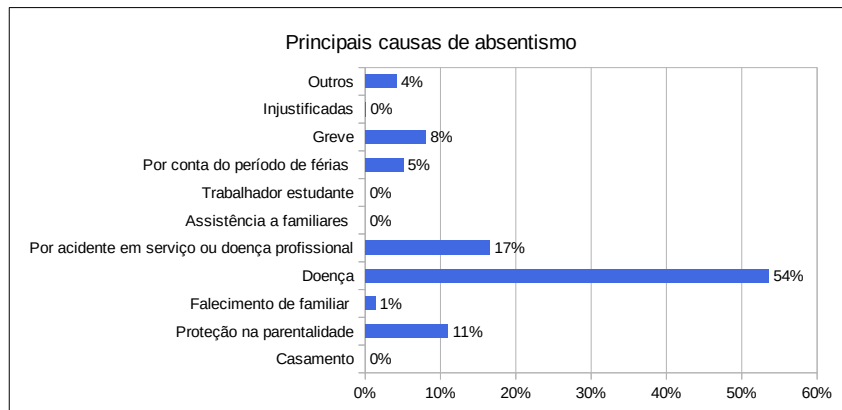


No que diz respeito ao absentismo, tanto no género feminino como no masculino a doença é a principal causa para a ausência no trabalho, representando 18,1 % para os homens e 35,5 % para as mulheres. Em segundo lugar, para o género masculino, aparece a causa

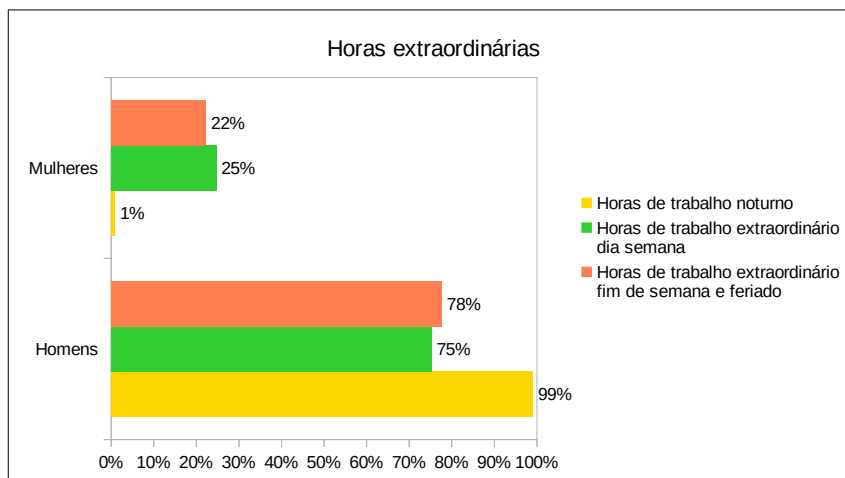


## Município de Arraiolos

“acidente em serviço ou doença profissional” com 11,5 % enquanto que para o género feminino aparece a causa “proteção na parentalidade” com 11 %. O gráfico seguinte apresenta os valores totais de absentismo.



As horas extraordinárias representaram, em 2025, um total de 38.430 horas distribuídas por horas de trabalho noturno, horas de trabalho extraordinário em dias da semana e horas de trabalho extraordinário ao fim de semana e feriados.



Resumindo, o balanço social do Município reflete uma pirâmide etária envelhecida, em que apenas 2 % dos trabalhadores possui idades inferiores a 30 anos e 57,4 % tem mais de 50 anos.

No total da despesa paga, as despesas com pessoal ascenderam durante o ano 2025 a 5.206.372,48 €, o que representa um acréscimo em relação a 2024 de 254.797,44 €, mais 5,1 %. Este aumento justifica-se pelas alterações de posicionamento remuneratório e base remuneratória previstas na Lei.



## **Município de Arraiolos**

---

Ao longo do ano de 2025, a autarquia manteve a colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, aceitando projetos para pessoas de estratos sociais desfavorecidos e para pessoas com deficiência ou incapacidade que tenham uma capacidade de trabalho reduzida, contando com 12 trabalhadores integrados em projetos dessa natureza, a exercer funções nos diversos serviços da autarquia.



## II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

### II.1 Análise Orçamental

#### II.1.1 Orçamento

O Orçamento do ano 2025 da autarquia foi elaborado de acordo com os princípios da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26, tendo sido aprovado pelo órgão executivo em 29 de novembro de 2024 e pelo órgão deliberativo a 19 de dezembro de 2024. Inicialmente o orçamento contemplava, tanto na receita como na despesa, o montante de 17.340.874,00 €.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a uma alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei, designadamente os pontos que se mantêm em vigor no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL), os quais passamos a citar:

*“8.3.1.2 - Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.*

*8.3.1.3 - O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trata da aplicação de:*

- a) Receitas legalmente consignadas;*
- b) Empréstimos contratados;”*

Ao longo de 2025 foram realizadas 15 alterações, 13 alterações permutativas e 2 alterações modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para 19.559.025,86 €. A alteração modificativa para incorporação do saldo de gerência do ano anterior, foi a alteração com maior impacto, no montante de 2.006.541,67 €.

Os quadros seguintes evidenciam, o valor das previsões corrigidas, por rubrica, tanto ao nível da receita como da despesa, assim como o grau de execução das mesmas.



## Município de Arraiolos

Rubrica	DOREC Designação	Previsões corrigidas	Execução	Grau Execução
R1.1	Impostos diretos	1 914 287,00 €	1 912 181,40 €	99,89%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	191 039,00 €	146 703,78 €	76,79%
R4	Rendimentos de propriedade	659 794,00 €	530 065,80 €	80,34%
R5.1	Transferências correntes	9 194 679,00 €	9 185 128,68 €	99,90%
R6	Venda de bens e serviços	1 667 870,00 €	1 316 257,00 €	78,92%
R7	Outras receitas correntes	20 600,00 €	19 706,77 €	95,66%
R8	Venda de bens de investimento	75 165,00 €	56 260,00 €	74,85%
R9.1	Transferências de capital	2 580 285,19 €	2 408 181,39 €	93,33%
R10	Outras receitas de capital	40,00 €	0,00 €	0,00%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	31 700,00 €	30 648,10 €	96,68%
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
R13	Receita com passivos financeiros	1 217 025,00 €	1 217 000,00 €	100,00%
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	2 006 541,67 €	2 006 541,67 €	100,00%
<b>Total</b>		<b>19 559 025,86 €</b>	<b>18 828 674,59 €</b>	<b>96,27%</b>

Rubrica	DODES Designação	Previsões corrigidas	Execução	Grau Execução
D1	Despesas com o pessoal	5 712 539,00 €	5 206 372,48 €	91,14%
D2	Aquisição de bens e serviços	5 466 634,00 €	4 242 061,80 €	77,60%
D3	Juros e outros encargos	125 550,00 €	76 620,17 €	61,03%
D4.1	Transferências correntes	1 585 480,00 €	1 455 442,00 €	91,80%
D5	Outras despesas correntes	393 150,00 €	333 632,49 €	84,86%
D6	Aquisição de bens de capital	4 874 592,86 €	3 373 247,54 €	69,20%
D7.1	Transferências de capital	558 200,00 €	521 211,47 €	93,37%
D8	Outras despesas de capital	573 210,00 €	187 653,17 €	32,74%
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	269 670,00 €	267 653,38 €	99,25%
<b>Total</b>		<b>19 559 025,86 €</b>	<b>15 663 894,50 €</b>	<b>80,09%</b>



## Município de Arraiolos

### II.1.2 Equilíbrio Orçamental

Nos termos do art.º 40º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, o conceito de equilíbrio orçamental corrente inclui a amortização média de empréstimos de médio e longo prazos. O n.º 2 do art.º 40º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro refere que “...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”. Não obstante ao referido no n.º 2 art.º 40º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, de acordo com o n.º 5 do mesmo artigo, no equilíbrio orçamental é contemplado também o valor do saldo de gerência utilizado (na revisão orçamental) para financiar a despesa corrente.

Os quadros seguintes permitem verificar a amortização média de empréstimos e o respetivo equilíbrio orçamental.

Amortização Média de Empréstimos					
Nº Empréstimo	Capital contratado	Capital Dívida 01-01-2014	Ano de Amortização final do empréstimo	Nº Anos	Média Amortizações
9015 005722 8 91	1 000 000,00 €	809 504,82 €	2028	15	53 966,99 €
9015 005770 8 91	300 000,00 €	242 851,45 €	2028	15	16 190,10 €
9015 005771 6 91	683 500,00 €	553 296,54 €	2028	15	36 886,44 €
3390168830009	122 607,00 €	116 581,57 €	2029	16	7 286,35 €
3390168830010	126 636,00 €	118 838,78 €	2029	16	7 427,42 €
33901168830011	207 402,00 €	194 631,87 €	2029	16	12 164,49 €
0114/004305/691	548 020,00 €	- €	2033	15	36 534,67 €
0114/004326/991	1 100 000,00 €	- €	2034	15	73 333,33 €
59076483739	1 217 000,00 €	- €	2039	15	81 133,33 €
				<b>Total</b>	<b>324 923,11 €</b>

Equilíbrio Orçamental art. 40º Lei nº 73/2013 de 3 de setembro	
Receita Corrente cobrada bruta	13 122 763,79 €
Saldo gerência	1 589 000,00 €
<b>Sub-total</b>	<b>14 711 763,79 €</b>
Despesa corrente paga	11 314 128,94 €
Amortizações média dos empréstimos de médio e longo prazos	324 923,11 €
<b>Sub-total</b>	<b>11 639 052,05 €</b>
<b>Equilíbrio (excedente)</b>	<b>3 072 711,74 €</b>

O quadro acima, demonstra que o Município durante o ano 2025, cumpriu as regras do equilíbrio orçamental, no âmbito do art.º 40º da Lei n.º 73/2013, com um excedente de 3.072.711,74 €.



## Município de Arraiolos

### II.1.3 Receita Orçamental

A receita total cobrada em 2025 atingiu 18.828.674,59 €, (13.110.043,43 € de receitas correntes, 2.464.441,39 € de receita de capital, 2.006.541,67 € do saldo de gerência, 1.217.000,00 € de empréstimo bancário e 30.648,10 € de reposições não abatidas nos pagamentos), representando um grau de execução de 96,3 %, relativamente às dotações corrigidas do orçamento da receita. Foi claramente cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, que impõe como limite de execução da receita, 85%.

Do total da receita efetiva, 15.359.986,05 € tiveram origem em receitas próprias e 245.146,87 € em financiamentos comunitários.

Comparativamente com o exercício de 2024 verificou-se um acréscimo da receita de 2.382.294,43 €, que corresponde a mais 16,5 %, crescimento devido, fundamentalmente, a: receita não efetiva (empréstimo bancário), impostos diretos e transferências do Orçamento de Estado.

As transferências correntes (R5.1) com as transferências de capital (R9), representam 61,6% no total da receita, cujo a percentagem preponderante é aquela que provém do Orçamento de Estado, mantendo assim uma posição dominante na estrutura da receita.

O quadro seguinte evidencia o desempenho orçamental ao nível da receita.

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL									
		Período			01-01-2025		31-12-2025		
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2024	
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL		
<b>RA01</b>	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>2 006 541,67 €</b>				<b>3 622,97 €</b>	<b>2 010 164,64 €</b>	<b>1 559 759,69 €</b>	
RI01	Operações orçamentais [1]	2 006 541,67 €					2 006 541,67 €	1 557 580,48 €	
RI03	Operações de tesouraria [A]					3 622,97 €	3 622,97 €	2 179,21 €	
<b>RA02</b>	<b>Receita corrente</b>	<b>13 049 403,53 €</b>		<b>60 639,90 €</b>			<b>13 110 043,43 €</b>	<b>11 908 754,04 €</b>	
R1.1	Impostos diretos	1 912 181,40 €					1 912 181,40 €	1 521 057,79 €	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	146 703,78 €					146 703,78 €	169 121,93 €	
R4	Rendimentos de propriedade	530 065,80 €					530 065,80 €	433 956,73 €	
R5.1	Transferências correntes	9 124 488,78 €		60 639,90 €			9 185 128,68 €	8 564 337,79 €	
R6	Venda de bens e serviços	1 316 257,00 €					1 316 257,00 €	1 192 796,79 €	
R7	Outras receitas correntes	19 706,77 €					19 706,77 €	27 483,01 €	
<b>RA03</b>	<b>Receita de capital</b>	<b>2 279 934,42 €</b>		<b>184 506,97 €</b>			<b>2 464 441,39 €</b>	<b>2 508 749,61 €</b>	
R8	Venda de bens de investimento	56 260,00 €					56 260,00 €	30 037,11 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	2 223 674,42 €		184 506,97 €			2 408 181,39 €	2 478 712,50 €	
<b>RA04</b>	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>15 359 986,05 €</b>		<b>245 146,87 €</b>			<b>15 605 132,92 €</b>	<b>14 439 838,49 €</b>	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	30 648,10 €					30 648,10 €	22 334,84 €	
<b>RA05</b>	<b>Receita não efetiva [3]</b>				<b>1 217 000,00 €</b>		<b>1 217 000,00 €</b>		
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros				1 217 000,00 €		1 217 000,00 €		
<b>RA06</b>	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>17 366 527,72 €</b>		<b>245 146,87 €</b>		<b>1 217 000,00 €</b>	<b>18 828 674,59 €</b>	<b>15 997 418,97 €</b>	
ROT1	Operações de tesouraria [B]					78 353,54 €	78 353,54 €	75 884,98 €	



## Município de Arraiolos

### II.1.4 Despesa Orçamental

O orçamento teve uma execução na despesa de 15.663.894,50 €, o que representa uma execução de 80,1 % das dotações.

O total da despesa executada distribui-se da seguinte forma: 14.201.747,63 € de receitas próprias, 245.146,87 € de financiamentos da União Europeia e 1.217.000,00 € de empréstimos bancários.

Os quadros seguintes evidenciam o desempenho orçamental ao nível da despesa.

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL									
							Período	01-01-2025	31-12-2025
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2024	
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS			
<b>DA01</b>	<b>Despesa corrente</b>	<b>11 253 489,04 €</b>			<b>60 639,90 €</b>		<b>11 314 128,94 €</b>	<b>11 146 723,84 €</b>	
D1	Despesas com o pessoal	5 206 372,48 €					5 206 372,48 €	4 951 575,04 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	4 197 161,81 €			44 899,99 €		4 242 061,80 €	4 318 373,58 €	
D3	Juros e outros encargos	76 620,17 €					76 620,17 €	92 606,17 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	1 455 442,00 €					1 455 442,00 €	1 457 435,91 €	
D5	Outras despesas correntes	317 892,58 €			15 739,91 €		333 632,49 €	326 733,14 €	
<b>DA02</b>	<b>Despesa de capital</b>	<b>2 680 605,21 €</b>			<b>184 506,97 €</b>	<b>1 217 000,00 €</b>	<b>4 082 112,18 €</b>	<b>2 571 814,12 €</b>	
D6	Aquisição de bens de capital	1 971 740,57 €			184 506,97 €	1 217 000,00 €	3 373 247,54 €	2 154 992,31 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	521 211,47 €					521 211,47 €	368 807,39 €	
D8	Outras despesas de capital	187 653,17 €					187 653,17 €	48 014,42 €	
<b>DA03</b>	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>13 934 094,25 €</b>			<b>245 146,87 €</b>	<b>1 217 000,00 €</b>	<b>15 396 241,12 €</b>	<b>13 718 537,96 €</b>	
<b>DA04</b>	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>267 653,38 €</b>					<b>267 653,38 €</b>	<b>272 339,34 €</b>	
D9	Despesa com ativos financeiros								
D10	Despesa com passivos financeiros	267 653,38 €					267 653,38 €	272 339,34 €	
<b>DA05</b>	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>14 201 747,63 €</b>			<b>245 146,87 €</b>	<b>1 217 000,00 €</b>	<b>15 663 894,50 €</b>	<b>13 990 877,30 €</b>	
DOT1	Operações de tesouraria [C]					80 261,17 €	80 261,17 €	74 441,22 €	
<b>DA06</b>	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>3 164 780,09 €</b>					<b>1 715,34 €</b>	<b>2 010 164,64 €</b>	
DA15	Despesa total [5] + [6]	14 201 747,63 €			245 146,87 €	1 217 000,00 €	15 663 894,50 €	13 990 877,30 €	

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA										
								Período:	01-01-2025	31-12-2025
Rubrica	Designação	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de Execução Orçamental %		
		(2)	(4)	(5)	(8)	(9)=(4)-(5)	(10) = (5) - (8)			
	<b>Despesa corrente</b>	<b>13 283 353,00 €</b>	<b>12 342 130,19 €</b>	<b>11 592 645,71 €</b>	<b>11 314 128,94 €</b>	<b>749 484,48 €</b>	<b>278 516,77 €</b>	<b>85,18</b>		
D1	Despesas com o pessoal	5 712 539,00 €	5 335 196,93 €	5 325 473,66 €	5 206 372,48 €	9 723,27 €	119 101,18 €	91,14		
D2	Aquisição de bens e serviços	5 466 634,00 €	5 069 030,08 €	4 386 355,71 €	4 242 061,80 €	682 674,37 €	144 293,91 €	77,60		
D3	Juros e outros encargos	125 550,00 €	77 520,17 €	76 620,17 €	76 620,17 €	900,00 €	0,00 €	61,03		
D4	Transferências e subsídios correntes	1 585 480,00 €	1 498 588,27 €	1 461 907,37 €	1 455 442,00 €	36 680,90 €	6 465,37 €	91,80		
D5	Outras despesas correntes	393 150,00 €	361 794,74 €	342 288,80 €	333 632,49 €	19 505,94 €	8 656,31 €	84,86		
	<b>Despesa de capital</b>	<b>6 275 672,86 €</b>	<b>5 897 640,58 €</b>	<b>4 434 260,50 €</b>	<b>4 349 765,56 €</b>	<b>1 463 380,08 €</b>	<b>84 494,94 €</b>	<b>69,31</b>		
D6	Aquisição de bens de capital	4 874 592,86 €	4 509 051,92 €	3 440 609,39 €	3 373 247,54 €	1 068 442,53 €	67 361,85 €	69,20		
D7	Transferências e subsídios de capital	558 200,00 €	547 999,67 €	526 396,93 €	521 211,47 €	21 602,74 €	5 185,46 €	93,37		
D8	Outras despesas de capital	573 210,00 €	572 935,61 €	199 600,80 €	187 653,17 €	373 334,81 €	11 947,63 €	32,74		
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00		
D10	Despesa com passivos financeiros	269 670,00 €	267 653,38 €	267 653,38 €	267 653,38 €	0,00 €	0,00 €	99,25		
<b>Total:</b>		<b>19 559 025,86 €</b>	<b>18 239 770,77 €</b>	<b>16 026 906,21 €</b>	<b>15 663 894,50 €</b>	<b>2 212 864,56 €</b>	<b>363 011,71 €</b>	<b>80,09</b>		

Da totalidade dos compromissos assumidos, 85,9 % foram executados e pagos.

Os compromissos a transitar ascendem ao montante de 2.212.864,56 €, para os quais contribuem, com um peso significativo, as seguintes rubricas: D2 Aquisição de Bens e

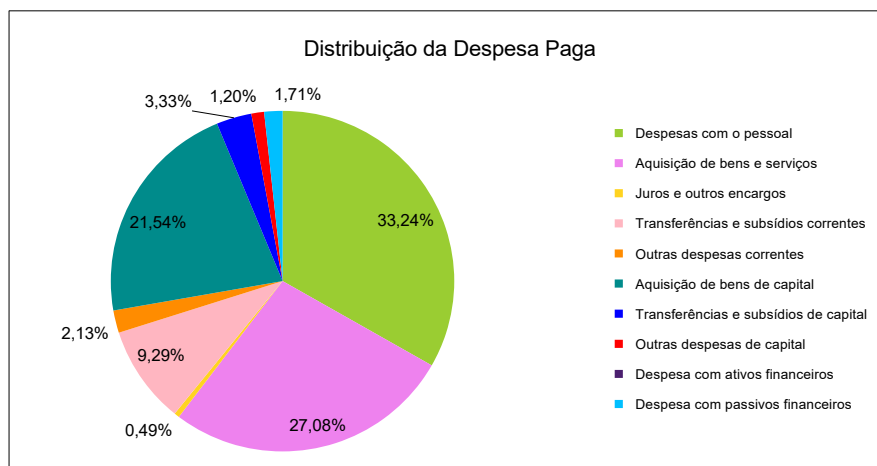


## Município de Arraiolos

Serviços com 30,1%, D6 Aquisição de bens de capital com 48,3 % e D8 Outras Despesas de Capital com 16,9 % (Empreitada de Remodelação de Fração do Prédio da Autoridade Tributária e Aduaneira para Adaptação aos Serviços de Registo e do Notariado).

Quanto ao nível do montante da despesa paga, 72,2 % foi em despesas correntes e 27,8% em despesa de capital, destacando-se as seguintes rubricas: despesas com o pessoal 33,2%, aquisição de bens e serviços 27,1 % e aquisição de bens de capital 21,5 %.

O gráfico seguinte permite analisar a distribuição da despesa paga por rubrica.





## Município de Arraiolos

---

### **II.1.5 Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Plano de Atividades Municipais (PAM)**

O PPI e o PAM são instrumentos de gestão que permitem analisar a execução dos projetos inseridos no Orçamento do Município. O PPI contempla toda a despesa de capital e despesa não efetiva, onde se encontram inseridos os objetivos e projetos de investimento do executivo, enquanto o PAM contempla as atividades/projetos em matéria de despesa corrente, que pela sua relevância merecem estar referenciados através de projetos.

No exercício de 2025 o PPI teve uma execução anual de 69,3%, enquanto o PAM teve uma execução de 84,3%, com o valor de 4,350 milhões de euros e 4,655 milhões de euros, respetivamente.

Ao nível da execução do PPI e do PAM, destacam-se a execução dos seguintes projetos/atividades:

- Em equipamento básico foi efetuado o investimento de 126 mil euros, em diversos equipamentos para: espaço verdes e jardins, complexo desportivo da Manizola, Escolas, edifícios municipais e diversos equipamentos desportivos.
- Na aquisição, recuperação e conservação de outros edifícios municipais, com um investimento anual de 617 mil euros, destaca-se: a aquisição de edifício para futura instalação do “Polo de Oportunidades Empresarial e Tecnológico de Arraiolos”; a aquisição de edifício no Largo Simão Dordio Gomes para apoio a iniciativas culturais/recreativas; a reabilitação do edifício dos Paços do Concelho, do Estaleiro Municipal de Vimieiro e Antigo Matadouro em Vimieiro.
- A reabilitação de edifício do Estado para instalação dos serviços do Instituto dos Registos e Notariado, correspondendo a um investimento global de 415 mil euros, do qual foi executado no ano 2025, 30 mil euros. O presente projeto enquadra-se no âmbito de contrato interadministrativo com o Instituto de Registos e Notariado, num imóvel propriedade da Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo como objetivo a melhoria das condições de funcionamento e a modernização dos serviços de registo e notariado.

Esta intervenção assume particular relevância face às limitações do edifício atualmente utilizado, o qual apresenta dificuldades de acessibilidade,



## Município de Arraiolos

nomeadamente pela existência de escadas, bem como sinais de degradação, condicionando o adequado atendimento ao público e o normal funcionamento dos serviços.

Neste contexto, a concretização do projeto permitirá assegurar melhores condições de acesso, segurança e eficiência, contribuindo para a prestação de um serviço público de maior qualidade, em linha com as exigências de modernização administrativa e de proximidade aos cidadãos.

- Na proteção civil, destaca-se o apoio concedido à Associação dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos. Durante o ano 2025 foi atribuído um apoio financeiro no montante de 130 mil euros para a execução das atividades operacionais, assim como para a participação da equipa de intervenção permanente, para além do pagamento de seguros com pessoal, efetuado diretamente pela autarquia.
- Na educação destacam-se os seguintes projetos:
  - ✓ A educação e ação social, tiveram uma execução de 573 mil euros, de acordo com o quadro seguinte:

Projetos	Valor Executado
Cantinas Escolares	132 977 €
Rede Social nas Cantinas Escolares	120 739 €
Transportes Escolares	132 705 €
Apoio Económico ao Agrupamento Escolar	34 646 €
Interagir para Melhorar – Combate ao Insucesso Escolar	25 657 €
Apoios Socioeconómicos no Âmbito da Ação Social Escolar	3 154 €
Promoção do Sucesso Escolar	12 372 €
Apoios Socioeconómicos a Estudantes	82 547 €
Escola Cunha Rivara de Arraiolos (artigos higiene e limpeza)	9 988 €
Modernização e Beneficiação do Parque Escolar	17 744 €
<b>Total</b>	<b>572 528 €</b>

O Município assegura, relativamente ao Agrupamento de Escolas de Arraiolos: a gestão de equipamentos escolares e das cantinas, assim como os encargos das instalações (eletricidade, comunicações, gás, limpeza, higiene e material de escritório), bem como os encargos com todo o pessoal não docente ao serviço dos estabelecimentos de ensino.

A administração direta do refeitório escolar Escola 2,3/S Cunha Rivara, continua a ser assumida pela autarquia, bem como a definição da respetivas ementas e



## **Município de Arraiolos**

---

subsequentes fichas técnicas, tendo em vista, proporcionar uma alimentação saudável, equilibrada e nutritiva aos estudantes.

Nos Jardins de Infância da rede pública e no 1º ciclo, o Município assegura o prolongamento de horário (AAAF e CAF), mediante o pagamento a pessoal não docente, para além do horário normal de funcionamento da componente letiva, permitindo assim que os pais possam deixar os seus educandos no espaço escolar enquanto estão a trabalhar.

Os transportes escolares do 1º ciclo e do pré-escolar, nas localidades onde as escolas/jardins de infância foram encerradas, são assegurados pelo Município, assim como o pagamento do carregamento dos passes de transporte do 2º ciclo, 3º ciclo e secundário, prosseguindo assim a política de fixação dos jovens, incentivando-os a frequentar a Escola 2,3/S Cunha Rivara, de Arraiolos.

Os projetos “Interagir para melhorar – Combate ao Insucesso escolar” e “Promoção do Sucesso Escolar” têm integrados três técnicas superiores: uma Técnica de Educação e Ação Social, uma Psicóloga Clínica e uma Psicomotricista; as quais realizaram durante o ano 2025 um trabalho de intervenção semanal, em todas as turmas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Arraiolos, através de atividades dinâmicas com os alunos, para promover a sua performance educativa através da aplicação de competências socioemocionais e cognitivas (Criatividade, Empatia, Pensamento Crítico, Hábitos e estilos de vida saudáveis, Confiança e Comunicação).

De acordo com o programa Municipal de Ação Social Escolar e de forma a aumentar a eficácia ao nível do apoio às famílias em situação financeira carenciada, o Município atribuiu de forma gratuita as refeições escolares a todos os alunos carenciados (JI, EB1, EB2/3 e Secundário) visto que o funcionamento das cantinas escolares são da competência do Município. Além deste apoio às famílias carenciadas, todos os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo e Secundário têm acesso aos cadernos escolares gratuitos. Também os alunos carenciados do 1º ciclo recebem anualmente verba para compra de material escolar e pagamento das visitas de estudo.

Para além do apoio em ação social escolar no ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e secundário, foram também atribuídas bolsas de estudo aos estudantes



## Município de Arraiolos

do ensino superior, de forma a garantir condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para os jovens que frequentam o sistema educativo.

- Na área social foram realizados os seguintes projetos/ações:
  - ✓ Para infraestruturas e equipamentos para a ação social foi executado o montante de 491 mil euros, na empreitada do Centro Comunitário das Ilhas e apoio financeiro a Associações de Idosos e outras entidades de cariz social, para aquisição de equipamentos e obras de beneficiação de edifícios, com o intuito de prosseguir uma política social, que permita desenvolver um conjunto de ações/atividades que promovem o bem estar da população, sempre numa perspetiva de promover a inclusão social e corrigir as desigualdades sociais.
  - ✓ O quadro seguinte evidencia o valor executado ao nível do PAM.

Projetos	Valor Executado
Apoio à Natalidade	24 060 €
Contratos de Emprego Inserção	116 574 €
Atividades Socioculturais no âmbito da Intervenção Social	7 406 €
Apoio à Atividade da Associação de Idosos	102 653 €
Programa Jovens +	32 876 €
Apoio a Instituições Sociais	147 910 €
Descentralização de Competências da Área de Ação Social – Delegação de competências com a Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos	68 108 €
<b>Total</b>	<b>499 587 €</b>

- Apoio à natalidade, para inverter o decréscimo da densidade populacional e da taxa de natalidade no concelho, o Município implementou medidas direcionadas para as famílias, através de comparticipação de parte do valor que os pais pagam às creches, contribuindo simultaneamente para a fixação de famílias no concelho.
- “Contratos de Emprego Inserção” (CEI e CEI+), desenvolvidos em parceria com o IEFP e que visam promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego; evitar a sua a desmotivação, marginalização e isolamento e satisfazer necessidades sociais/coletivas a nível local.
- O apoio financeiro concedido pelo Município de Arraiolos às instituições sociais e às associações de idosos assume um papel fundamental no



## Município de Arraiolos

---

fortalecimento da coesão social e na promoção do bem-estar da população. Num território onde o envelhecimento demográfico é uma realidade cada vez mais evidente, este tipo de apoio revela-se essencial para garantir respostas adequadas às necessidades específicas dos cidadãos.

As instituições sociais e associações de idosos desempenham funções insubstituíveis, oferecendo não apenas apoio básico, mas também promovendo atividades de convívio, lazer e inclusão social. O financiamento municipal permite assegurar a continuidade e a qualidade destes serviços, contribuindo para combater o isolamento, a solidão e a exclusão social, problemas frequentemente associados à população idosa.

- “Programa Jovens +”, programa dirigido aos jovens residentes no concelho, portadores do cartão jovem, desempregados ou que procurem uma ocupação temporária. Este programa contribui para a ocupação dos tempos extra-letivos de jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovem uma experiência com a vida profissional em diferentes áreas, desenvolvendo valores de responsabilidade, solidariedade, cidadania e interajuda.
- No âmbito da delegação de competências da Área Social, o Município, prossegue a cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos, de forma a assegurar o Serviço de Atendimento Social e Acompanhamento Social, tendo como finalidade informar, aconselhar e encaminhar as diferentes situações sociais, apoiar situações de vulnerabilidade, prevenir situações de pobreza e de exclusão social e mobilizar os recursos necessários à progressiva autonomia pessoal. Para este fim, o Município afetou recursos humanos, uma técnica superior da área de sociologia.
- No domínio da Saúde, a Câmara Municipal manteve uma intervenção estruturada e contínua, orientada para a melhoria das condições de acesso, qualidade e proximidade dos cuidados prestados à população. Neste âmbito, destacou-se o início das obras de beneficiação no apartamento destinado ao alojamento dos



## Município de Arraiolos

médicos da Unidade de Saúde Familiar, medida que contribuiu para a atração e fixação de profissionais de saúde no concelho, sendo esta uma responsabilidade do Governo.

O Banco de Ajudas Técnicas, apoiou munícipes em situação de maior fragilidade, nomeadamente pessoas com mobilidade reduzida, em recuperação clínica ou em situação de dependência, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos utilizadores e apoiar as famílias e cuidadores nos seus cuidados diários.

A autarquia colaborou com a UCC de Arraiolos no desenvolvimento de ações de sensibilização e educação para a saúde, dirigidas de forma particular à comunidade sénior e às crianças.

- Na área de habitação e serviços coletivos destacam-se os seguintes projetos:
  - ✓ “Programa Municipal de Apoio à Reabilitação da Habitação Degradada”, que permitiu a beneficiação de 4 habitações, num montante global de 47 mil euros, a famílias carenciadas do concelho de Arraiolos, com o objetivo de promover a habitação condigna e a inclusão social e comunitária.
  - ✓ Ordenamento do Território/Urbanização. Ao nível de requalificação do espaço urbano é notório o investimento efetuado, na requalificação estruturante dos arruamentos nas várias localidades do concelho e na promoção de loteamentos habitacionais, com a aquisição de terrenos para novos loteamentos em Arraiolos e Ilhas. No ano 2025, o investimento nesta área, ascendeu a 1,065 milhões de euros, distribuídos da seguinte forma:

Arruamentos	Valor Executado
Arruamentos Arraiolos	129 698 €
Arruamentos Ilhas	5 928 €
Arruamentos Igreja	146 391 €
Arruamentos S. Pedro da Gafanhoeira	2 975 €
Arruamentos Vimieiro	22 637 €
Acessibilidades 360º - Requalificação da Rua Capitão Gomes Pereira em Igreja	66 370 €
Loteamentos Municipais	681 802 €
Rede Pedonal de Ligação a equipamentos Públicos	9 486 €
<b>Total</b>	<b>1 065 286 €</b>

“Acessibilidades 360º - Requalificação da Rua Capitão Gomes Pereira”, em Igreja, projeto que ascende a 444 mil euros, com uma execução



## Município de Arraiolos

---

anual de 66 mil euros. O presente projeto tem como principal objetivo promover a acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada no acesso e utilização do espaço público.

Localizada numa zona urbana consolidada, com habitação, comércio e serviços, a Rua Capitão Gomes Pereira está a ser intervencionada de forma a garantir percursos acessíveis, em conformidade com as Normas Técnicas de Acessibilidade em vigor. Para alcançar esse objetivo, estão a ser executadas obras para a instalação de equipamentos que assegurem melhores condições de circulação e inclusão, nomeadamente através da criação de passagens de peões com rebaixamento e rampeamento de pavimentos e lancis, facilitando o atravessamento das faixas de rodagem, bem como da definição de lugares de estacionamento reservados a veículos que transportem pessoas com mobilidade condicionada. Paralelamente, melhora o acesso aos espaços comerciais e de serviços e aos edifícios habitacionais.

Adicionalmente, a intervenção contempla a beneficiação das redes de saneamento e de abastecimento de água, assim como a reabilitação geral dos arruamentos, contribuindo para a valorização urbana e funcional da área.

- Na área de “Saneamento e Abastecimento de Água” continuámos a manter uma importante atividade de manutenção e renovação da rede, sendo executado, em 2025, o montante de 792 mil euros.

A autarquia mantém a parceria pública da “AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo”, através da qual foi criada a empresa “AGDA – Águas Públicas do Alentejo”, em que resultou a possibilidade de coexistência do sistema supramunicipal em alta (da parceria) com o sistema municipal. Esta parceria foi a melhor forma de garantir a manutenção da gestão pública do sistema, o controle do tarifário, em consonância com os critérios tarifários da ERSAR, as competências e serviços, ao nível do poder da autarquia nesta área.

- Na área dos resíduos sólidos urbanos foi investido 22 mil euros, para aquisição de contentores e beneficiação de equipamentos de recolha de resíduos sólidos



## Município de Arraiolos

urbanos. A recolha de resíduos sólidos urbanos para reciclagem é efetuada pela “GESAMB – Gestão Ambiental e de resíduos, EIM”, onde a autarquia teve uma despesa anual de 296 mil euros.

- Na área dos parques e jardins, com uma execução anual de 153 mil euros, destacam-se os seguintes projetos:

<b>Parques e Jardins</b>	<b>Valor Executado</b>
Circuito de Manutenção em Vale do Pereiro	90 715 €
Espaços verdes e Jardins	16 736 €
Circuito de Manutenção em Carrascal	45 752 €
<b>Total</b>	<b>153 203 €</b>

A valorização dos espaços verdes assume um papel determinante na promoção da qualidade de vida da população, contribuindo para o equilíbrio ambiental, a qualificação do espaço urbano e o bem-estar físico e psicológico dos munícipes. Neste contexto, a implementação de circuitos de manutenção revela-se particularmente relevante, ao incentivar a prática regular de atividade física em ambiente acessível e inclusivo, promovendo estilos de vida saudáveis e a utilização ativa do espaço público. Paralelamente, estas intervenções reforçam a atratividade do território, fomentam a coesão social e contribuem para uma gestão sustentável e integrada dos espaços urbanos.

- No âmbito da cultura e turismo, em atividades, eventos e apoio a associações, foi executado o montante anual de 989 mil euros. Do valor referido, 64 mil euros foram transferidos para as associações culturais, em prol do desenvolvimento das suas atividades.

Foram realizados os eventos “O Tapete está na Rua” e a “Mostra Gastronómica/Feira do Tapete/Festival da Empada”, os quais assentam nas tradições e cultura do concelho, assim como em produtos endógenos e que promovem e valorizam o Tapete de Arraiolos e a gastronomia do concelho. Estas iniciativas englobaram também ações de promoção e de animação do património e dos equipamentos culturais, associadas à dinamização de espetáculos, animações de rua, itinerâncias artísticas, teatros de rua, entre outras. Estes eventos atraíram inúmeros turistas/visitantes ao concelho, contribuindo para a dinamização das atividades económicas.



## Município de Arraiolos

A iniciativa “Às Quintas no Castelo” foi efetuada durante o mês de agosto, em colaboração com a Freguesia de Arraiolos, e englobou vários espetáculos de dança e música.

Como ações de divulgação cultural, demos também continuidade a várias iniciativas promovidas pelo Município, tais como: Festa da Juventude; Artes no Rossio; Feira de S. Boaventura, comemorações de vários feriados, dos quais destacamos “O 25 de Abril”.

Para além dos eventos anteriormente referidos foram ainda realizados os seguintes eventos/atividades: atividades de Natal, comemoração do “Dia da Criança”, Feira de Vimieiro, apoio às Festas Populares no concelho, espetáculos de Teatro, realização de exposições no Centro Interpretativo de Arraiolos, dinamização de várias atividades na Biblioteca Municipal de Arraiolos (Feira do Livro, Exposições Temáticas, Encontros com Autores, Sessões de Contos, Sessões de Poesia, Oficinas e Apresentações de Livros).

- A cultura e turismo no âmbito do PPI, teve a seguinte execução:

<b>Cultura e Turismo</b>	<b>Valor Executado</b>
Laboratório de Arte Têxtil	46 740 €
Requalificação do Palácio dos Condes de Vimieiro	192 499 €
Apoio às Associações Culturais – Infraestruturas e Equipamentos	18 108 €
Monumento aos 50 Anos do 25 de Abril	29 625 €
Castelo de Arraiolos – Beneficiação e Conservação	171 449 €
<b>Total</b>	<b>458 421 €</b>

No âmbito da valorização do património cultural, da dinamização da identidade local e da qualificação do espaço público, o Município de Arraiolos tem vindo a promover um conjunto de projetos estruturantes com elevado impacto estratégico para o concelho. Destaca-se a criação do Laboratório de Arte Têxtil, iniciativa que reforça a centralidade de Arraiolos na preservação e inovação da tradição do tapete de Arraiolos, promovendo simultaneamente a criação artística contemporânea e a investigação cultural. Paralelamente, a requalificação do Palácio dos Condes de Vimieiro visa a recuperação de um imóvel de elevado valor histórico e arquitetónico, com o objetivo de o transformar num polo cultural e museológico dinamizador da freguesia e do concelho. No domínio do património edificado, a recuperação da Torre do Relógio do Castelo de Arraiolos



## Município de Arraiolos

constitui uma intervenção essencial para a conservação e valorização de um dos principais elementos do conjunto fortificado, reforçando a preservação do património classificado. Por fim, a criação do Monumento aos 50 anos do 25 de Abril assume particular relevância simbólica, enquanto elemento de memória coletiva e de afirmação dos valores democráticos, contribuindo para a valorização do espaço público e para a consolidação da identidade histórica e cívica do concelho.

- Na área do desporto, recreio e lazer foi executado o montante de 556 mil euros, evidenciados no quadro seguinte:

<b>Desporto, Recreio e Lazer</b>	<b>Valor Executado</b>
Beneficiação de Equipamentos Desportivos/Recreativos (Gimnodesportivo de Arraiolos e Campo Padel de Igreja)	25 944 €
Beneficiação de Parques Infantis (Arraiolos)	77 687 €
Instalação de Relvado Sintético em Campos Desportivos (Vimieiro e Arraiolos)	249 811 €
Atividades Desportivas e de Lazer	17 836 €
Apoio a Associações de Desporto e Recreio	180 609 €
Barragem do Divor – Zona de Recreio Público e Náutico	3 807 €
<b>Total</b>	<b>555 694 €</b>

É notório o apoio efetuado pela autarquia às várias associações desportivas, de recreio e de lazer, distribuídas pelas várias localidades do concelho, responsáveis pela implementação das mais variadas atividades, que vão desde o futebol, a orientação, escolinhas de desporto para os mais jovens/crianças, columbofilia, jogo da malha, entre outras. Sendo visível a dinâmica das atividades destas associações, as mesmas só são possíveis de manter através dos apoios financeiros atribuídos pelo Município, quer para o desenvolvimento das atividades, quer para a conservação/beneficiação das infraestruturas e equipamentos, o que tem vindo a ser prática em anos anteriores e continuou a manter-se em 2025.

- Na área da indústria e energia continua o projeto “Eficiência Energética”, onde houve um investimento anual de 112 mil euros. Este projeto contemplou a substituição das luminárias nos sistemas de iluminação pública para poupança do consumo de energia, substituição já totalmente efetuada, no entanto os custos com o projeto irão decorrer até 2031.



## Município de Arraiolos

No âmbito da estratégia de reforço da capacidade instalada para atividades económicas no concelho, procedeu-se à aquisição de um terreno destinado ao loteamento oficial de Igreja, pelo montante de 147 mil euros. Esta operação visa criar condições adequadas para a instalação e desenvolvimento de pequenas e médias unidades empresariais, promovendo a dinamização do tecido económico local e a fixação de investimento. A referida aquisição enquadra-se nas prioridades de ordenamento do território e de apoio ao empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a valorização da freguesia de Igreja.

- Na área da Viação Rural, foi executado um investimento no montante de 181 mil euros, destacando-se a empreitada de reabilitação do Caminho Municipal EM527-1 (Igreja–Arraiolos), bem como intervenções ao nível da sinalização viária e da conservação da rede de estradas municipais.

Este investimento evidencia o compromisso e empenho da autarquia na melhoria das acessibilidades e das condições de circulação, contribuindo para a segurança rodoviária, a coesão territorial e o desenvolvimento das atividades económicas locais, designadamente nos meios rurais.

- Nas outras funções destacam-se:
  - ✓ As amortizações e juros de empréstimos de médio/longo prazo que ascenderam ao montante de 344 mil euros, e foi através destes empréstimos, que o Município investiu e continua a investir em projetos estruturantes para o concelho.
  - ✓ Apoio ao Investimento nas Freguesias, no montante anual de 59 mil euros, distribuído de acordo com o quadro seguinte:

Freguesias	Objeto do Protocolo	Valor do Protocolo	Valor Transferido ano 2025
Arraiolos	Parque Infantil Ilhas	49 766 €	35 770 €
Vimieiro	Monumento aos Combatentes	4 059 €	4 059 €
S. Pedro da Gafanhoeira e Sabugueiro	Pavimentação de Ruas e Caminhos Vicinais	30 634 €	18 937 €
<b>Total</b>			<b>58 766 €</b>

- ✓ “Contratos InterAdministrativos de Delegação de Competências” e de “Autos de transferência de recursos para o exercício das competências transferidas por Lei”, com todas as Freguesias do concelho, com um montante de execução anual de 301 mil euros.



## Município de Arraiolos

### II.1.6 Indicadores Orçamentais

Indicadores Orçamentais		
Estrutura	2025	2024
Receita Total + Saldo Gerência	18 828 674,59 €	15 997 418,97 €
Despesa Total Paga	15 663 894,50 €	13 990 877,30 €
	<b>1,20</b>	<b>1,14</b>
Receita Corrente Cobrada	13 110 043,43 €	11 908 754,04 €
Despesa Corrente Paga	11 314 128,94 €	11 146 723,84 €
	<b>1,16</b>	<b>1,07</b>
Receita Capital Cobrada	2 464 441,39 €	2 508 749,61 €
Despesa Capital Paga	4 349 765,56 €	2 844 153,46 €
	<b>0,57</b>	<b>0,88</b>
Impostos Diretos	1 912 181,40 €	1 521 057,79 €
Receita Total	15 605 132,92 €	14 439 838,49 €
	<b>0,12</b>	<b>0,11</b>
Pessoal	5 206 372,48 €	4 951 575,04 €
Transferências e subsídios correntes	9 185 128,68 €	8 564 337,79 €
	<b>0,57</b>	<b>0,58</b>

Na análise aos indicadores apresentados, recorreremos a alguns rácios bem como a quadros de apoio, comparando os mesmos com o ano de 2024.

Assim, ao analisarmos os indicadores concluímos:

- A receita total com o saldo de gerência ultrapassa a despesa total paga em 20 %. No ano de 2024 ultrapassou em cerca de 14 %.
- A receita corrente cobrada no ano de 2025 é superior à despesa corrente paga em cerca de 16 % e no ano de 2024 foi superior em cerca de 7 %. Verifica-se que existe um aumento neste indicador de 2024 para 2025, a receita corrente cobrada continua a ser superior à despesa corrente paga. Em termos de equilíbrio orçamental, conforme referenciado no ponto “II.1.2 Equilíbrio Orçamental”, evidencia o cumprimento da Lei.
- O contrário acontece na receita de capital cobrada em contrapartida da despesa de capital, pois a despesa foi superior à receita em cerca de 43 %, enquanto que em 2024 foi superior em cerca de 12 %. O que significa que a receita de capital recebida não é suficiente para fazer face ao investimento.



## **Município de Arraiolos**

---

- A rubrica dos impostos diretos em 2025 sofreu uma alteração pouco significativa em relação a 2024, ou seja, estes impostos continuam a representar um valor pouco significativo na receita total, cerca de 12 % em 2025 e 11% em 2024.
- Relativamente ao peso das “despesas com o pessoal” nas “transferências e subsídios correntes”, podemos referir que existiu ligeira alteração em relação a 2024. As despesas com o pessoal continuam a absorver mais de 55 % das transferências e subsídios correntes, transferências estas provenientes do Orçamento de Estado.



## **Município de Arraiolos**

---

### **II.2 Análise Económico-Financeira**

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

Nos pontos II.2.1. e II.2.2. serão analisados o balanço e a demonstração de resultados, respetivamente.



## Município de Arraiolos

### II.2.1 Análise ao Balanço

O ativo do Município de Arraiolos no final do ano 2025 apresenta o valor de 49.101.909,16 € o que significa que existiu uma diminuição, face ao ano anterior, de 657.838,32 €, cerca de 1,3%.

Os quadros seguintes evidenciam a estrutura do ativo, passivo e património líquido, assim como as variações.

#### Ativo

Rubricas	Datas	
	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	43 896 724,02 €	45 447 554,41 €
Ativos intangíveis	68 730,80 €	69 818,96 €
Participações financeiras	312 336,00 €	312 336,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	1 360,47 €	3 322,99 €
Diferimentos	366 466,55 €	431 244,05 €
	<b>44 645 617,84 €</b>	<b>46 264 276,41 €</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	129 462,10 €	112 258,02 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		185 494,65 €
Clientes, contribuintes e utentes	164 618,33 €	144 191,50 €
Estado e outros entes públicos		4 541,63 €
Outras contas a receber	835 630,66 €	874 287,43 €
Diferimentos	160 084,80 €	164 533,20 €
Caixa e depósitos	3 166 495,43 €	2 010 164,64 €
	<b>4 456 291,32 €</b>	<b>3 495 471,07 €</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>49 101 909,16 €</b>	<b>49 759 747,48 €</b>

No ano de 2025 os ativos fixos tangíveis representam 89,4 % do total do ativo, contra 91,3% em 2024, registando uma diminuição de 1.550.830,39 €, em termos percentuais a diminuição foi de 3,4 %. Esta diminuição justifica-se pelo abate dos bens referentes à concessão à E-REDES, (explicado na “Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente” do Anexo às Demonstrações Financeiras).

Os ativos intangíveis registaram uma diminuição de 1.088,16 € no valor escriturado, mantendo o seu peso na estrutura do ativo em 0,1 %.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável e refere-se ao montante investido no Fundo de Apoio Municipal.



## Município de Arraiolos

O ativo corrente reflete um aumento de 27,5 % relativamente a 2024, suportado pelo aumento do valor em caixa e depósitos.

No ativo corrente, o saldo de disponibilidades, representa 71,1 % do valor, tendo assim um peso determinante na componente corrente do ativo.

### Passivo

Rubricas	Datas	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Financiamentos obtidos	2 331 055,15 €	1 433 686,27 €
Diferimentos		1 588 109,64 €
	<b>2 331 055,15 €</b>	<b>3 021 795,91 €</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	441 483,36 €	491 413,90 €
Fornecedores	146 683,34 €	82 036,25 €
Estado e outros entes públicos	125 572,13 €	120 874,29 €
Financiamentos obtidos	319 447,20 €	267 469,46 €
Fornecedores de investimentos	81 006,88 €	46 826,91 €
Outras contas a pagar	1 151 332,62 €	1 081 590,06 €
Diferimentos	59 731,55 €	59 731,55 €
	<b>2 325 257,08 €</b>	<b>2 149 942,42 €</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>4 656 312,23 €</b>	<b>5 171 738,33 €</b>

No que diz respeito ao passivo, o Município de Arraiolos encerrou o ano com um valor de 4.656.312,23 €, sendo constituído, 50,1 % por passivo não corrente e 49,9 % por passivo corrente.

No total do passivo, a rubrica de financiamentos obtidos assume uma posição preponderante, a qual reflete o montante dos empréstimos obtidos para investimento estruturantes, cuja percentagem relativa ao passivo total ascende a 56,9 % (financiamentos obtidos de passivo corrente e de passivo não corrente). De 2024 para 2025 houve um aumento nos financiamento obtidos, devido à utilização de novo empréstimo.

No passivo não corrente o valor dos diferimentos passou de 1.588.109,64 € para zero, devido ao abate dos bens referentes à concessão à E-REDES, (explicado na “Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente” do Anexo às Demonstrações Financeiras).

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um decréscimo de 515.426,10 €, que em termos de percentagem se traduz em 10 %.

A rubrica “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos”, diz respeito ao montante de amortizações em dívida do “Projeto eficiência energética” (em



## Município de Arraiolos

parceria com a CIMAC) e a diminuição existente de 49.930,54 €, de 2024 para 2025, é referente as amortizações do ano.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar, no montante de 1.151.332,62 €, dizem respeito, essencialmente, a acréscimos de gastos (conta 2722\*), com peso predominante da rubrica de gastos com pessoal relativa a férias e subsídio de férias, assim como os encargos das mesmas.

### Património Líquido

Rubricas	Datas	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património/Capital	32 258 465,42 €	32 258 465,42 €
Reservas	317 624,83 €	317 624,83 €
Resultados transitados	-2 534 555,47 €	-1 467 209,95 €
Outras variações no património líquido	15 396 702,57 €	14 546 474,37 €
Resultado líquido do período	-992 640,42 €	-1 067 345,52 €
<b>Total Património Líquido</b>	<b>44 445 596,93 €</b>	<b>44 588 009,15 €</b>

O património líquido do Município diminuiu 142.412,22 €, o que traduz numa diminuição de 0,3 % relativamente ao ano anterior, percentagem pouco significativa.

Na “Nota 23 – Alterações no Património Líquido” do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se explicadas as variações que existem no património líquido, entre 2025 e 2024.



## Município de Arraiolos

### II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2025 é negativo em 992.640,42 €, enquanto em 2024 o valor era negativo no montante de 1.067.345,52 €. Esta alteração do resultado líquido está fortemente influenciada pela diminuição dos Gastos/reversões de depreciação e amortização.

#### Demonstração de Resultados

Rubricas	Período	
	2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	1 981 247,18 €	1 691 188,94 €
Vendas	320 454,39 €	283 643,00 €
Prestações de serviços e concessões	1 580 500,81 €	1 664 618,51 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 234 044,34 €	8 572 060,85 €
Trabalhos para a própria entidade	167 320,92 €	249 406,26 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-1 140 104,68 €	-1 188 655,15 €
Fornecimentos e serviços externos	-3 522 493,38 €	-3 378 605,67 €
Gastos com pessoal	-5 318 961,34 €	-4 978 316,38 €
Transferências e subsídios concedidos	-1 848 333,55 €	-1 725 929,14 €
Prestações sociais	-166 691,41 €	-97 713,98 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-749,96 €	216,04 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-39 986,97 €	-10 616,65 €
Outros rendimentos	1 043 123,96 €	1 331 373,12 €
Outros gastos	-434 064,11 €	-400 693,66 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>1 855 306,20 €</b>	<b>2 011 976,09 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 790 073,25 €	-3 030 859,26 €
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>-934 767,05 €</b>	<b>-1 018 883,17 €</b>
Juros e gastos similares suportados	-57 873,37 €	-48 462,35 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-992 640,42 €</b>	<b>-1 067 345,52 €</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-992 640,42 €</b>	<b>-1 067 345,52 €</b>

Da análise aos rendimentos e gastos verifica-se que :

- Os “impostos, contribuições e taxas” compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades registaram um aumento de cerca de 17,2 %, ou seja, mais 290.058,24 € face ao ano de 2024.
- As “vendas” e as “prestações de serviços e concessões” apresentaram um valor de 1.900.955,20 € durante o exercício, menos 47.306,31 € que em 2024, ou seja, menos 2,4 %.



## Município de Arraiolos

---

- As “transferências e subsídios correntes obtidos” apresentam um aumento de 661.983,49 € relativamente ao ano de 2024, correspondendo a um incremento de 7,7% e continuam a constituir a principal componente dos rendimentos, com um peso de 64,5 % no total de rendimentos.
- Os “fornecimentos e serviços externos”, apresentam um aumento de 143.887,71€ relativamente ao ano de 2024, correspondendo a um acréscimo de 4,3 %. Explicado na “Nota 28 – Fornecimentos , do Anexo às Demonstrações Financeiras”.
- Os “gastos com o pessoal” em 2025 sofreram um aumento de 340.644,96 € em relação a 2024, correspondendo a um incremento de 6,8 %, sendo esta rubrica a maior componente dos gastos, com um peso de 34,7 % no total dos gastos. Este aumento resulta da atualização dos vencimentos.
- As “transferências e subsídios concedidos + Prestações Sociais” aumentaram 191.381,84 € em relação a 2024. Em termos percentuais este aumento representa 10,5 %.
- A “imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” apresentam o valor negativo de 39.986,97 € em 2025, refletindo a constituição das perdas por imparidade do ano 2025. Esta constituição de perdas por imparidade justifica-se, fundamentalmente, pelo aumento das dívidas com risco de incobrabilidade de: recibos de água e impostos diretos.
- Os “outros rendimentos e ganhos”, apresentam o valor de 1.043.123,96 € no ano de 2025, ou seja, sofreram uma diminuição de 288.249,16 € em relação a 2024, cerca de 21,7 %. O valor superior em 2024 justifica-se pelo facto de alguns financiamentos terem ficado totalmente amortizados em 2024, sem inserção de novos financiamentos com proveitos diferidos em 2025.
- Os outros gastos e perdas, aumentaram 33.370,45 € em comparação com o ano de 2024, ou seja, em termos de percentagem 8,3 %. Encontram-se aqui contemplados: taxas, quotizações, autoconsumo de água, correções relativas a períodos anteriores.



## Município de Arraiolos

### II.2.3 Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

No quadro seguinte, encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

INDICADOR	RÁCIO	DATA	
		Ano 2025	Ano 2024
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	0,91%	0,90%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	9,55%	8,62%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	1,92%	1,63%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente – Inventário / Passivo Corrent	1,86%	1,57%
Liquidez Imediata	Disponibilidades /Passivo Corrente	1,36%	0,93%
Rendimentos do Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	-0,02%	-0,02%

- A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade do Município, através da comparação entre «Património líquido» e «Ativo». Assim, quanto maior o grau de «Autonomia financeira», maior será a capacidade de o Município fazer face aos seus compromissos financeiros de longo prazo. No ano de 2025 encontra-se nos 0,91 %, ligeiro aumento em relação a 2024 que apresentava 0,90 %.
- A solvabilidade representa o peso do Património líquido do Município no total do Passivo. Assim, quanto mais elevado o indicador, melhor solução tem o Município, para com o seu Património líquido, fazer face às dívidas de curto, médio e longo prazos. A percentagem de 9,55 %, demonstra que o Município tem um património líquido superior ao passivo e que tem capacidade para liquidar os seus compromissos, apresentando um aumento face a 2024, onde o rácio era de 8,62 %.
- A liquidez geral trata-se de um indicador que relaciona o ativo de curto prazo com o passivo de curto prazo, com o objetivo de medir a capacidade que o Município tem para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Pretende-se com o indicador relacionar agregados do ativo que sejam facilmente «transformáveis em dinheiro», com agregados do passivo, de modo a avaliar as dificuldades de tesouraria. Como podemos analisar o Município apresenta uma liquidez geral de 1,92 %, o que significa que o Município consegue fazer face às responsabilidades de curto prazo, existindo um ligeiro aumento face ao ano 2024.



## Município de Arraiolos

---

- A liquidez reduzida analisa a liquidez de forma mais restritiva, ou seja, é igual à liquidez geral mas exclui os inventários. O Município apresenta uma liquidez reduzida de 1,86 %, um ligeiro aumento face a 2024, o que significa que mesmo excluindo os inventários, o Município continua a conseguir fazer face às responsabilidades de curto prazo.
- A liquidez imediata mede o grau em que os créditos a curto prazo estão passíveis de ser cobertos pelas disponibilidades do Município. Neste caso, as disponibilidades (caixa e depósitos bancários) são superiores em 1,36 % ao passivo corrente.
- Os rendimentos do património líquido são calculados relacionando o resultado líquido com o património líquido. Desta forma, podemos verificar que em 2025 o mesmo apresenta uma percentagem de -0,02 %, uma vez que os resultados líquidos foram negativos, valor que em termos percentuais se manteve igual a 2024.

Mas tendo em consideração que a autarquia não é uma empresa, mas sim uma entidade para promover as necessidades da população, os resultados líquidos não são um indicador de referência para as autarquias.



## Município de Arraiolos

### II.2.4 Endividamento Municipal

O limite da dívida total do Município está definido no art.º 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, o qual estabelece que a dívida orçamental, com inclusão da dívida das entidades intermunicipais, fica limitada a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos.

No caso do Município de Arraiolos, relevam para este limite os valores da dívida orçamental das Associações de Municípios em que se encontra associado, designadamente, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o Município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 40% da margem absoluta no início de cada um dos exercícios (artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro conjugada com artigo 144º do Orçamento de Estado/2025).

No quadro seguinte apresentamos a situação do Município de Arraiolos face ao limite da dívida total, a 1 de janeiro de 2025 e a 31 de dezembro de 2025.

<b>Capacidade de Endividamento</b>	
<b>Receita corrente</b>	<b>2025-12-31</b>
Ano 2024	11 908 754,04 €
Ano 2023	10 863 220,79 €
Ano 2022	10 043 745,87 €
Média	10 938 573,57 €
Limite	16 407 860,35 €



## Município de Arraiolos

<b>Passivo</b>		
<b>Contas</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2025-01-01</b>
20.2	441 483,36 €	491 413,90 €
20.8	190 160,00 €	190 800,00 €
21.8	- €	- €
22.1	146 683,34 €	82 036,25 €
22.2	- €	- €
22.5	- €	- €
22.6	- €	- €
23.	- €	90,40 €
24.	125 572,13 €	120 874,29 €
25.	2 650 502,35 €	1 701 155,73 €
27.1	81 006,88 €	46 826,91 €
27.5	- €	- €
27.6	- €	- €
27.7	1 605,16 €	1 605,76 €
27.8.5	- €	- €
27.8.9.2	2 416,77 €	3 185,90 €
	<b>3 639 429,99 €</b>	<b>2 637 989,14 €</b>
Excecionado (empréstimos excecionados e saldo operações de tesouraria)	35 493,82 €	44 983,62 €
Entidades Relevantes para o limite da Dívida (CIMAC e AMGAP)	22 624,79 €	46 936,86 €
<b>Endividamento</b>	<b>3 626 560,96 €</b>	<b>2 639 942,38 €</b>
<b>Margem absoluta</b>	<b>12 781 299,39 €</b>	<b>12 614 930,50 €</b>
<b>Varição da dívida</b>	<b>- 986 618,58 €</b>	
<b>Margem utilizável</b>	<b>n.a</b>	<b>5 045 972,20 €</b>
<b>Margem disponível por utilizar</b> (variação da dívida + margem utilizável a 01-01-2025)	<b>4 059 353,62 €</b>	<b>n.a</b>

Após a análise do quadro do endividamento podemos constatar que a 31 de dezembro de 2025, o Município tem uma margem disponível por utilizar superior a 4,059 milhões de euros, ficando muito aquém do limite da dívida total, o que demonstra a situação financeira estável do Município.



## Município de Arraiolos

### II.2.5 Fundo de Financiamento e Descentralização e Fundo Social Municipal

A verba referente à transferência de competências (no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) proveniente do Orçamento de Estado de 2025, ascendeu a 709,7 mil euros, insuficiente em cerca de 265,5 mil euros, para fazer face às despesas enquadradas no âmbito desta transferência.

As despesas e as receitas do Fundo de Financiamento e Descentralização da Educação são apresentados no quadro seguinte:

FFD - Fundo De Financiamento De Descentralização - Educação						
Código de Descentralização		Tipo de Descentralização		Classificação Económica (Local)		Valor
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	
001	Educação	DS	Despesa	01* (D)	Despesas com pessoal	663 653,14 €
001	Educação	DS	Despesa	020106 (D)	Alimentação- géneros para confeccionar	107 248,23 €
001	Educação	DS	Despesa	020201 e 0602010199 (D)	Encargos de instalações (eletricidade)	88 131,08 €
001	Educação	DS	Despesa	0201* (D)	Bens (limpeza, vestuário, material de escritório, utensílios, gás...)	21 941,40 €
001	Educação	DS	Despesa	0202* (D)	Serviços (Limpeza, conservação, comunicações, assistência técnica, aluguer impressoras, atividades extracurriculares...)	82 720,51 €
001	Educação	DS	Despesa	04* (D)	Transferências para o agrupamento de escolas de Arraiolos e ação social escolar	58 707,64 €
001	Educação	DS	Despesa	0701* (D)	Equipamento e software	9 776,87 €
001	Educação	RAC	Receitas Transferidas AC	06030106 (R)	Transferência de competências - lei 50/2018	709 716,00 €
001	Educação	RP	Receitas Próprias	07020801 (R)	Serviços sociais (refeições escolares)	56 990,21 €
<b>Total (receita-despesa)</b>						<b>-265 472,66 €</b>

A verba transferida do Orçamento de Estado/2025, no âmbito do Fundo Social Municipal, no montante de 173,6 mil euros, também foi insuficiente para assegurar as despesas existentes, em cerca de 16 mil euros.

O quadro seguinte, evidencia as despesas do Fundo Social Municipal.



Município de Arraiolos

FUNDO SOCIAL MUNICIPAL (FSM)		
Designação despesa		Total de despesas
Despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público	Serviços de alimentação	17 199,48
	Transportes escolares	25 053,52
	<i>Subtotal</i>	<b>42 253,00</b>
Despesas de funcionamento corrente com o 1.º ciclo do ensino básico público	Serviços de alimentação	77 374,23
	Transporte escolar	53 131,12
	Outras despesas de funcionamento corrente*	0,00
	<i>Subtotal</i>	<b>130 505,35</b>
Despesas com transportes escolares do 3º ciclo do ensino básico público	Transportes escolares	16 774,94
	<i>Subtotal</i>	<b>16 774,94</b>
<b>Total</b>		<b>189 533,29</b>

O quadro seguinte resume as despesas e receitas no âmbito do Fundo de Financiamento e Descentralização da Educação e Fundo Social Municipal:

Resumo “FFD -Fundo De Financiamento De Descentralização - Educação” e “FSM - Fundo Social Municipal”	
Designação	Valor
Receita FFD	766 706,21 €
Receita FSM	173 581,00 €
<b>Total receita</b>	<b>940 287,21 €</b>
Despesa FFD	1 032 178,87 €
Despesa FSM	189 533,29 €
<b>Total despesa</b>	<b>1 221 712,16 €</b>
<b>Receita-Despesa</b>	<b>-281 424,95 €</b>

Na globalidade as despesas foram superiores às receitas em 281,4 mil euros.

O quadro seguinte evidencia as despesas e as receitas do Fundo de Financiamento e Descentralização da área social.

FFD - Fundo De Financiamento De Descentralização - Ação Social						
Código de Descentralização		Tipo de Descentralização		Classificação Económica (Local)		Valor
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	
002	Ação Social	DS	Despesa	01* (D)	Despesas com pessoal	39 390,51 €
002	Ação Social	DS	Despesa	040701 (D)	Instituições Sem Fins Lucrativos (Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos)	68 108,00 €
002	Ação Social	RAC	Receitas Transferidas AC	06030106 (R)	Transferência de competências - Lei 50/2018	96 583,00 €
<b>Total (receita-despesa)</b>						<b>-10 915,51 €</b>



## **Município de Arraiolos**

---

### **III - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de (- 992.640,42 €), seja transferido para resultados transitados.

Arraiolos, 17 de abril de 2026



**Município de Arraiolos**

---

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**ANO 2025**



Município de Arraiolos

IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV.1 Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	43 896 724,02 €	45 447 554,41 €
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	68 730,80 €	69 818,96 €
Ativos biológicos			
Investimentos Participações financeiras	18	312 336,00 €	312 336,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 360,47 €	3 322,99 €
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos	24	366 466,55 €	431 244,05 €
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		<b>44 645 617,84 €</b>	<b>46 264 276,41 €</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	129 462,10 €	112 258,02 €
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18		185 494,65 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	164 618,33 €	144 191,50 €
Estado e outros entes públicos			4 541,63 €
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	835 630,66 €	874 287,43 €
Diferimentos	24	160 084,80 €	164 533,20 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1/18	3 166 495,43 €	2 010 164,64 €
		<b>4 456 291,32</b>	<b>3 495 471,07</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>49 101 909,16</b>	<b>49 759 747,48</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	30	32 258 465,42 €	32 258 465,42 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	30	317 624,83 €	317 624,83 €
Resultados transitados	30	2 534 555,47 €	1 467 209,95 €
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	30	15 396 702,57 €	14 546 474,37 €
Resultado líquido do período	30	992 640,42 €	1 067 345,52 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>44 445 596,93 €</b>	<b>44 588 009,15 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15		
Financiamentos obtidos	6/7/18	2 331 055,15 €	1 433 686,27 €
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores	18		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	24		1 588 109,64 €
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		<b>2 331 055,15 €</b>	<b>3 021 795,91 €</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transfer. e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	441 483,36 €	491 413,90 €
Fornecedores	18	146 683,34 €	82 036,25 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	125 572,13 €	120 874,29 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	6/7/18	319 447,20 €	267 469,46 €
Fornecedores de investimentos	18	81 006,88 €	46 826,91 €
Outras contas a pagar	18	1 151 332,62 €	1 081 590,06 €
Diferimentos	24	59 731,55 €	59 731,55 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		<b>2 325 257,08</b>	<b>2 149 942,42</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>4 656 312,23</b>	<b>5 171 738,33</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>49 101 909,16</b>	<b>49 759 747,48</b>



Município de Arraiolos

IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14/25	+	1 981 247,18 €	1 691 188,94 €
Vendas	13/25	+	320 454,39 €	283 643,00 €
Prestações de serviços e concessões	13/25	+	1 580 500,81 €	1 664 618,51 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	25	+	9 234 044,34 €	8 572 060,85 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade	25	+	167 320,92 €	249 406,26 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/26	-	- 1 140 104,68 €	- 1 188 655,15 €
Fornecimentos e serviços externos	26/28	-	- 3 522 493,38 €	- 3 378 605,67 €
Gastos com pessoal	26/29	-	- 5 318 961,34 €	- 4 978 316,38 €
Transferências e subsídios concedidos	26/27	-	- 1 848 333,55 €	- 1 725 929,14 €
Prestações sociais	26	-	- 166 691,41 €	- 97 713,98 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	+/-	- 749,96 €	216,04 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	+/-	- 39 986,97 €	- 10 616,65 €
Provisões (aumentos/reduções)		+/-		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Aumentos/reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	13/25	+	1 043 123,96 €	1 331 373,12 €
Outros gastos e perdas	26	-	- 434 064,11 €	- 400 693,66 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>			<b>1 855 306,20 €</b>	<b>2 011 976,09 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	26/30	+/-	- 2 790 073,25 €	- 3 030 859,26 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>			<b>- 934 767,05 €</b>	<b>- 1 018 883,17 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	+	- €	- €
Juros e gastos similares suportados	26	-	- 57 873,37 €	- 48 462,35 €
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>- 992 640,42 €</b>	<b>- 1 067 345,52 €</b>
Imposto sobre o rendimento				
<b>Resultado líquido do período</b>			<b>- 992 640,42 €</b>	<b>- 1 067 345,52 €</b>



Município de Arraiolos

IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	Períodos		
		31-12-2025	31-12-2024	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	+	1 848 647,63 €	1 629 456,02 €	
Recebimento de contribuintes	+	1 916 820,82 €	1 523 934,83 €	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 173 975,68 €	8 564 337,79 €	
Recebimento de utentes	+	139 739,53 €	163 542,39 €	
Pagamentos a fornecedores	-	- 4 429 101,92 €	- 4 531 074,94 €	
Pagamentos ao pessoal	-	- 5 206 372,48 €	- 4 951 575,04 €	
Pagamentos de transferências e subsídios	-	- 1 809 576,53 €	- 1 711 269,80 €	
Pagamentos de prestações sociais	-	- 167 076,94 €	- 114 973,50 €	
Caixa gerada pelas operações	+/-	<b>1 467 055,79 €</b>	<b>572 377,75 €</b>	
Outros recebimentos / pagamentos	+	- 459 236,85 €	- 308 939,68 €	
	-			
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(a)</b>	<b>+/-</b>	<b>1 007 818,94 €</b>	<b>263 438,07 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis	-	- 3 162 790,87 €	- 1 933 467,22 €	
Ativos intangíveis	-	- 25 865,12 €	- 23 370,00 €	
Propriedades de investimento				
Investimentos financeiros	-			
Outros ativos	-			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis	+	56 260,00 €	30 037,11 €	
Ativos intangíveis	+			
Propriedades de investimento	+			
Investimentos financeiros	+			
Outros ativos	+			
Subsídios ao investimento	+	232 521,39 €	731 090,56 €	
Transferências de capital	+	2 175 660,00 €	1 747 621,94 €	
Juros e rendimentos similares	+			
Dividendos	+			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(b)</b>	<b>+/-</b>	<b>- 724 214,60 €</b>	<b>551 912,39 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos	+	1 217 000,00 €		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+			
Cobertura de prejuízos	+			
Doações	+			
Outras operações de financiamento	+			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	-	- 267 653,38 €	- 272 339,34 €	
Juros e gastos similares	-	- 76 620,17 €	- 92 606,17 €	
Dividendos	-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-			
Outras operações de financiamento	-			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(c)</b>		<b>872 726,45 €</b>	<b>- 364 945,51 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(a)+(b)+(c)</b>		<b>1 156 330,79 €</b>	<b>450 404,95 €</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		+/-		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		+/-	2 010 164,64 €	1 559 759,69 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		+/-	3 166 495,43 €	2 010 164,64 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>				
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			<b>2 010 164,64 €</b>	<b>1 559 759,69 €</b>
- Equivalentes a caixa no início do período				
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior			<b>2 010 164,64 €</b>	<b>1 559 759,69 €</b>
De execução orçamental			2 006 541,67 €	1 557 580,48 €
De operações de tesouraria			3 622,97 €	2 179,21 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			<b>3 166 495,43 €</b>	<b>2 010 164,64 €</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período				
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo da gerência seguinte			3 166 495,43 €	2 010 164,64 €
De execução orçamental			3 164 780,09 €	2 006 541,67 €
De operações de tesouraria			1 715,34 €	3 622,97 €



Município de Arraiolos

IV.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)</b>	23	32 258 465,42 €	317 624,83 €	-1 467 209,95 €	14 546 474,37 €	-1 067 345,52 €	44 588 009,15 €	44 588 009,15 €
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)</b>	23			-1 067 345,52 €	850 228,20 €	1 067 345,52 €	850 228,20 €	850 228,20 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização								
Excedentes de revalorizações e respetivas variações								
Transferências e subsídios de capital	23				2 175 660,02 €		2 175 660,02 €	2 175 660,02 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23			-1 067 345,52 €	-1 325 431,82 €	1 067 345,52 €	-1 325 431,82 €	-1 325 431,82 €
Correção de erros materiais								
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)</b>	23					-992 640,42 €	-992 640,42 €	-992 640,42 €
<b>RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)</b>	23					74 705,10 €	-142 412,22 €	-142 412,22 €
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)</b>								
Realizações de capital/património								
Entradas para coberturas de perdas								
Outras operações								
Subscrições de prémios de emissão								
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)</b>		32 258 465,42 €	317 624,83 €	-2 534 555,47 €	15 396 702,57 €	-992 640,42 €	44 445 596,93 €	44 445 596,93 €



## Município de Arraiolos

---

### **V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **V.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico**

##### **V.1.1 Identificação da entidade e período de relato**

**Designação:** Município de Arraiolos

**Endereço:** Praça do Município, n.º 27 – 7040-027 Arraiolos

**NIF:** 501258027

**Período de relato:** 01-01-2025 a 31-12-2025

A Informação relativa ao Município, no período de relato, encontra-se referenciada no ponto I.1 Estrutura Política e I.2 Estrutura Organizacional, do Relatório.

Como referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras, foi adotado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).



## Município de Arraiolos

---

### **V.1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras constituídas pelo balanço, demonstrações dos resultados por natureza, a demonstração das alterações do património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e os anexos foram preparadas de acordo com o pressuposto do regime do acréscimo e da continuidade, no qual os artigos são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam os critérios de reconhecimento em conformidade com a estrutura conceptual.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ao Município nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicasse a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.



**Município de Arraiolos**

**V.1.3 Rubrica de caixa e em depósitos bancários**

A desagregação dos valores inscritos na Rubrica Caixa e Depósitos no Balanço em 31 de dezembro de 2025, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

<b>Nota 1 Desagregação da Caixa e Depósitos</b>			
<b>Conta</b>	<b>Designação</b>	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
11	Caixa	2 467,03 €	1 841,05 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	3 164 028,40 €	2 008 323,59 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>3 166 495,43 €</b>	<b>2 010 164,64 €</b>

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria são os seguintes:

<b>Designação</b>	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
- Execução orçamental	3 164 780,09 €	2 006 541,67 €
- Operações de tesouraria	1 715,34 €	3 622,97 €
<b>Saldo da gerência</b>	<b>3 166 495,43 €</b>	<b>2 010 164,64 €</b>



## Município de Arraiolos

---

### **V.2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

#### **V.2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

#### **Informação comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

#### **Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e Agregação**



## **Município de Arraiolos**

---

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

### **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

### **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Arraiolos continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17 de abril de 2026, data em que foram submetidas para aprovação na próxima reunião do Órgão Executivo.

## **V.2.2 Principais políticas contabilísticas**

### **V.2.2.1 Ativos fixos tangíveis**

#### **Mensuração Inicial**

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.



## Município de Arraiolos

---

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada da seguinte forma:

- Bens Imóveis - ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis - ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 - doações obtidas - em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

### **Mensuração Subsequente (infraestruturas + VPT)**

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.



## Município de Arraiolos

---

### **Custos Subsequentes**

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente - reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares - os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) - os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve serdes reconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

### **Vida útil**

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2 (CC2) para as aquisições ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2020. Para as aquisições anteriores mantiveram-se as utilizadas anteriormente, de acordo com o CIBE, com exceção dos bens relativos a infraestruturas, os quais foram objeto de correção para que as depreciações acumuladas ficassem equivalentes às apuradas com as vidas úteis apresentadas no CC2.



## **Município de Arraiolos**

---

Para os bens de domínio público migrados foi atribuída metade da vida útil definida em CC2, com efeitos partir de 1 de janeiro de 2020, com exceção dos bens relativos ao saneamento básico, aos quais foi atribuída a vida útil total definida no CC2.

### **Método de Depreciação**

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

### **Valor Residual**

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

### **Imparidade**

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.



## Município de Arraiolos

---

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação/ amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

### **Desreconhecimento**

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação);  
ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda - aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens;
- Por celebração de uma locação financeira - aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determina dos como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

### **V.2.2.2 Propriedades de investimento**

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.



## **Município de Arraiolos**

---

Se existentes, as propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

### **V.2.2.3 Ativos intangíveis**

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

### **Mensuração Inicial**

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

### **Mensuração Subsequente**



## Município de Arraiolos

---

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

### **Vida Útil**

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil.

As taxas de amortização utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2 para as aquisições ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2020. Para as aquisições anteriores mantiveram-se as utilizadas anteriormente, de acordo com o CIBE.

### **Método de amortização**

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

### **Imparidade**

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

### **Desreconhecimento**

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação);  
ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

#### **V.2.2.4 Acordos de concessão de serviços: Concedente**

Os ativos construídos, melhorados ou adquiridos pelos concessionários no âmbito de acordos de concessão de serviços, reconhecidos inicialmente ou por reclassificação numa



## Município de Arraiolos

---

classe de ativos separada, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma qualquer de interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

No que diz respeito ao controlo do preço, recorrendo supletivamente à norma internacional de contabilidade pública que versa sobre os acordos de concessão de serviços (IPSAS 32), constata-se que apesar da alínea a) do ponto 9 referir que "*O concedente controla ou regula quais os serviços que o operador deve prestar com o ativo, a quem os deve prestar e a que preço.*", o guia de aplicação da IPSAS 32 providencia informação adicional, que na NCP 4 é omissa, indicando que o controlo ou regulação pode ser efetuada por um regulador em nome do concedente, não sendo nesse caso exigido o controlo total sobre o preço, sendo suficiente que o mesmo seja estabelecido pelo regulador.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 - Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando o Município reconhece um ativo de concessão de serviços nas circunstâncias acima descritas, deve reconhecer também um passivo. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário.

A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato.

Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

- Efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do "passivo financeiro"), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;



## Município de Arraiolos

---

- Compensar o concessionário por outro meio (o modelo de "atribuição de um direito ao concessionário"), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação ("modelo misto"), a contabilização segue a divisão do acordo.

Nos casos em que o concessionário pague rendas ao Município e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de revenue sharing, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis a que o Município tem direito, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

### **V.2.2.5 Locações**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

### **V.2.2.6 Participações financeiras**

As participações financeiras são registadas inicialmente a preço de compra incluindo quaisquer encargos atribuíveis para colocar a participação à disposição.



## Município de Arraiolos

---

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

O Município seguirá o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, já que no presente essa participação se cinge à participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM), subconta 41.4.1.1 no montante de 312.336,00 €.

### **V.2.2.7 Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.



## Município de Arraiolos

---

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

### **V.2.2.8 Inventários**

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

### **V.2.2.9 Instrumentos financeiros**

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo



## Município de Arraiolos

---

financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu antechecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem: Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar e Financiamentos obtidos.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

### **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.



## Município de Arraiolos

---

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber .

### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

### **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo não corrente, na parte em que a Entidade tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, e como passivos correntes as quantias que se vencem até 12 meses da data deste relato.

Relativamente aos financiamentos obtidos, foram capitalizados juros dos empréstimos com projetos ainda em curso. O valor dos juros imputados foi proporcional ao valor financiado para o respetivo projeto. Esta capitalização foi efetuada para:

- Empréstimo de 548.020,00 € da Caixa Geral de Depósitos, na parte proporcional ao projeto de “Remodelação de Antiga Escola para Construção de Casa Mortuária”, uma vez que o outro projeto (“Construção de Pista de Atletismo no Campo Cunha Rivara”) incluído neste empréstimo já se encontra concluído.

### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

### **V.2.2.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:



## Município de Arraiolos

---

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecidas.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### **V.2.2.11 Regime do acréscimo**

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de



## Município de Arraiolos

---

transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Arraiolos, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14 - Vendas e prestações de serviços.

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

### **V.2.2.12 Acontecimentos após a data do relato**

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os



## Município de Arraiolos

---

eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas (Nota 17).

### **V.2.2.13 Julgamentos e estimativas**

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

### **V.2.2.14 Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de Arraiolos mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos



## **Município de Arraiolos**

---

de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo as demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### **V.2.2.15 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.**

Não existem.



## V. 3 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Nota 3 - Ativos Intangíveis

#### 3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

##### a. Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos em 2025, pelo valor de 25.865,15 €, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações. Durante o exercício não foram adquiridos ativos intangíveis em curso. O valor bruto dos ativos intangíveis e intangíveis em curso, totaliza no final do exercício 507.278,53 €.

##### b. Método de amortização

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 26.953,28 €, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 438.547,73 €.

##### c. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As Fichas de Cadastro estão atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

##### d. Quantia escriturada bruta e líquida

No final do exercício o valor escriturado passou de 69.818,96 € para 68.730,80 €. Encontram-se em uso 396.957,91 € de ativos intangíveis totalmente amortizados, que correspondem a “44.3 - Programas de computador e sistemas de informação”.



Município de Arraiolos

Os quadros infra evidenciam os valores da análise efetuada na presente Nota.

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441 Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
442 Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Programas de computador e sistemas de informação	451 961,05 €	411 594,45 €	- €	40 366,60 €	477 826,17 €	438 547,73 €	- €	39 278,44 €
444 Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
446 Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
454 Ativos intangíveis em curso	29 452,36 €	- €	- €	29 452,36 €	29 452,36 €	- €	- €	29 452,36 €
<b>TOTAL</b>	<b>481 413,41 €</b>	<b>411 594,45 €</b>	<b>- €</b>	<b>69 818,96 €</b>	<b>507 278,53 €</b>	<b>438 547,73 €</b>	<b>- €</b>	<b>68 730,80 €</b>

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações					Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período		Diminuições
440 Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441 Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
442 Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Programas de computador e sistemas de informação	40 366,60 €	25 865,12 €	- €	- €	- €	- 26 953,28 €	- €	39 278,44 €
444 Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
446 Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
454 Ativos intangíveis em curso	29 452,36 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	29 452,36 €
<b>TOTAL</b>	<b>69 818,96 €</b>	<b>25 865,12 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 26 953,28 €</b>	<b>- €</b>	<b>68 730,80 €</b>

Q 3.2A - AI - desagregação das adições										
Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441 Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
442 Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Programas de computador e sistemas de informação	- €	25 865,12 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	25 865,12 €
444 Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
446 Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
454 Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>- €</b>	<b>25 865,12 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>25 865,12 €</b>

Q 3.2B - AI - desagregação das diminuições					
Rubricas	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €
441 Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €
442 Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €
443 Programas de computador e sistemas de informação	- €	- €	- €	- €	- €
444 Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €
446 Outros	- €	- €	- €	- €	- €
454 Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>



## Município de Arraiolos

---

### **Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, bem como, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 182/95 e no Decreto-Lei n.º 184/95, ambos de 27 de julho, o Município de Arraiolos, enquanto concedente, celebrou com a E-Redes enquanto concessionário o contrato de concessão para exploração da energia elétrica em baixa.

A renda devida ao concessionário encontra-se estabelecida na Portaria n.º 437/2001, de 28 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro.

De igual forma o contrato, estabelece a eventual indemnização devida pelo Município em caso de resgate ou ou extinção por decurso do prazo contratual, cujo valor corresponde ao valor contabilístico líquido dos bens afetos à concessão.

O contrato foi estabelecido por prazo de 20 anos, pelo que o mesmo deveria ter terminado em dezembro de 2021. Contudo face ao arrastamento do lançamento do novo concurso, cuja responsabilidade cabe ao Governo, o contrato tem sido sucessivamente prolongado.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública n.º 4 no parágrafo n.º 5, são apresentadas as definições de: concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

A mesma NCP, no parágrafo n.º 6, indica que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Ainda, nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

Com a entrada em vigor do SNC-AP e após a receção em maio de 2023 dos dados relativos aos ativos integrados na concessão, foi entendimento do Município e validado pelo revisor, o reconhecimento nas contas da autarquia, do valor dos respetivos ativos, bem como do valor passivo inerente ao contrato.

Em 2025 o procedimento adotado foi alterado devido à “Orientação Técnica n.º 1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa





## Município de Arraiolos

Quadro Concessões BT - Imobilizado Bruto									
DDCC									
0702 Évora - Arraiolos									
Ano de 2025									
Unidade: euros									
Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
<b>Imobilizado Intangível Regulado</b>	3 004 439,70	5 134 216,74	8 138 656,44	1 345 651,42	1 418 475,66	2 764 127,08	8 138 656,44	2 764 127,08	5 374 529,36
<b>Imobilizado Intangível Regulado aceite</b>	2 860 338,68	4 872 976,54	7 733 315,22	1 285 598,45	1 417 430,55	2 703 029,00	7 733 315,22	2 703 029,00	5 030 286,22
<b>Imobilizado Intangível Regulado não aceite</b>	144 101,02	261 240,20	405 341,22	60 052,97	1 045,11	61 098,08	405 341,22	61 098,08	344 243,14
<b>Específico em BT</b>	3 004 439,70	5 134 216,74	8 138 656,44	1 345 651,42	1 418 475,66	2 764 127,08	8 138 656,44	2 764 127,08	5 374 529,36
Postos Transformação e Seccionamento	1 380 592,52	2 745 244,97	4 125 837,49	364 334,28	389 972,84	754 307,12	4 125 837,49	754 307,12	3 371 530,37
Redes aéreas	936 286,80	947 120,59	1 883 407,39	561 334,83	322 438,04	883 772,87	1 883 407,39	883 772,87	999 634,52
Redes subterrâneas	133 219,33	394 170,79	527 390,12	89 345,91	232 740,37	322 086,28	527 390,12	322 086,28	205 303,84
Chegadas aéreas	62 145,86	113 401,56	175 547,42	38 471,29	65 995,23	104 466,52	175 547,42	104 466,52	71 080,90
Chegadas subterrâneas	68 092,81	250 942,96	319 035,77	35 320,15	200 618,85	235 939,00	319 035,77	235 939,00	83 096,77
Contadores e acessórios	217 962,35	56 724,96	274 687,31	61 325,97	228,44	61 554,41	274 687,31	61 554,41	213 132,90
Contadores	142 384,01	10 674,63	153 058,64	60 052,97	112,71	60 165,68	153 058,64	60 165,68	92 892,96
Outro equipamento	75 578,34	46 050,33	121 628,67	1 273,00	115,73	1 388,73	121 628,67	1 388,73	120 239,94
Iluminação pública	203 952,13	376 045,34	579 997,47	195 518,99	205 549,49	401 068,48	579 997,47	401 068,48	178 929,99
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	592,81	-	592,81	-	-	-	592,81	-	592,81
Outras Funcionalidades	470,89	-	470,89	-	-	-	471	-	471
Função Medição	121,92	-	121,92	-	-	-	122	-	122
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015) <sup>a)</sup>	1 595,09	250 565,57	252 160,66	-	932,40	932,40	252 161	932	251 228
<b>Total Específico em BT aceite</b>	2 860 338,68	4 872 976,54	7 733 315,22	1 285 598,45	1 417 430,55	2 703 029,00	7 733 315,22	2 703 029,00	5 030 286,22
<b>Total Específico em BT não aceite</b>	144 101,02	261 240,20	405 341,22	60 052,97	1 045,11	61 098,08	405 341,22	61 098,08	344 243,14
<b>TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)</b>	3 004 439,70	5 134 216,74	8 138 656,44	1 345 651,42	1 418 475,66	2 764 127,08	8 138 656,44	2 764 127,08	5 374 529,36
<b>TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)</b>	3 004 439,70	5 134 216,74	8 138 656,44	1 345 651,42	1 418 475,66	2 764 127,08	8 138 656,44	2 764 127,08	5 374 529,36

Quadro Concessões BT - Amortização dos Imobilizados									
DDCC									
0702 Évora - Arraiolos									
Ano de 2025									
Unidade: euros									
Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
<b>Imobilizado Intangível Regulado</b>	3 004 439,70	2 736 074,09	5 740 513,79	1 345 651,42	855 799,25	2 201 450,67	5 740 513,79	2 201 450,67	3 539 063,12
<b>Imobilizado Intangível Regulado aceite</b>	2 860 338,68	2 653 020,24	5 513 358,92	1 285 598,45	855 410,34	2 141 008,79	5 513 358,92	2 141 008,79	3 372 350,13
<b>Imobilizado Intangível Regulado não aceite</b>	144 101,02	83 053,85	227 154,87	60 052,97	388,91	60 441,88	227 154,87	60 441,88	166 712,99
<b>Específico em BT</b>	3 004 439,70	2 736 074,09	5 740 513,79	1 345 651,42	855 799,25	2 201 450,67	5 740 513,79	2 201 450,67	3 539 063,12
Postos Transformação e Seccionamento	1 380 592,52	1 500 443,60	2 881 036,12	364 334,28	254 792,30	619 126,58	2 881 036,12	619 126,58	2 261 909,54
Redes aéreas	936 286,80	511 700,70	1 447 987,50	561 334,83	208 469,49	769 804,32	1 447 987,50	769 804,32	678 183,18
Redes subterrâneas	133 219,33	228 439,15	361 658,48	89 345,91	141 001,22	230 347,13	361 658,48	230 347,13	131 311,35
Chegadas aéreas	62 145,86	55 708,83	117 854,69	38 471,29	34 203,99	72 675,28	117 854,69	72 675,28	45 179,41
Chegadas subterrâneas	68 092,81	142 751,10	210 843,91	35 320,15	109 335,92	144 656,07	210 843,91	144 656,07	66 187,84
Contadores e acessórios	217 962,35	25 104,60	243 066,95	61 325,97	25,60	61 351,57	243 066,95	61 351,57	181 715,38
Contadores	142 384,01	5 771,97	148 155,98	60 052,97	2,77	60 055,74	148 155,98	60 055,74	88 100,24
Outro equipamento	75 578,34	19 332,63	94 910,97	1 273,00	22,83	1 295,83	94 910,97	1 295,83	93 615,14
Iluminação pública	203 952,13	194 644,23	398 596,36	195 518,99	107 584,59	303 103,58	398 596,36	303 104	95 493
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	592,81	-	592,81	-	-	-	592,81	-	592,81
Outras Funcionalidades	470,89	-	470,89	-	-	-	471	-	471
Função Medição	121,92	-	121,92	-	-	-	122	-	122
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015) <sup>a)</sup>	1 595,09	77 281,88	78 876,97	-	386,14	386,14	78 877	386	78 491
<b>Total Específico em BT aceite</b>	2 860 338,68	2 653 020,24	5 513 358,92	1 285 598,45	855 410,34	2 141 008,79	5 513 358,92	2 141 008,79	3 372 350,13
<b>Total Específico em BT não aceite</b>	144 101,02	83 053,85	227 154,87	60 052,97	388,91	60 441,88	227 154,87	60 441,88	166 712,99
<b>TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)</b>	3 004 439,70	2 736 074,09	5 740 513,79	1 345 651,42	855 799,25	2 201 450,67	5 740 513,79	2 201 450,67	3 539 063,12
<b>TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)</b>	3 004 439,70	2 736 074,09	5 740 513,79	1 345 651,42	855 799,25	2 201 450,67	5 740 513,79	2 201 450,67	3 539 063,12



## Município de Arraiolos

Quadro Concessões BT - Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados									
DDCC									
0702 Évora - Arraiolos									
Ano de 2025									
Unidade: euros									
Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/Comparticipações	Valor líquido
<b>Imobilizado Intangível Regulado</b>	-	2 398 142,65	2 398 142,65	-	562 676,41	562 676,41	2 398 142,65	562 676,41	1 835 466,24
<b>Imobilizado Intangível Regulado aceite</b>	-	2 219 956,30	2 219 956,30	-	562 020,21	562 020,21	2 219 956,30	562 020,21	1 657 936,09
<b>Imobilizado Intangível Regulado não aceite</b>	-	178 186,35	178 186,35	-	656,20	656,20	178 186,35	656,20	177 530,15
<b>Específico em BT</b>	-	2 398 142,65	2 398 142,65	-	562 676,41	562 676,41	2 398 142,65	562 676,41	1 835 466,24
Postos Transformação e Seccionamento	-	1 244 801,37	1 244 801,37	-	135 180,54	135 180,54	1 244 801,37	135 180,54	1 109 620,83
Redes aéreas	-	435 419,89	435 419,89	-	113 968,55	113 968,55	435 419,89	113 968,55	321 451,34
Redes subterrâneas	-	165 731,64	165 731,64	-	91 739,15	91 739,15	165 731,64	91 739,15	73 992,49
Chegadas aéreas	-	57 692,73	57 692,73	-	31 791,24	31 791,24	57 692,73	31 791,24	25 901,49
Chegadas subterrâneas	-	108 191,86	108 191,86	-	91 282,93	91 282,93	108 191,86	91 282,93	16 908,93
Contadores e acessórios	-	31 620,36	31 620,36	-	202,84	202,84	31 620,36	202,84	31 417,52
Contadores	-	4 902,66	4 902,66	-	109,94	109,94	4 902,66	109,94	4 792,72
Outro equipamento	-	26 717,70	26 717,70	-	92,90	92,90	26 717,70	92,90	26 624,80
Iluminação pública	-	181 401,11	181 401,11	-	97 964,90	97 964,90	181 401,11	97 964,90	83 436,21
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015a)	-	173 283,69	173 283,69	-	546,26	546,26	173 283,69	546,26	172 737,43
<b>Total Específico em BT aceite</b>	-	2 219 956,30	2 219 956,30	-	562 020,21	562 020,21	2 219 956,30	562 020,21	1 657 936,09
<b>Total Específico em BT não aceite</b>	-	178 186,35	178 186,35	-	656,20	656,20	178 186,35	656,20	177 530,15
<b>TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)</b>	-	2 398 142,65	2 398 142,65	-	562 676,41	562 676,41	2 398 142,65	562 676,41	1 835 466,24
<b>TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)</b>	-	2 398 142,65	2 398 142,65	-	562 676,41	562 676,41	2 398 142,65	562 676,41	1 835 466,24

Dos quadro acima resulta o passivo contingente de 1.835.466,24 no final do exercício de 2025.

Além dos montantes já referidos, o Município recebe e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2024 ascenderam a 494.261,08 € e que são tratados de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

O Município de Arraiolos tem também um contrato de concessão com a AGDA – Águas Públicas do Alentejo, SA, referente ao abastecimento de água e saneamento em alta, desde 13 de agosto de 2009 até 13 de agosto de 2059, contabilizados nas seguintes contas: “43.0.3.6.2. - Sistema de abastecimento de Água em Concessão” e “43.0.3.5.2 – Sistema de Esgotos em Concessão”, respetivamente.



## Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis

### 5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

#### a. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

#### b. Método de depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no classificador complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação. Durante o exercício foram efetuadas depreciações no montante de 2.927.625,21 €, tendo sido anulados 164.505,24 € em resultado do abate dos bens da concessão à E-REDES (conforme explicado na “Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente”). Assim, foram imputados a gastos 2.763.119,97 € relativos às depreciações do exercício, ficando registado um valor acumulado de 71.904.822,86 €.

#### c. As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As Fichas de Cadastro estão atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

#### d. Quantia escriturada bruta e líquida

A 31 de dezembro de 2025 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:



## Município de Arraiolos

Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	2 547 436,59 €	- €		2 547 436,59 €	2 547 436,59 €	- €		2 547 436,59 €
Edifícios e outras construções	1 551 499,31 €	343 049,34 €		1 208 449,97 €	1 587 192,04 €	417 974,43 €		1 169 217,61 €
Infraestruturas	62 067 076,10 €	46 437 429,01 €		15 629 647,09 €	64 312 522,84 €	48 139 037,15 €		16 173 485,69 €
Património histórico, artístico e cultural	564 383,42 €	1 800,00 €		562 583,42 €	612 014,01 €	1 800,00 €		610 214,01 €
Outros	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Bens de domínio público em curso	1 646 321,03 €	- €		1 646 321,03 €	301 303,38 €	- €		301 303,38 €
	<b>68 376 716,45 €</b>	<b>46 782 278,35 €</b>	<b>- €</b>	<b>21 594 438,10 €</b>	<b>69 360 468,86 €</b>	<b>48 558 811,58 €</b>	<b>- €</b>	<b>20 801 657,28 €</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Edifícios e outras construções	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Infraestruturas	10 236 105,49 €	8 062 317,82 €		2 173 787,67 €	2 602 882,91 €	2 534 422,74 €		68 460,17 €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Outros	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €		- €	- €	- €		- €
	<b>10 236 105,49 €</b>	<b>8 062 317,82 €</b>	<b>- €</b>	<b>2 173 787,67 €</b>	<b>2 602 882,91 €</b>	<b>2 534 422,74 €</b>	<b>- €</b>	<b>68 460,17 €</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	5 117 717,02 €	- €		5 117 717,02 €	5 904 887,02 €	- €		5 904 887,02 €
Edifícios e outras construções	25 821 312,96 €	11 594 863,16 €		14 226 449,80 €	26 522 444,33 €	12 131 310,16 €		14 391 134,17 €
Equipamento básico	3 992 371,75 €	3 302 843,07 €		689 528,68 €	4 067 784,58 €	3 451 765,72 €		616 018,86 €
Equipamento de transporte	3 068 150,70 €	2 578 154,73 €		489 995,97 €	3 079 007,42 €	2 737 457,07 €		341 550,35 €
Equipamento administrativo	807 547,04 €	732 607,87 €		74 939,17 €	817 200,27 €	760 679,51 €		56 520,76 €
Equipamentos biológicos	75 681,90 €	8 703,82 €		66 978,08 €	75 681,90 €	17 407,60 €		58 274,30 €
Outros	1 930 668,60 €	1 620 096,81 €		310 571,79 €	1 954 671,28 €	1 712 968,48 €		241 702,80 €
Ativos fixos tangíveis em curso	703 148,13 €	- €		703 148,13 €	1 416 518,31 €	- €		1 416 518,31 €
	<b>41 516 598,10 €</b>	<b>19 837 269,46 €</b>	<b>- €</b>	<b>21 679 328,64 €</b>	<b>43 838 195,11 €</b>	<b>20 811 588,54 €</b>	<b>- €</b>	<b>23 026 606,57 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>120 129 420,04 €</b>	<b>74 681 865,63 €</b>	<b>- €</b>	<b>45 447 554,41 €</b>	<b>115 801 546,88 €</b>	<b>71 904 822,86 €</b>	<b>- €</b>	<b>43 896 724,02 €</b>

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	2 547 436,59 €							2 547 436,59 €
Edifícios e outras construções	1 208 449,97 €		35 692,73 €			- 74 925,09 €		1 169 217,61 €
Infraestruturas	15 629 647,09 €	264 695,67 €	1 980 751,07 €			- 1 701 608,14 €		16 173 485,69 €
Património histórico, artístico e cultural	562 583,42 €	47 630,59 €						610 214,01 €
Outros	- €	- €						- €
Bens de domínio público em curso	1 646 321,03 €	675 260,34 €	- 2 020 277,99 €					301 303,38 €
	<b>21 594 438,10 €</b>	<b>987 586,60 €</b>	<b>- 3 834,19 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 1 776 533,23 €</b>	<b>- €</b>	<b>20 801 657,28 €</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas	2 173 787,67 €					- 176 772,90 €	- 1 928 554,60 €	68 460,17 €
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
	<b>2 173 787,67 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 176 772,90 €</b>	<b>- 1 928 554,60 €</b>	<b>68 460,17 €</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	5 117 717,02 €	810 500,00 €	24 000,00 €				- 47 330,00 €	5 904 887,02 €
Edifícios e outras construções	14 226 449,80 €	533 400,28 €	167 731,09 €			- 536 447,00 €		14 391 134,17 €
Equipamento básico	689 528,68 €	75 412,83 €				- 148 922,65 €		616 018,86 €
Equipamento de transporte	489 995,97 €	10 856,72 €				- 159 302,34 €		341 550,35 €
Equipamento administrativo	74 939,17 €	9 653,23 €				- 28 071,64 €		56 520,76 €
Equipamentos biológicos	66 978,08 €					- 8 703,78 €		58 274,30 €
Outros	310 571,79 €	24 002,68 €				- 92 871,67 €		241 702,80 €
Ativos fixos tangíveis em curso	703 148,13 €	901 267,08 €	- 187 896,90 €					1 416 518,31 €
	<b>21 679 328,64 €</b>	<b>2 365 092,82 €</b>	<b>3 834,19 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 974 319,08 €</b>	<b>- 47 330,00 €</b>	<b>23 026 606,57 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>45 447 554,41 €</b>	<b>3 352 679,42 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 2 927 625,21 €</b>	<b>- 1 975 884,60 €</b>	<b>43 896 724,02 €</b>



## Município de Arraiolos

### Q 5.2A - AFT - desagregação das adições

Rubricas	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>												
Terrenos e recursos naturais												- €
Edifícios e outras construções												- €
Infraestruturas	143 001,41 €	121 694,26 €										264 695,67 €
Património histórico, artístico e cultural		43 130,59 €				4 500,00 €						47 630,59 €
Outros												- €
Bens de domínio público em curso		675 260,34 €										675 260,34 €
	<b>143 001,41 €</b>	<b>840 085,19 €</b>	- €	- €	- €	<b>4 500,00 €</b>	- €	- €	- €	- €	- €	<b>987 586,60 €</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>												
Terrenos e recursos naturais												- €
Edifícios e outras construções												- €
Infraestruturas												- €
Património histórico, artístico e cultural												- €
Ativos fixos em concessão em curso												- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>												
Terrenos e recursos naturais		810 500,00 €										810 500,00 €
Edifícios e outras construções	24 319,51 €	509 080,77 €										533 400,28 €
Equipamento básico		74 912,83 €				500,00 €						75 412,83 €
Equipamento de transporte		10 856,72 €										10 856,72 €
Equipamento administrativo		9 653,23 €										9 653,23 €
Equipamentos biológicos												- €
Outros		24 002,68 €										24 002,68 €
Ativos fixos tangíveis em curso		901 267,08 €										901 267,08 €
	<b>24 319,51 €</b>	<b>2 340 273,31 €</b>	- €	- €	- €	<b>500,00 €</b>	- €	- €	- €	- €	- €	<b>2 365 092,82 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>167 320,92 €</b>	<b>3 180 358,50 €</b>	- €	- €	- €	<b>5 000,00 €</b>	- €	- €	- €	- €	- €	<b>3 352 679,42 €</b>

### Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições						Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>							
Terrenos e recursos naturais							- €
Edifícios e outras construções							- €
Infraestruturas							- €
Património histórico, artístico e cultural							- €
Outros							- €
Bens de domínio público em curso							- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Ativos fixos em concessão</b>							
Terrenos e recursos naturais							- €
Edifícios e outras construções							- €
Infraestruturas					- 1 928 554,60 €		- 1 928 554,60 €
Património histórico, artístico e cultural							- €
Ativos fixos em concessão em curso							- €
	- €	- €	- €	- €	- 1 928 554,60 €	- €	- 1 928 554,60 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>							
Terrenos e recursos naturais	- 47 330,00 €						- 47 330,00 €
Edifícios e outras construções							- €
Equipamento básico							- €
Equipamento de transporte							- €
Equipamento administrativo							- €
Equipamentos biológicos							- €
Outros							- €
Ativos fixos tangíveis em curso							- €
	<b>- 47 330,00 €</b>	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- 47 330,00 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>- 47 330,00 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>- 1 928 554,60 €</b>	<b>- 1 975 884,60 €</b>



## Município de Arraiolos

As diminuições das infraestruturas em concessão, está relacionada com a “Orientação Técnica n.º 1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.)” de 18 de fevereiro de 2025, onde é referido *“Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes e eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.”*

No final do exercício, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis foi de 43.896.724,02 €, verificando-se uma variação negativa de 1.550.830,39 €.

Encontram-se em uso 26.151.034,16 € de ativos fixos tangíveis totalmente amortizados. Trata-se predominantemente de infraestruturas do domínio público, com uma representação de 65,7 % do valor total, conforme evidenciado no quadro seguinte:

<b>Q 5.6 – Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estão em uso</b>	
<b>Conta</b>	<b>Valor 2025</b>
43.0 – Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	17 170 211,82 €
43.2 – Edifícios e outras construções	2 760 425,85 €
43.3 – Equipamento básico	2 727 615,06 €
43.4 – Equipamento de transporte	1 495 525,31 €
43.5 – Equipamento Administrativo	702 999,00 €
43.7 – Outros ativos fixos tangíveis	1 294 257,12 €
<b>Total</b>	<b>26 151 034,16 €</b>



## Município de Arraiolos

---

### **Nota 6 – Locações**

#### **6.1 Locações financeiras – Locatário**

O Município não detém locações financeiras como locatário.

#### **6.2 Locações operacionais – Locatário**

O Município não detém locações operacionais como locatário.



## Município de Arraiolos

### Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

#### a. Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período a que dizem respeito. Porém, nos casos em que os empréstimos são contraídos para financiar a aquisição ou construção de um determinado ativo, estes custos são capitalizados como parte do custo dos ativos que financiam, até ao momento em que entram em funcionamento, ou seja, enquanto ativos em curso.

#### b. Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2025 o Município tinha 9 empréstimos contratados e utilizados, enquadrados no artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, destinados a financiar investimentos.

O quadro seguinte evidencia o valor em dívida dos empréstimos por passivo corrente e não corrente em 2024 e 2025.

Financiamentos	31-12-2025			31-12-2024		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	319 447,20 €	2 331 055,15 €	2 650 502,35 €	267 469,46 €	1 433 686,27 €	1 701 155,73 €
- CGD	243 026,84 €	1 070 177,73 €	1 313 204,57 €	238 069,46 €	1 314 377,13 €	1 552 446,59 €
- BPI	29 775,46 €	90 522,32 €	120 297,78 €	29 400,00 €	119 309,14 €	148 709,14 €
- CCA	46 644,90 €	1 170 355,10 €	1 217 000,00 €	- €	- €	- €
Locações Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>319 447,20 €</b>	<b>2 331 055,15 €</b>	<b>2 650 502,35 €</b>	<b>267 469,46 €</b>	<b>1 433 686,27 €</b>	<b>1 701 155,73 €</b>





## Município de Arraiolos

O Município apenas tem empréstimos de médio e longo prazo, cujo valor em dívida no final do ano 2025 é de 2.650.502,35 €. Complementarmente é prestada a seguinte informação:

- Não existiam encargos vencidos e não pagos, nem juros de mora. Todas as amortizações e respetivos juros foram pagos dentro do prazo contratualizado.
- Conforme já referido anteriormente, relativamente aos financiamentos obtidos, foram capitalizados juros dos empréstimos com projetos ainda em curso. Para o empréstimo de 548.020,00 € os juros foram imputados na parte proporcional ao projeto de “Remodelação de Antiga Escola para Construção de Casa Mortuária”, uma vez que o outro projeto (“Construção de Pista de Atletismo no Campo Cunha Rivara”), incluído neste empréstimo, já se encontra concluído.
- Os empréstimos contratados e utilizados terminam entre 2028 e 2039, de acordo com os valores apresentados no quadro seguinte.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO		Finalidade do Empréstimo	CAPITAL		CAPITAL EM DÍVIDA NO ANO N		Ano em que termina o empréstimo
Número Contrato	Desig. Instituição		Contratado	Utilizado	Em 01.01	Em 31.12	
9015005722891	CGD	Ord. Req. Área Cabouco -2ª Fase - Centro Municipal Feiras e Exposições	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €	193 220,95 €	135 730,37 €	2028
9015005770891	CGD	Núcleo Museológico "Mundo Rural" Vimieiro	300 000,00 €	300 000,00 €	57 966,28 €	40 719,11 €	2028
9015005771691	CGD	Ord. Req. Área Cabouco -1ª Fase – Pavilhão	683 500,00 €	683 500,00 €	132 066,55 €	92 771,74 €	2028
<b>Total ano 2028</b>						<b>269 221,22 €</b>	
3390168830011	BPI	Arraiolos XXI – Qualificação do Espaço Público	412 010,00 €	207 402,00 €	66 651,98 €	53 719,27 €	2029
3390168830010	BPI	Beneficiação do Campo Dr. Cunha Rivara	126 636,00 €	126 636,00 €	40 696,51 €	32 800,03 €	2029
3390168830009	BPI	Construção Parque Escolar, Jardim de Infância e Centro Recursos/Biblioteca e Sala Apoio Prof	122 607,00 €	122 607,00 €	41 360,65 €	33 778,48 €	2029
<b>Total ano 2029</b>						<b>120 297,78 €</b>	
0114/004305/691	CGD	Remodelação para Casa Mortuária da Antiga Escola do Outeiro de São Francisco e Construção de Pista no Campo Cunha Rivara	548 020,00 €	548 020,00 €	365 346,64 €	324 752,56 €	2033
<b>Total ano 2033</b>						<b>324 752,56 €</b>	
501618392	CGD	Construção da Rede Pedonal de Ligação a Equipamentos Públicos	1 100 000,00 €	1 100 000,00 €	803 846,17 €	719 230,79 €	2034
<b>Total ano 2034</b>						<b>719 230,79 €</b>	
501618392	CGD	Realização de investimentos municipais - aquisição de terrenos e edifícios	1 217 000,00 €	1 217 000,00 €	0,00 €	1 217 000,00 €	2039
<b>Total ano 2039</b>						<b>1 217 000,00 €</b>	



## Município de Arraiolos

### Nota 9 - Imparidade de ativos

No exercício de 2025 a entidade reconheceu imparidade nos ativos relativos a clientes, contribuintes e utentes, registados em cobrança duvidosa, cujo montante ascende a 473.861,02 €, com um reforço no exercício no montante de 39.986,97 €.

Para matérias-primas, subsidiárias e de consumo sem rotação há mais de 36 meses houve também um aumento na imparidade reconhecida em exercícios anteriores, tendo-se registado uma variação de 749,96 € (reforço) durante o presente período de relato, perfazendo um total de 10.675,42 € de monos.

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa – Aumentos e diminuições									
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Clientes, contribuintes e utentes	433 874,05 €	39 986,97 €	- €	39 986,97 €	- €	- €	- €	- €	473 861,02 €
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsid. e de consumo	9 925,46 €	749,96 €	- €	749,96 €	- €	- €	- €	- €	10 675,42 €
<b>TOTAL</b>	<b>443 799,51 €</b>	<b>40 736,93 €</b>	<b>- €</b>	<b>40 736,93 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>484 536,44 €</b>

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa				
Ativo	Natureza	31-12-2025		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	639 839,82 €	473 861,02 €	165 978,80 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	835 630,66 €	- €	835 630,66 €
Mercadorias	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	140 137,52 €	10 675,42 €	129 462,10 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	312 336,00 €	- €	312 336,00 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	115 801 546,88 €	- €	115 801 546,88 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	507 278,53 €	- €	507 278,53 €

A conta “21.9.1 – Clientes, contribuintes e utentes”, apresenta um saldo de imparidades acumuladas de 473.861,02 € a 31 de dezembro de 2025. Houve um aumento nas dívidas de cobrança duvidosa (com risco de incobabilidade) do ano 2024 para o ano 2025 no



## Município de Arraiolos

montante de 39.986,97 €, que se justifica pelo aumento das dívidas: de recibos de água e outros serviços prestados (+ 24.908,31 €) e da Autoridade Tributária (+ 15.078,66 €, resultante dos recebimentos em atraso dos contribuintes e relativos aos impostos diretos).

No final do ano 2025 o valor das dívidas da Autoridade Tributária ascendia a 268.248,32 €, conforme discriminado no quadro seguinte (quadro retirado da página eletrónica da AT).

### Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

#### Descrição

Está disponível, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, os valores dos recebimentos em atraso.

Nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respectivas receitas fiscais.

Estes valores poderão ser declarados de forma agregada se cumprirem as regras estipuladas no número 1 do mesmo Artigo. Caso contrário apresenta-se a identificação da dívida. Os valores são referentes a 31/12/2025.

Tendo-se em conta o referido acima:

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2025	IMI	Valores Agregados **	110.674,26
2025	IMT	2010-034347303	13.250,74
2025	IMT	2025-202785033	6.753,49
2025	IMT	Valores Agregados **	9.762,39
2025	IUC	Valores Agregados **	35.166,26
2025	SISA	1/2010	92.641,18

**N.º de Resultados: 6**

\* Os valores de CA e SISA indicados não contemplam eventuais valores em débito que o Município tenha em conta corrente com o Estado no âmbito dos Tributos referidos.

\*\* Nos termos do N.º 1 do Artigo 17.º, Decreto-Lei nº 127/2012



## Município de Arraiolos

### Nota 10 - Inventários

#### a. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

O método de custeio adotado pelo Município é o custo médio ponderado.

O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

#### b. Quantia bruta e líquida do período

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2025 é a seguinte:

Q10.1 - Inventários						
Rubricas	31-12-2025			31-12-2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	140 137,52 €	10 675,42 €	129 462,10 €	122 183,48 €	9 925,46 €	112 258,02 €
<b>TOTAL</b>	<b>140 137,52 €</b>	<b>10 675,42 €</b>	<b>129 462,10 €</b>	<b>122 183,48 €</b>	<b>9 925,46 €</b>	<b>112 258,02 €</b>

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período:

Q10.2 - Inventários: movimentos do período									
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	- €	434 569,86 €	434 569,86 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	112 258,02 €	723 488,86 €	705 534,82 €	- €	749,96 €	- €	- €	- €	129 462,10 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>112 258,02 €</b>	<b>1 158 058,72 €</b>	<b>1 140 104,68 €</b>	<b>- €</b>	<b>749,96 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>129 462,10 €</b>

Os movimentos de inventário no período expressam-se de acordo com o quadro seguinte:

	2025		
	Mercadorias	Matérias Primas Subs. Consumo	Total
Existências iniciais	- €	112 258,02 €	112 258,02 €
Compras	434 569,86 €	723 488,86 €	1 158 058,72 €
Regularização de existências	- €	749,96 €	749,96 €
Existências finais	- €	129 462,10 €	129 462,10 €
<b>Custo das merc.vend.mat.consumidas</b>	<b>434 569,86 €</b>	<b>705 534,82 €</b>	<b>1 140 104,68 €</b>

O quadro infra evidencia o detalhe do CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, que a 31 de dezembro de 2025 ascendia a 1.140.104,68 €.



## Município de Arraiolos

---

### Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

#### a. Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.



**Município de Arraiolos**

A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período é a seguinte:

<b>Q13.1 - Rendimento de transações com contraprestação</b>		
	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
<b>Tipo de transação com contraprestação</b>	<b>Rendimento do período reconhecido</b>	<b>Rendimento do período reconhecido</b>
Prestações de Serviços	1 580 500,81 €	1 664 618,51 €
Venda de bens	320 454,39 €	283 643,00 €
Juros	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	- €	- €
Rendas em propriedades de investimento	- €	- €
Outros rendimentos	17 980,00 €	6 186,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>1 918 935,20 €</b>	<b>1 954 447,51 €</b>

A transação “outros rendimentos” evidencia os ganhos obtidos na alienação de ativos fixos tangíveis (lotes de terreno).

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 13,4 % do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.



Município de Arraiolos

**Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**

**a. Políticas contabilísticas e métodos adotados**

Q14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação					
Tipo de transação sem contraprestação	31-12-2025				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido/Passivo	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	1 827 522,22 €	- €	- €	- €	- €
Impostos indiretos	- €	- €	137,83 €	147,50 €	- €
Taxas	138 032,79 €	- €	8 844,72 €	4 072,76 €	- €
Multas e outras penalidades	15 692,17 €	- €	3,75 €	24,83 €	- €
Transferências sem condição	9 234 044,34 €	2 175 660,00 €	- €	- €	- €
Transferências com condição	- €	0,00 €	185 494,65 €	- €	- €
Legados, ofertas e doações	- €	5 000,00 €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>11 215 291,52 €</b>	<b>2 180 660,00 €</b>	<b>194 480,95 €</b>	<b>4 245,09 €</b>	<b>- €</b>

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências sem condição reconhecidos em resultados abrange os subsídios correntes obtidos que resultam essencialmente das transferências do orçamento de Estado, de Serviços e Fundos Autónomos, e da Administração Local, cujo montante ascende a 9.234.044,34 €..

As transações sem contraprestação com origem em transferências sem condição reconhecidos em património líquido/passivo correspondem a subsídios de capital, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e Artigo 35º, cujo montante ascende a 2.175.660,00 €.

As transações sem contraprestação com origem em transferências com condição incluídas no património líquido/passivo referem-se a subsídios de capital,



## **Município de Arraiolos**

---

efetivamente reconhecidos durante o exercício, de projetos de financiamento em curso, no ano 2025 inexistentes.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.



## Município de Arraiolos

### Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Arraiolos não existem processos judiciais em curso, suscetíveis de gerarem provisões.

Q15.1 - Provisões										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
<b>Provisões</b>										
Processos judiciais em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

O único passivo contingente existente no Município de Arraiolos, encontra-se explicado na “Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente”.



**Município de Arraiolos**

---

No caso dos ativos contingentes, o total encontra-se expresso na declaração de recebimentos em atraso, com os valores divulgados pela AT - Administração Tributária e para efeito do disposto na alínea b) do nº 1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012 - Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso, de 21 de fevereiro, na redação da Lei nº 22/2015, de 17 de março.

<b>Q 15.2 – Ativos contingentes</b>		
<b>Ano</b>	<b>Natureza dos Ativos Contingentes</b>	<b>Recebimentos em atraso (Quantia Exequenda)</b>
2025	IMI	110 674,26 €
	IMT	29 766,62 €
	IUC	35 166,26 €
	SISA	92 641,18 €
<b>Total</b>		<b>268 248,32 €</b>



## Município de Arraiolos

---

### **Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato**

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

O Município de Arraiolos acompanhou a evolução da situação geopolítica associada ao conflito no Médio Oriente, atendendo ao seu potencial impacto na evolução dos preços da energia, combustíveis, bens e serviços, bem como na execução de contratos e empreitadas.

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, e com base na avaliação efetuada, não foram identificados impactos materialmente relevantes que justifiquem ajustamentos adicionais às quantias reconhecidas.

Não obstante, subsiste um contexto de incerteza quanto à evolução futura dos preços e aos seus eventuais efeitos nos custos de funcionamento e de investimento, motivo pelo qual o Município continuará a monitorizar esta situação.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



Município de Arraiolos

**Nota 18 - Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados:

**Ativos Financeiros**

Q18.1 – Ativos Financeiros							
Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2025			31.12.2024	
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	1431.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	41. Se MEP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Subtotais</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Ativos financeiros	<b>Devedores p/transf.sub.emp.bonif.</b>						
	201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	185 494,65 €	0,00 €	185 494,65 €
	203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Clientes, contribuintes e utentes</b>						
	211 - Clientes c/c	145 534,71 €	0,00 €	145 534,71 €	124 119,67 €	0,00 €	124 119,67 €
	213 - Contribuintes	147,50 €	0,00 €	147,50 €	137,83 €	0,00 €	137,83 €
	214 - Utentes	4 097,59 €	0,00 €	4 097,59 €	8 848,47 €	0,00 €	8 848,47 €
	215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	490 060,02 €	473 861,02 €	16 199,00 €	448 282,57 €	433 874,05 €	14 408,52 €
	<b>Outros ativos</b>						
	23802 + 23822 - Pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	24 - Estado e out.ent.públicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 541,63 €	0,00 €	4 541,63 €
	2720+2721 - Dev. por acréscimos	707 257,47 €	0,00 €	707 257,47 €	742 079,14 €	0,00 €	742 079,14 €
	228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	2772 ; 27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas p/ imparidades; 27811	128 373,19 €	0,00 €	128 373,19 €	132 208,29 €	0,00 €	132 208,29 €
	11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	3 166 495,43 €	0,00 €	3 166 495,43 €	2 010 164,64 €	0,00 €	2 010 164,64 €
	<b>41 Participações financeiras</b>	<b>312 336,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>312 336,00 €</b>	<b>312 336,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>312 336,00 €</b>
	<b>Subtotais</b>	<b>4 954 301,91 €</b>	<b>473 861,02 €</b>	<b>4 480 440,89 €</b>	<b>3 968 212,89 €</b>	<b>433 874,05 €</b>	<b>3 534 338,84 €</b>
Instrumentos de património líquido mensurados ao custo	...					0,00 €	
	<b>Subtotais</b>					0,00 €	
<b>Totais</b>		<b>4 954 301,91 €</b>	<b>473 861,02 €</b>	<b>4 480 440,89 €</b>	<b>3 968 212,89 €</b>	<b>433 874,05 €</b>	<b>3 534 338,84 €</b>

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nos “outros ativos financeiros”, os quais incluem as disponibilidades de caixa e bancos.

Os “devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados, à data de 31 de dezembro de 2025 esse valor é nulo.

A dívida de “clientes”, entre 2024 e 2025, teve um aumento de 21.415,04€. O valor global das dívidas referem-se essencialmente a recibos de água.

Houve um aumento nas dívidas de cobrança duvidosa (com risco de incobrabilidade) assim como nas imparidades constituídas, de acordo com o referido com a “Nota 9 – Imparidades de Ativos”, do ano 2024 para o ano 2025. Para os valores em dívida há mais de um ano foi constituída uma imparidade de 100%, enquanto para as dívidas entre um ano e 6 meses foi constituída uma imparidade de 50%.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:



## Município de Arraiolos

<b>Outras contas a receber</b>	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
<b>Ativo corrente</b>		
<b>Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)</b>	<b>707 257,47 €</b>	<b>742 079,14 €</b>
Devedores por acréscimos de rendimentos	707 257,47 €	742 079,14 €
Juros a receber e outros rendimentos financeiros	1 427,61 €	- €
Outros acréscimos de rendimentos	107 681,09 €	85 222,47 €
Impostos e taxas imputados ao período	598 148,77 €	656 856,67 €
<b>Outros devedores</b>	<b>128 373,19 €</b>	<b>132 208,29 €</b>
Devedores por alienação de ativos fixos	265,00 €	3 065,00 €
Outros devedores	128 108,19 €	129 143,29 €
Cauções - Entregues a terceiros	- €	- €
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
Devedores por empréstimos não bonificados	- €	- €
<b>Totais</b>	<b>835 630,66 €</b>	<b>874 287,43 €</b>

Os “juros a receber de outros rendimentos financeiros”, traduzem a especialização dos juros aplicados ao pagamento de impostos diretos, fora de prazo.

Nos “outros acréscimos de rendimentos” foi efetuada a especialização de: recibos de água, transportes e refeições escolares, atividades desportivas e taxa municipal de direitos de passagem.

Na rubrica “impostos e taxas imputados ao período” está refletida a especialização do IMI (Imposto Municipal sobre imóveis) a receber em 2026 e que reporta o exercício de 2025, num montante estimado de 553.790,00 €. Para além da especialização do IMI, foi também efetuada a especialização dos valores do imposto único de circulação, imposto municipal sobre imóveis e derrama, recebidos em janeiro de 2026, mas referentes a dezembro de 2025.

Os “outros devedores” refletem a renda de concessão de iluminação pública referente ao 4º trimestre de 2025 e 2024, respetivamente.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações, as quais se restringem ao Fundo de Apoio Municipal:

<b>Participações Financeiras</b>				
	<b>31-12-2024</b>	<b>Aumento</b>	<b>Redução</b>	<b>31-12-2025</b>
<b>Participações sociais</b>				
Fundo de Apoio Municipal	312 336,00 €	- €	- €	312 336,00 €
Outras participações de capital	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAIS</b>	<b>312 336,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>312 336,00 €</b>



Município de Arraiolos

**Passivos financeiros**

Os credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos, a seguir apresentados na sua desagregação:

Q18.2 – Passivos Financeiros								
Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros		31-12-2025			31-12-2024			
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	<b>Credores p/transf.sub.emp.bonif.</b>						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	441 483,36 €	- €	441 483,36 €	491 413,90 €	- €	491 413,90 €
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		218 - Adiantamento de clientes	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		<b>22 Fornecedores</b>	146 683,34 €	- €	146 683,34 €	82 036,25 €	- €	82 036,25 €
		<b>Outros passivos</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		23 - Pessoal	- €	- €	- €	90,40 €	- €	90,40 €
		24 - Estado e out.ent.públicos	125 572,13 €	- €	125 572,13 €	120 874,29 €	- €	120 874,29 €
		271 - Fornecedores de investimentos	81 006,88 €	- €	81 006,88 €	46 826,91 €	- €	46 826,91 €
		2722 - Cred. por acréscimos	957 150,69 €	- €	957 150,69 €	885 908,00 €	- €	885 908,00 €
		208.+276.+277.+ 2785.+27892. - Credores diversos	194 181,93 €	- €	194 181,93 €	195 591,66 €	- €	195 591,66 €
		- Rendimentos a reconhecer	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		<b>25 Financiamentos obtidos</b>	2 650 502,35 €	- €	2 650 502,35 €	1 701 155,73 €	- €	1 701 155,73 €
		<b>Subtotais</b>	<b>4 596 580,68 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 596 580,68 €</b>	<b>3 523 897,14 €</b>	<b>- €</b>	<b>3 523 897,14 €</b>
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			- €		- €	
		...			- €		- €	
		<b>Subtotais</b>			- €		- €	
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...			- €		- €	
		...			- €		- €	
		<b>Subtotais</b>			- €		- €	
<b>Totais</b>		<b>4 596 580,68 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 596 580,68 €</b>	<b>3 523 897,14 €</b>	<b>- €</b>	<b>3 523 897,14 €</b>	

Do passivo financeiro, 57,7% correspondem a financiamentos obtidos e 20,8% correspondem a credores por acréscimos de gastos que, no essencial, correspondem a férias e subsídio de férias do pessoal, para além de faturas referentes a gastos do exercício, mas registadas no exercício seguinte. Os financiamentos obtidos contemplam a verba dos empréstimos bancários.

Os credores por transferências e subsídios não reembolsáveis, reporta-se ao valor do contrato de eficiência energética com a CIMAC.

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município, enquanto dívidas correntes, e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de capital, assumindo no conjunto um peso de apenas 5 % no passivo financeiro.

O Estado e outras entidades públicas, contemplam a dívida de: retenções de impostos sobre os rendimentos (trabalho dependente, independente e prediais), imposto sobre o valor acrescentado (IVA), contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde (Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social). Todas estas verbas só são passíveis de serem pagas no início de 2026.



## Município de Arraiolos

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

<b>Outras contas a pagar</b>	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
<b>Passivo não corrente</b>		
- <b>Cauções</b>	<b>1 605,16 €</b>	<b>1 605,76 €</b>
- Cauções	1 605,16 €	1 605,76 €
<b>Passivo corrente</b>		
- <b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>957 150,69 €</b>	<b>885 908,00 €</b>
- Remunerações a Liquidar	756 598,97 €	643 641,15 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	11 098,43 €	16 807,96 €
- Outros acréscimos de gastos	189 453,29 €	225 458,89 €
- <b>Outros devedores e credores por transferências e subsídios</b>	<b>190 160,00 €</b>	<b>190 800,00 €</b>
- <b>Credores por subscrições não liberadas</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
- <b>Outros credores</b>	<b>2 416,77 €</b>	<b>3 276,30 €</b>
- Outros credores	2 416,77 €	3 276,30 €
<b>Totais</b>	<b>1 151 332,62 €</b>	<b>1 081 590,06 €</b>
<b>Adiantamentos de Clientes</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>

Os “Credores por acréscimos de gastos” incluem: férias e subsídio de férias do pessoal, juros a liquidar de empréstimos bancários e faturas referentes a gastos do exercício, mas registadas no exercício seguinte.

A verba incluída em “Outros Devedores e Credores por Transferências e Subsídios”, é relativa ao contrato interadministrativo celebrado com o Património Cultural, IP, para recuperação da Torre do Relógio do Castelo de Arraiolos (empreitada em execução).

Nos “Outros Credores” estão incluídas: as operações de tesouraria (imposto de selo, coimas a entregar à GNR...), deslocações e estadas dos membros da Assembleia Municipal e comissões bancárias dezembro/2025.



## Município de Arraiolos

Os financiamentos obtidos agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31-12-2025			31-12-2024		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
<b>Empréstimos financiamento</b>	<b>319 447,20 €</b>	<b>2 331 055,15 €</b>	<b>2 650 502,35 €</b>	<b>267 469,46 €</b>	<b>1 433 686,27 €</b>	<b>1 701 155,73 €</b>
- CGD	243 026,84 €	1 070 177,73 €	1 313 204,57 €	238 069,46 €	1 314 377,13 €	1 552 446,59 €
- BPI	29 775,46 €	90 522,32 €	120 297,78 €	29 400,00 €	119 309,14 €	148 709,14 €
- CCA	46 644,90 €	1 170 355,10 €	1 217 000,00 €	- €	- €	- €
Locações Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>319 447,20 €</b>	<b>2 331 055,15 €</b>	<b>2 650 502,35 €</b>	<b>267 469,46 €</b>	<b>1 433 686,27 €</b>	<b>1 701 155,73 €</b>

Durante o ano 2025, o Município utilizou o valor do novo empréstimo (contratualizado em 2024), no montante de 1.217.000,00 €, e o valor da dívida total de empréstimos passou de 1.701.155,73 € (em 2024) para 2.331.055,15 € (em 2025).

Os quadros seguintes demonstram a capacidade de endividamento do Município, assim como a respetiva margem absoluta:

DÍVIDA TOTAL – APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL										
ENTIDADES	Passivo não corrente (total)	Passivo não corrente - Provisões	Passivo não corrente - Diferimentos	Passivo corrente (total)	Passivo corrente - Diferimentos	Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI	Saldo final de operações de tesouraria	Fundo de Apoio Municipal	Empréstimos bancários excluídos do cálculo	Dívida Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)		(10) = 1-2-3+4-5-6-7-8-9
Município	2 331 055,15 €	- €	- €	2 325 257,08 €	1 016 882,24 €	- €	1 715,34 €	- €	33 778,48 €	3 603 936,17 €
<b>TOTAL</b>	<b>2 331 055,15 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>2 325 257,08 €</b>	<b>1 016 882,24 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 715,34 €</b>	<b>- €</b>	<b>33 778,48 €</b>	<b>3 603 936,17 €</b>

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL									
(MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS)									
Período									Ano
01-01-2025									2025
31-12-2025									
ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Média	Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Valor absoluto				%	
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)	
Município	10 043 745,87 €	10 863 220,79 €	11 908 754,04 €	10 938 573,57 €	16 407 860,35 €	3 603 936,17 €			
<b>Serviços Municipalizados</b>									
<b>Serviços Intermunicipalizados</b>									
<b>Entidades intermunicipais:</b>									
Área Metropolitana									
Comunidade Intermunicipal						22 287,66 €			
<b>Entidades associativas municipais:</b>									
Associações de Freguesias									
Associações de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo						337,13 €			
<b>Empresas locais</b>									
<b>Empresas participadas</b>									
<b>Cooperativas</b>									
<b>Fundações</b>									
<b>Entidades de outra natureza</b>									
<b>TOTAL</b>	<b>10 043 745,87 €</b>	<b>10 863 220,79 €</b>	<b>11 908 754,04 €</b>	<b>10 938 573,57 €</b>	<b>16 407 860,35 €</b>	<b>3 626 560,96 €</b>	<b>-12 781 299,39 €</b>	<b>-0,78</b>	



## Município de Arraiolos

Passivo		
Contas	2025-12-31	2024-12-31
20.2	441 483,36 €	491 413,90 €
20.8	190 160,00 €	190 800,00 €
21.8	- €	- €
22.1	146 683,34 €	82 036,25 €
22.2	- €	- €
22.5	- €	- €
22.6	- €	- €
23.	- €	90,40 €
24.	125 572,13 €	120 874,29 €
25.	2 650 502,35 €	1 701 155,73 €
27.1	81 006,88 €	46 826,91 €
27.5	- €	- €
27.6	- €	- €
27.7	1 605,16 €	1 605,76 €
27.8.5	- €	- €
27.8.9.2	2 416,77 €	3 185,90 €
	<b>3 639 429,99 €</b>	<b>2 637 989,14 €</b>
Excecionado (empréstimos excecionados e saldo operações de tesouraria)	35 493,82 €	44 983,62 €
Entidades Relevantes para o limite da Dívida (CIMAC e AMGAP)	22 624,79 €	46 936,86 €
<b>Endividamento</b>	<b>3 626 560,96 €</b>	<b>2 639 942,38 €</b>
<b>Margem absoluta</b>	<b>12 781 299,39 €</b>	<b>12 614 930,50 €</b>



## Município de Arraiolos

### OUTRAS DIVULGAÇÕES

#### Nota 23 - Alterações no património líquido

Q 30 - Alterações no Património Líquido							
Rubricas	31-12-2024	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31-12-2025
<b>51 - Património</b>	<b>32 258 465,42 €</b>						<b>32 258 465,42 €</b>
<b>55 - Reservas</b>	<b>317 624,83 €</b>						<b>317 624,83 €</b>
- Reservas legais	317 624,83 €						317 624,83 €
- Constituição Loteamentos							- €
- Cedências a título gratuito							- €
- Transferências de outras entidades							- €
<b>56 - Resultados transitados</b>	<b>- 1 467 209,95 €</b>	<b>- 1 067 345,52 €</b>		<b>- €</b>		<b>- €</b>	<b>- 2 534 555,47 €</b>
- Resultados transitados de períodos anteriores	1 875 999,18 €	- 1 067 345,52 €					808 653,66 €
- Resultados transitados Regularizações	- 636 939,22 €			- €			- 636 939,22 €
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	- 2 706 269,91 €						- 2 706 269,91 €
- Ajustamentos de reorganização de operações							- €
- Alteração de políticas contabilísticas							- €
<b>57 - Ajust. em ativos financeiros</b>							<b>- €</b>
- Relacionados com o MEP							- €
<b>59 - Outras variações no património líquido</b>	<b>14 546 474,37 €</b>		<b>- €</b>	<b>3 095 402,92 €</b>		<b>- 2 245 174,72 €</b>	<b>15 396 702,57 €</b>
- Transferências e subsídios de capital	8 137 724,59 €		- €	914 742,92 €		- 990 246,60 €	8 062 220,91 €
- Ativos depreciables	7 792 548,23 €			0,02 €		- 990 246,60 €	6 802 301,65 €
- Ativos não depreciables	345 176,36 €			914 742,90 €			1 259 919,26 €
- Outras transferências, sub. Capital	4 632 264,71 €			2 175 660,00 €		- 1 254 928,12 €	5 552 996,59 €
- FEF Capital	2 419 726,25 €			688 869,00 €		- 486 333,20 €	2 622 262,05 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	2 212 538,46 €			1 486 791,00 €		- 768 594,92 €	2 930 734,54 €
- Doações obtidas	1 759 107,65 €			5 000,00 €			1 764 107,65 €
- Transferências de ativos	17 377,42 €						17 377,42 €
<b>818 - Resultados líquido do exercício</b>	<b>- 1 067 345,52 €</b>	<b>1 067 345,52 €</b>			<b>- 992 640,42 €</b>		<b>- 992 640,42 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44 588 009,15 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>3 095 402,92 €</b>	<b>- 992 640,42 €</b>	<b>- 2 245 174,72 €</b>	<b>44 445 596,93 €</b>

As variações no património líquido no exercício de 2025, apresentam as seguintes operações:

- Transferência do resultado líquido no montante de -1.067.345,52 €, do ano 2024, para resultados transitados;
- Outras variações no património líquido, reconhecimento de subsídios, no montante de 914.742,90 €, refere-se ao valor do FEF capital e Artigo 35º que foi afeto a bens não depreciables;
- Apuramento dos proveitos diferidos de financiamentos, apuramento proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes com um valor líquido em outras alterações do património líquido de -990.246,60 €;
- Transferências de Capital (“Fundo de Equilíbrio Financeiro”-FEF e Artigo 35º) no âmbito da Lei n.º 73/2012, totalizaram 2.175.660,00 €, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos de capital.

No caso do FEF, com o montante anual reconhecido foi de 688.869,00 €, encontra-se por especializar ao longo da vida dos investimentos o valor que permanece no património líquido, no montante de 2.622.262,05 €. Os outros movimentos do FEF capital no valor de -486.333,20 €, o montante de -242.533,09 € diz respeito à



## Município de Arraiolos

---

afetação de bens não depreciables e o montante de -243.800,11 € foi especializado no exercício (do valor afeto a bens depreciables).

No caso do artigo 35º, com o montante anual reconhecido no valor de 1.486.791,00€, encontra-se por especializar ao longo da vida dos investimentos o valor que permanece no património líquido, no montante de 2.930.734,54 €. Os outros movimentos no artigo 35º no valor de -768.594,92 €, o montante de -672.209,81 € diz respeito à afetação de bens não depreciables e o montante de -96.385,11 € foi especializado no exercício (do valor afeto a bens depreciables).

- As doações, no montante de 5.000 €, referem-se a tapeçaria e pinturas doadas ao Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos;
- Reconhecimento do resultado líquido do período de 2025 no valor negativo de 992.640,42€, cuja aplicação a resultados transitados está proposta no relatório de gestão.



Município de Arraiolos

**NOTA 24 – DIFERIMENTOS**

**DIFERIMENTOS ATIVOS**

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2025 e 31/12/2024, são os seguintes:

<b>Diferimentos ativos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Transferências e subsídios concedidos com condições	431 244,05 €	491 413,90 €
Material de escritório	89,28 €	86,66 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	23 137,98 €	24 590,70 €
Medicamentos e artigos para a saúde	396,58 €	323,59 €
Outros materiais diversos de consumo	2 438,96 €	2 597,26 €
Gastos a reconhecer – seguros	1 024,71 €	2 333,20 €
Gastos a reconhecer – outros	68 219,79 €	74 431,94 €
<b>Totais</b>	<b>526 551,35 €</b>	<b>595 777,25 €</b>

O valor de 431.244,05 € nas transferências e subsídios obtidos com condições, refere-se ao contrato da eficiência energética com a CIMAC. Os gastos a reconhecer outros, reflete subsídios (desporto, cadernos escolares, ação social escolar), em que parte do período a que se refere é do ano 2026.

**DIFERIMENTOS PASSIVOS**

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2025 e 31/12/2024, são os seguintes:

<b>Diferimentos passivos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>59 731,55 €</b>	<b>1 647 841,19 €</b>
<b>- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições</b>	<b>59 660,00 €</b>	<b>59 660,00 €</b>
- Cooperação Técnica e financeira	59 660,00 €	59 660,00 €
- FEDER	0,00 €	0,00 €
<b>- Outros</b>	<b>71,55 €</b>	<b>1 588 181,19 €</b>
<b>Totais</b>	<b>59 731,55 €</b>	<b>1 647 841,19 €</b>

O montante de 59.660,00 € corresponde ao valor reconhecido do projeto CRO – Centro de Recolha de Animais, financiado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

O montante de 1.588.181,19 € contabilizado em “Outros”, no ano 2024, evidencia os rendimentos a reconhecer referentes à concessão à E-REDES, bens abatidos em 2025 (explicado na “Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente” do Anexo às Demonstrações Financeiras).



## **Município de Arraiolos**

---

Os outros, com um valor de 71,55 €, no ano 2025, passaram apenas a contabilizar os proveitos diferidos de rendas de edifícios, processados em 2025 mas referentes a 2026.



Município de Arraiolos

**Nota 25 - Rendimentos e ganhos**

<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
70 Impostos, contribuições e taxas	1 981 247,18 €	1 691 188,94 €
71 Vendas	320 454,39 €	283 643,00 €
72 Prestações de serviços e concessões	1 580 500,81 €	1 664 618,51 €
73 Variações nos inventários da produção	- €	- €
74 Trabalhos para a própria entidade	167 320,92 €	249 406,26 €
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	9 234 044,34 €	8 572 060,85 €
76 Reversões	- €	216,04 €
77 Ganhos por aumentos de justo valor	- €	- €
78 Outros rendimentos	1 043 123,96 €	1 331 373,12 €
79 Juros, dividendos e out. rendimentos similares	- €	- €
<b>Totais</b>	<b>14 326 691,60 €</b>	<b>13 792 506,72 €</b>

Durante o ano de 2025 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 14.326.691,60 €, o que representa um acréscimo de 3,9 % face a 2024. No ponto II.2.2 do Relatório de Gestão foi feita a análise dos rendimentos e ganhos.



**Município de Arraiolos**

**Nota 26 - Gastos e perdas**

Durante o ano de 2025 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

<b>GASTOS E PERDAS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
60 Transferências e subsídios concedidos	2 015 024,96 €	1 823 643,12 €
61 Custo das merc. vend. mat. consumidas	1 140 104,68 €	1 188 655,15 €
62 Fornecimentos e serviços externos	3 522 493,38 €	3 378 605,67 €
63 Gastos com o pessoal	5 318 961,34 €	4 978 316,38 €
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 790 073,25 €	3 030 859,26 €
65 Perdas por imparidade	40 736,93 €	10 616,65 €
66 Perdas por redução de justo valor	- €	- €
67 Provisões	- €	- €
68 Outros gastos	434 064,11 €	400 693,66 €
69 Gastos por juros e outros encargos	57 873,37 €	48 462,35 €
<b>Totais</b>	<b>15 319 332,02 €</b>	<b>14 859 852,24 €</b>

Comparativamente com 2024 os gastos e perdas registaram um acréscimo de 3,1%. No ponto II.2.2 do Relatório de Gestão foi feita a análise dos gastos e perdas.



Município de Arraiolos

**Nota 27 - Transferências e Subsídios concedidos**

<b>Q 24 Transferências e subsídios concedidos</b>		
<b>TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Transferências correntes concedidas</b>		
- Estado	34 646,00 €	28 060,40 €
- Serviços e Fundos Autónomos	- €	- €
- Associações de Municípios	22 210,84 €	22 809,91 €
- Freguesias	301 146,50 €	313 347,80 €
- Assembleias distritais	- €	- €
- Outros	- €	- €
- Instituições sem fins lucrativos	753 295,74 €	796 599,94 €
- Municípios	- €	- €
- Famílias	150 950,79 €	143 914,86 €
- Privadas	- €	- €
- Outras	- €	- €
- Prestações sociais	166 691,41 €	97 713,98 €
<b>Subtotal</b>	<b>1 428 941,28 €</b>	<b>1 402 446,89 €</b>
<b>Transferências capital concedidas</b>		
- Municípios	- €	- €
- Associações de Municípios	120 843,48 €	126 951,71 €
- Freguesias	58 766,10 €	74 320,24 €
- Instituições sem fins lucrativos	359 124,10 €	212 836,78 €
- Famílias	47 350,00 €	7 087,50 €
<b>Subtotal</b>	<b>586 083,68 €</b>	<b>421 196,23 €</b>
<b>Totais</b>	<b>2 015 024,96 €</b>	<b>1 823 643,12 €</b>

Do total das transferências concedidas 55,2% foram canalizadas para instituições sem fins lucrativos, 17,9% para as freguesias, 7,1% para Associações de Municípios e 18,1% para apoio às famílias (onde estão incluídas as prestações sociais).



Município de Arraiolos

**Nota 28 - Fornecimentos e serviços externos**

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2025, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Q 27 FSE			
Fornecimentos e serviços externos		2025	2024
<b>621</b>	<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>863 698,04 €</b>	<b>846 945,50 €</b>
	- Serviços de Saneamento básico	0,00 €	0,00 €
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	206 136,88 €	226 351,59 €
	- Tecnologias de informação e comunicação	0,00 €	0,00 €
	- Serv. de alojamento e restauração – outros	64 400,48 €	58 039,39 €
	- Água - Abastecimento Público	0,00 €	0,00 €
	- Espaços de desporto cultura e lazer	0,00 €	0,00 €
	- Limpeza Urbana	12 970,02 €	11 350,30 €
	- Iluminação Pública	0,00 €	0,00 €
	- Transportes Escolares	139 087,41 €	150 633,35 €
	- Transportes outros	0,00 €	0,00 €
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	0,00 €	0,00 €
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	0,00 €	0,00 €
	- Outros	441 103,25 €	400 570,87 €
<b>622</b>	<b>Serviços especializados</b>	<b>1 326 432,50 €</b>	<b>1 079 862,28 €</b>
	- Trabalhos especializados	820 264,19 €	759 625,47 €
	- Publicidade comunicação e imagem	96 451,36 €	86 643,44 €
	- Vigilância e segurança	13 891,17 €	20 410,99 €
	- Honorários	13 200,00 €	21 459,50 €
	- Comissões	13 371,35 €	13 012,10 €
	- Conservação e reparação	369 254,43 €	178 710,78 €
	- Outros serviços especializados	0,00 €	0,00 €
<b>623</b>	<b>Materiais de consumo</b>	<b>145 052,18 €</b>	<b>162 636,78 €</b>
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8,00 €	0,00 €
	- Livros e documentação técnica	0,00 €	100,00 €
	- Material de escritório	21 499,16 €	22 495,60 €
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	26 556,29 €	23 362,60 €
	- Material de educação, cultura e recreio	8 666,53 €	12 904,80 €
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	47 795,05 €	49 527,04 €
	- Medicamentos e artigos para a saúde	1 887,77 €	987,04 €
	- Produtos químicos e de laboratórios	0,00 €	0,00 €
	- Outros fornecimentos e serviços	38 639,38 €	53 259,70 €
<b>624</b>	<b>Energia e fluídos</b>	<b>323 898,52 €</b>	<b>538 753,74 €</b>
	- Eletricidade	323 842,33 €	538 753,74 €
	- Combustíveis e lubrificantes	56,19 €	0,00 €
	- Água	0,00 €	0,00 €
	- Outros	0,00 €	0,00 €
<b>625</b>	<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>13 155,06 €</b>	<b>17 603,78 €</b>
	- Deslocações e estadas	7 532,38 €	13 734,77 €
	- Transportes de pessoal	0,00 €	0,00 €
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	5 622,68 €	3 869,01 €
	- Outros	0,00 €	0,00 €
<b>626</b>	<b>Serviços diversos</b>	<b>850 257,08 €</b>	<b>732 803,59 €</b>
	- Rendas e alugueres	427 052,46 €	375 819,03 €
	- Comunicação	31 186,70 €	33 453,16 €
	- Seguros	41 122,64 €	41 987,95 €
	- Contencioso e notariado	2 368,64 €	1 109,68 €
	- Despesas de representação dos serviços	0,00 €	0,00 €
	- Limpeza, higiene e conforto	0,00 €	0,00 €
	- Outros serviços	348 526,64 €	280 433,77 €
	- Fornecimentos e serviços diversos	0,00 €	0,00 €
<b>Totais</b>		<b>3 522 493,38 €</b>	<b>3 378 605,67 €</b>



## Município de Arraiolos

---

No ano de 2025 verificou-se um aumento nos fornecimentos e serviços externos de 4,3%.

A rubrica subcontratos e parcerias teve um aumento de 2 % relativamente ao ano 2024. De referir, que os outros dentro da rubrica em questão, são essencialmente gastos com espetáculos musicais enquadrados nas diversas iniciativas desenvolvidas pelo Município.

A redução verificada nos transportes escolares, deve-se à implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), através de protocolo estabelecido com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC).

Os trabalhos especializados envolvem serviços de: licenciamento de software, higiene e segurança no trabalho, inspeção periódica de viaturas, atividades extra-curriculares integradas no programa "Aprender para Transformar", saneamento, veterinário, auditoria externa, nutrição, serviço social, aulas de música, apoio ao Gabinete de Inserção Profissional (GIP), impressão, projetos de arquitetura, fiscalização de obras, estudos e pareceres, entre outros serviços. O aumento de 2024 para 2025, baseou-se fundamentalmente, no aumento do valor cobrado pelos serviços de saneamento das Águas Públicas do Alentejo.

Os gastos com a publicidade, comunicação e imagem e a vigilância e segurança são um reflexo das iniciativas desportivas e culturais que foram realizadas durante o ano, nomeadamente: comemoração do 25 de Abril, passeios de cicloturismo, passeio pela ecopista, O Tapete está na Rua, Feira de S. Boaventura, Mostra Gastronómica, Festa da Juventude, entre outros eventos.

Os honorários dizem respeito aos contratos individuais por avença e o respetivo valor teve uma diminuição de 2024 para 2025.

As comissões são referentes a comissões bancárias, que sofreram um ligeiro acréscimo de 2024 para 2025.

A conservação e reparação envolve edifícios e outras infraestruturas, equipamentos e viaturas. Em 2025 houve um acréscimo relativamente a 2024, de 106,6%. Este aumento centra-se fundamentalmente na beneficiação e conservação de edifícios do Estado, cuja empreitada foi efetuada pelo Município: "Recuperação da Torre do Relógio no Castelo" e "Remodelação de Fração do Prédio da Autoridade Tributária e Aduaneira para Adaptação aos Serviços de Registo e do Notariado".

Nos outros fornecimentos e serviços estão contabilizados os materiais de consumo que não se enquadram nas sub contas referidas anteriormente (ex. saquetas de talheres, sacos para recolha amostra de alimentos, flores, lâmpadas, etc).



## **Município de Arraiolos**

---

A rubrica energia e fluídos assim como os serviços de deslocações e estadas tiveram um decréscimo relativamente a 2024, de 39,9% e 25,3 %, respetivamente.

As rendas e alugueres sofreram um aumento pelo facto dos alugueres de som, luz, camarins, tendas, para as diversas atividades culturais realizadas ao longo do ano, terem um valor superior.

Os outros serviços englobam serviços inerentes à realização de eventos (montagem e desmontagem, animação, espetáculos...), encargos de cobrança de receita de impostos cobrados pela Autoridade Tributária, entre outros.



## Município de Arraiolos

### Nota 29 – Gastos com Pessoal

Os gastos com o pessoal incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e outros abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do Município, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O quadro seguinte apresenta resumidamente, os dados referentes aos recursos humanos, ao serviço a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

<b>Q 23.1 Recursos Humanos</b>		
<b>Recursos humanos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Número de trabalhadores no final do período	197	205
Número médio de trabalhadores ao longo do período	201	205
Idade média dos trabalhadores	53	51
Antiguidade média dos trabalhadores	16,5	16,8
Horas de formação totais	574	363
Média de horas de formação por trabalhador	2,91	1,77
Gastos com o pessoal	5 318 961,34	4 978 316,38
Gastos médios por trabalhador	26 999,80	24 284,47
Taxa geral de absentismo	7,70%	9,60%
Total de acidentes de trabalho	11	7
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,06	0,03



## Município de Arraiolos

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Remunerações</b>	<b>4 255 716,47 €</b>	<b>3 966 188,57 €</b>
- Remuneração base	3 041 997,30 €	2 849 496,15 €
- Subsídios de férias	327 567,63 €	268 357,12 €
- Subsídios de Natal	254 424,46 €	240 108,02 €
- Despesas de representação	43 057,22 €	43 232,67 €
- Subsídio de refeição	270 888,00 €	280 458,00 €
- Gratificações e senhas de presença	11 822,03 €	8 268,16 €
- Suplementos e prémios	- €	- €
- Outros suplementos	- €	- €
- Abonos variáveis ou eventuais	305 959,83 €	276 268,45 €
<b>Pensões</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>Indemnizações</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>Encargos s/ Remunerações</b>	<b>965 804,58 €</b>	<b>911 900,60 €</b>
<b>Acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>33 247,56 €</b>	<b>33 297,56 €</b>
<b>Gastos de ação social</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>- €</b>	<b>1 967,12 €</b>
<b>Outros encargos sociais</b>	<b>64 192,73 €</b>	<b>64 962,53 €</b>
<b>Totais</b>	<b>5 318 961,34 €</b>	<b>4 978 316,38 €</b>

Do ano 2024 para 2025 os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 6,8 %, o que se justifica pela atualização dos vencimentos.

Os outros gastos com o pessoal referem-se aos reembolsos das despesas de saúde da ADSE, que por imposição deixaram de ser efetuadas pelo Município e passaram a ser efetuadas diretamente pela ADSE, I.P.

Os outros encargos sociais referem-se a remunerações por doença, pessoal a aguardar aposentação, subsídio familiar a crianças e jovens, e os seus custos foram inferiores em 2025 em cerca de 1,2%.



**Município de Arraiolos**

**Nota 30 – Depreciações**

<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Bens do domínio público	1 788 800,89 €	1 987 801,80 €
Edifícios e outras construções	536 447,00 €	548 924,99 €
Equipamento básico	148 922,65 €	182 065,88 €
Equipamento de transporte	159 302,34 €	166 743,98 €
Equipamento administrativo	28 071,64 €	35 059,00 €
Equipamento biológico	8 703,78 €	8 703,82 €
Outros ativos fixos tangíveis	92 871,67 €	88 161,40 €
Ativos intangíveis	26 953,28 €	13 398,39 €
<b>Totais</b>	<b>2 790 073,25 €</b>	<b>3 030 859,26 €</b>

As depreciações e amortizações apresentam uma diminuição de 240.786,01 € em relação ao ano 2024, o que corresponde a menos 7,9%. Esta diminuição centra-se nos bens de domínio público referentes à concessão à E-REDES, bens abatidos em 2025 (explicado na “Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente” do Anexo às Demonstrações Financeiras).



## Município de Arraiolos

---

### VI - CONTABILIDADE DE GESTÃO

O Município de Arraiolos, em 2025, apresenta a sua Contabilidade de Gestão nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP). Desde a aplicação do SNC-AP que o Município tem vindo, ao longo do tempo, a adaptar a Contabilidade de Gestão de acordo com a Norma de Contabilidade Pública 27.

Devido ao facto das Autarquias Locais terem uma realidade muito homogénea, quer em termos das atividades que desenvolvem assim como dos serviços que prestam, aumenta o grau de complexidade do desenvolvimento da contabilidade de gestão.

Segundo a Norma de Contabilidade Pública 27 do SNC-AP, a contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia, e qualidade) de programas;
- Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

Atendendo ao apuramento dos gastos e rendimentos por Centro Funcionais, foram apurados os valores conforme se discrimina no quadro abaixo:



## Município de Arraiolos

### Rendimentos e Gastos por Funções

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO
<b>98.1</b>	<b>Rendimentos por Funções</b>	<b>14 326 691,60 €</b>
<b>98.1.1</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>1 940 381,56 €</b>
<b>98.1.1.1</b>	<b>Serviços gerais de administração pública</b>	<b>1 940 381,56 €</b>
98.1.1.1.1	Administração geral	1 940 381,56 €
<b>98.1.2</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>1 604 527,19 €</b>
<b>98.1.2.1</b>	<b>Educação</b>	<b>111 628,82 €</b>
98.1.2.1.1	Ensino não superior	111 628,82 €
<b>98.1.2.4</b>	<b>Habituação e Serviços Coletivos</b>	<b>1 444 129,61 €</b>
98.1.2.4.1	Habituação	3 519,24 €
98.1.2.4.2	Ordenamento do território	34 819,18 €
98.1.2.4.3	Saneamento	333 520,55 €
98.1.2.4.4	Abastecimento de Água	595 636,43 €
98.1.2.4.5	Resíduos sólidos	468 167,02 €
98.1.2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	8 467,19 €
<b>98.1.2.5</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>48 768,76 €</b>
98.1.2.5.1	Cultura	14 310,00 €
98.1.2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	34 458,76 €
<b>98.1.3</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>520 848,79 €</b>
98.1.3.2	Indústria e Energia	494 261,08 €
<b>98.1.3.3</b>	<b>Transportes e comunicações</b>	<b>325,90 €</b>
98.1.3.3.1	Transportes rodoviários	325,90 €
<b>98.1.3.4</b>	<b>Comércio e turismo</b>	<b>480,00 €</b>
98.1.3.4.1	Mercados e Feiras	480,00 €
<b>98.1.3.5</b>	<b>Outras funções económicas</b>	<b>25 781,81 €</b>
<b>98.1.4</b>	<b>Outras funções</b>	<b>10 260 934,06 €</b>
98.1.4.2	Transferências entre administrações	10 059 525,98 €
98.1.4.3	Diversas não especificadas	201 408,08 €
<b>98.2</b>	<b>Gastos por Funções</b>	<b>15 319 332,02 €</b>
<b>98.2.1</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>2 861 364,75 €</b>
<b>98.2.1.1</b>	<b>Serviços gerais de administração pública</b>	<b>2 619 993,78 €</b>
98.2.1.1.1	Administração geral	2 619 993,78 €
<b>98.2.1.2</b>	<b>Segurança e ordem públicas</b>	<b>241 370,97 €</b>
98.2.1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	241 370,97 €
<b>98.2.2</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>8 271 518,13 €</b>
<b>98.2.2.1</b>	<b>Educação</b>	<b>1 868 739,54 €</b>
98.2.2.1.1	Ensino não superior	1 612 664,04 €
98.2.2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	256 075,50 €
<b>98.2.2.2</b>	<b>Saúde</b>	<b>40 891,14 €</b>
98.2.2.2.1	Serviços individuais de saúde	40 891,14 €
<b>98.2.2.3</b>	<b>Segurança e acção Sociais</b>	<b>1 056 216,57 €</b>
98.2.2.3.1	Segurança social	5 200,00 €
<b>98.2.2.3.2</b>	<b>Acção social</b>	<b>1 051 016,57 €</b>
98.2.2.4	Habituação e serviços colectivos	2 915 013,71 €
98.2.2.4.1	Habituação	92 463,51 €
98.2.2.4.2	Ordenamento do território	207 946,98 €
98.2.2.4.3	Saneamento	449 634,76 €
98.2.2.4.4	Abastecimento de Água	762 489,03 €
98.2.2.4.5	Resíduos sólidos	491 125,13 €
<b>98.2.2.4.6</b>	<b>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</b>	<b>911 354,30 €</b>
98.2.2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	2 390 657,17 €
98.2.2.5.1	Cultura	1 269 500,97 €
98.2.2.5.2	desporto, Recreio e Lazer	905 449,23 €
98.2.2.5.3	Outras Atividades cívicas e religiosas	215 706,97 €
<b>98.2.3</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>3 402 473,22 €</b>
98.2.3.1	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	6 000,00 €
<b>98.2.3.2</b>	<b>Indústria e Energia</b>	<b>306 296,22 €</b>
98.2.3.3	Transportes e comunicações	1 869 360,37 €
98.2.3.3.1	Transportes rodoviários	1 869 360,37 €
<b>98.2.3.4</b>	<b>Comércio e turismo</b>	<b>1 145 388,20 €</b>
98.2.3.4.1	Mercados e Feiras	301 622,75 €
98.2.3.4.2	Turismo	843 765,45 €
<b>98.2.3.5</b>	<b>Outras funções económicas</b>	<b>75 428,43 €</b>
<b>98.2.4</b>	<b>Outras funções</b>	<b>783 975,92 €</b>
98.2.4.2	Transferências entre administrações	582 355,52 €
98.2.4.3	Diversas não especificadas	201 620,40 €



## Município de Arraiolos

O quadro abaixo resume o peso de cada rendimento ou gasto por função:

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO	%
<b>98.1</b>	<b>Rendimentos por Funções</b>	<b>14 326 691,60 €</b>	<b>100,00%</b>
98.1.1	Funções gerais	1 940 381,56 €	13,54%
98.1.2	Funções sociais	1 604 527,19 €	11,20%
98.1.3	Funções económicas	520 848,79 €	3,64%
98.1.4	Outras funções	10 260 934,06 €	71,62%
<b>98.2</b>	<b>Gastos por Funções</b>	<b>15 319 332,02 €</b>	<b>100,00%</b>
98.2.1	Funções gerais	2 861 364,75 €	18,68%
98.2.2	Funções sociais	8 271 518,13 €	53,99%
98.2.3	Funções económicas	3 402 473,22 €	22,21%
98.2.4	Outras funções	783 975,92 €	5,12%

O total dos rendimentos por funções ascendeu a 14.326.691,60€ e o total dos gastos por funções ascendeu a 15.319.332,02€.

Nos rendimentos por funções, as outras funções, nas quais se destacam as transferências recebidas de administrações, representam 70,2%. As funções gerais e funções sociais (Educação; Habitação e serviços coletivos; Serviços culturais, recreativos e religiosos) tem um peso de 13,5% e 11,2%, respetivamente.

Nos gastos por funções, as funções sociais (Educação; Saúde; Segurança e ação social; Habitação e serviços coletivos; Serviços culturais, recreativos e religiosos) assumem um peso significativo de 54% dos gastos totais por funções. Seguido-se as funções económicas (Indústria e Energia; Transportes e comunicações; Comércio e Turismo) com 22,2% e as funções gerais com 18,7%.

### Análise Comparativa Gastos por Funções (2024/2025)

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Variação 2024/2025 (%)	Variação 2024/2025 (€)
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	2025	2024		
	<b>Gastos por Funções</b>				
98.2.1	Funções gerais	2 861 364,75 €	2 757 693,56 €	3,76%	103 671,19 €
98.2.2	Funções sociais	8 271 518,13 €	7 638 478,51 €	8,29%	633 039,62 €
98.2.3	Funções económicas	3 402 473,22 €	3 686 932,67 €	-7,72%	-284 459,45 €
98.2.4	Outras funções	783 975,92 €	776 747,50 €	0,93%	7 228,42 €
<b>TOTAL</b>		<b>15 319 332,02 €</b>	<b>14 859 852,24 €</b>		

Arraiolos, 17 de abril de 2026



**Município de Arraiolos**

---

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS  
ANO 2025**



## Município de Arraiolos

### VII – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

#### VII.1 DDORC – Demonstração do Desempenho Orçamental

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
(MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS)										
Período	Periodicidade	Mensal							Data	Ano
01-01-2025	Período								31-03-2026	2025
31-12-2025	Acumulados	Sim								
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						TOTAL	2024	
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS				
RA01	Saldo de gerência anterior	2 006 541,67 €					3 622,97 €	2 010 164,64 €	1 559 759,69 €	
RI01	Operações orçamentais [1]	2 006 541,67 €						2 006 541,67 €	1 557 580,48 €	
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais									
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades									
RI03	Operações de tesouraria [A]						3 622,97 €	3 622,97 €	2 179,21 €	
RA02	Receita corrente	13 049 403,53 €		60 639,90 €				13 110 043,43 €	11 908 754,04 €	
R1	Receita fiscal	1 912 181,40 €						1 912 181,40 €	1 521 057,79 €	
R1.1	Impostos diretos	1 912 181,40 €						1 912 181,40 €	1 521 057,79 €	
R1.2	Impostos indiretos									
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde									
R3	Taxas, multas e outras penalidades	146 703,78 €						146 703,78 €	169 121,93 €	
R4	Rendimentos de propriedade	530 065,80 €						530 065,80 €	433 956,73 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	9 124 488,78 €		60 639,90 €				9 185 128,68 €	8 564 337,79 €	
R5.1	Transferências correntes	9 124 488,78 €		60 639,90 €				9 185 128,68 €	8 564 337,79 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	9 124 488,78 €		60 639,90 €				9 185 128,68 €	8 564 337,79 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	9 049 763,00 €		60 639,90 €				9 110 402,90 €	8 458 602,33 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	72 766,90 €						72 766,90 €	101 432,92 €	
R5.1.1.3	Segurança Social									
R5.1.1.4	Administração Regional									
R5.1.1.5	Administração Local	1 958,88 €						1 958,88 €	4 302,54 €	
R5.1.2	Exterior - U E									
R5.1.3	Outras									
R5.2	Subsídios correntes									
R6	Venda de bens e serviços	1 316 257,00 €						1 316 257,00 €	1 192 796,79 €	
R7	Outras receitas correntes	19 706,77 €						19 706,77 €	27 483,01 €	
RA03	Receita de capital	2 279 934,42 €		184 506,97 €				2 464 441,39 €	2 508 749,61 €	
R8	Venda de bens de investimento	56 260,00 €						56 260,00 €	30 037,11 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	2 223 674,42 €		184 506,97 €				2 408 181,39 €	2 478 712,50 €	
R9.1	Transferências de capital	2 223 674,42 €		184 506,97 €				2 408 181,39 €	2 478 712,50 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	2 223 674,42 €		184 506,97 €				2 408 181,39 €	2 478 712,50 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 223 674,42 €		184 506,97 €				2 408 181,39 €	2 415 786,45 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								62 926,05 €	
R9.1.1.3	Segurança Social									
R9.1.1.4	Administração Regional									
R9.1.1.5	Administração Local									
R9.1.2	Exterior - U E									
R9.1.3	Outras									
R9.2	Subsídios de capital									
R10	Outras receitas de capital									
RA04	Receita efetiva [2]	15 359 986,05 €		245 146,87 €				15 605 132,92 €	14 439 838,49 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	30 648,10 €						30 648,10 €	22 334,84 €	
RA05	Receita não efetiva [3]				1 217 000,00 €			1 217 000,00 €		
R12	Receita com ativos financeiros									
R13	Receita com passivos financeiros				1 217 000,00 €			1 217 000,00 €		
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	17 366 527,72 €		245 146,87 €	1 217 000,00 €			18 828 674,59 €	15 997 418,97 €	
ROT1	Operações de tesouraria [B]					78 353,54 €		78 353,54 €	75 884,98 €	



## Município de Arraiolos

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
DA01	Despesa corrente	11 253 489,04 €		60 639,90 €			11 314 128,94 €	11 146 723,84 €
D1	Despesas com o pessoal	5 206 372,48 €					5 206 372,48 €	4 951 575,04 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3 882 114,09 €					3 882 114,09 €	3 718 660,52 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	314 362,45 €					314 362,45 €	274 643,49 €
D1.3	Segurança social	1 009 895,94 €					1 009 895,94 €	958 271,03 €
D2	Aquisição de bens e serviços	4 197 161,81 €		44 899,99 €			4 242 061,80 €	4 318 373,58 €
D3	Juros e outros encargos	76 620,17 €					76 620,17 €	92 606,17 €
D4	Transferências e subsídios correntes	1 455 442,00 €					1 455 442,00 €	1 457 435,91 €
D4.1	Transferências correntes	1 455 442,00 €					1 455 442,00 €	1 457 435,91 €
D4.1.1	Administrações Públicas	412 636,24 €					412 636,24 €	424 947,28 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	34 646,00 €					34 646,00 €	28 060,40 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	377 990,24 €					377 990,24 €	396 886,88 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	806 241,47 €					806 241,47 €	823 101,20 €
D4.1.3	Famílias	236 564,29 €					236 564,29 €	209 387,43 €
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes							
D5	Outras despesas correntes	317 892,58 €		15 739,91 €			333 632,49 €	326 733,14 €
DA02	Despesa de capital	2 680 605,21 €		184 506,97 €	1 217 000,00 €		4 082 112,18 €	2 571 814,12 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 971 740,57 €		184 506,97 €	1 217 000,00 €		3 373 247,54 €	2 154 992,31 €
D7	Transferências e subsídios de capital	521 211,47 €					521 211,47 €	368 807,39 €
D7.1	Transferências de capital	521 211,47 €					521 211,47 €	368 807,39 €
D7.1.1	Administrações Públicas	114 737,37 €					114 737,37 €	140 542,78 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	114 737,37 €					114 737,37 €	140 542,78 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	359 124,10 €					359 124,10 €	221 177,11 €
D7.1.3	Famílias	47 350,00 €					47 350,00 €	7 087,50 €
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital	187 653,17 €					187 653,17 €	48 014,42 €
DA03	Despesa efetiva [5]	13 934 094,25 €		245 146,87 €	1 217 000,00 €		15 396 241,12 €	13 718 537,96 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	267 653,38 €					267 653,38 €	272 339,34 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	267 653,38 €					267 653,38 €	272 339,34 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	14 201 747,63 €		245 146,87 €	1 217 000,00 €		15 663 894,50 €	13 990 877,30 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					80 261,17 €	80 261,17 €	74 441,22 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	3 164 780,09 €				1 715,34 €	3 166 495,43 €	2 010 164,64 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 164 780,09 €					3 164 780,09 €	2 006 541,67 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					1 715,34 €	1 715,34 €	3 622,97 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	1 425 891,80 €			-1 217 000,00 €		208 891,80 €	721 300,53 €
DA10	Despesa primária	13 857 474,08 €		245 146,87 €	1 217 000,00 €		15 319 620,95 €	13 625 931,79 €
DA11	Saldo corrente	1 795 914,49 €					1 795 914,49 €	762 030,20 €
DA12	Saldo de capital	-400 670,79 €			-1 217 000,00 €		-1 617 670,79 €	-63 064,51 €
DA13	Saldo primário	1 502 511,97 €			-1 217 000,00 €		285 511,97 €	813 906,70 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	17 366 527,72 €		245 146,87 €	1 217 000,00 €		18 828 674,59 €	15 997 418,97 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	14 201 747,63 €		245 146,87 €	1 217 000,00 €		15 663 894,50 €	13 990 877,30 €

O Município de Arraiolos iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 2.006.541,67 € e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 3.164.780,09 €. Durante o mesmo período o saldo de operações de tesouraria passou de 3.622,97 € para 1.715,34 €.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 18.828.674,59 €, em que o montante de 245.146,87 € foi proveniente da participação de projetos cofinanciados e 1.217.000,00€ de empréstimo bancário.



## Município de Arraiolos

O valor dos projetos cofinanciados e recebidos em 2025 encontra-se discriminado no seguinte quadro:

Projetos Cofinanciados	Valor
Radar Social	59 652 €
Centros De Acolhimento Turístico E Interpretativos De Évora E Alentejo Central	7 056 €
Requalificação da EB1 de Vimieiro	19 141 €
Rede Pedonal de Ligação de Equipamentos Públicos	131 495 €
Barragem do Divor – Zona de Recreio Público e Náutico	26 652 €
Apetrechamento Informático das EB1s	1 150 €
<b>Total</b>	<b>245 147 €</b>

A despesa total ascendeu a 15.663.894,50 €, da qual foi efetuado o investimento em projetos cofinanciados, no mesmo montante que foi recebido.

Como se pode verificar no DDORC, a despesa efetiva ascendeu a 15.396.241,12 € e a não efetiva 267.653,38 € (amortizações de empréstimos).

Os saldos das rubricas global, corrente, de capital e primário foram respetivamente de 208.891,80 €; 1.795.914,49 €; (-1.617.670,79 €) e 285.511,97€.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, estabelece as designações, que se passam a citar, para que se possa interpretar o DDORC:

- *Receita efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.*
- *Receita de passivos financeiros orçamentais (englobada na receita não efetiva) compreende a receita proveniente da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos.*
- *Receita total corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.*
- *Despesa efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.*



## Município de Arraiolos

---

- *Despesa de passivos financeiros orçamentais (englobada na despesa não efetiva) constituem operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avales ou garantias, bem como os prémios ou descontos que possam ocorrer na amortização dos empréstimos.*
- *Saldo global corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.*
- *Despesa primária corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.*
- *Saldo corrente corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.*
- *Saldo de capital corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.*
- *Saldo primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.*



Município de Arraiolos

VII.2 DOREC – Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Table with columns: Classificação, Designação, Previsões corrigidas, Receitas por cobrar de períodos anteriores, Receitas liquidadas, Receitas anuladas, Receitas cobradas livres, Reembolsos e Restituições, Receitas Cobradas Líquidas, Receita por cobrar no final do período, Grau de Execução Orçamental. Includes a detailed breakdown of revenue items and their execution status.

O quadro da Demonstração da Execução Orçamental da Receita (DOREC), evidencia que o total da receita cobrada teve a seguinte desagregação: 13.110.043,43 € em receita corrente, 3.681.441,39 € em receita de capital, 30.648,10 € em reposições de faturas pagas no ano anterior e 2.006.541,67 € em saldo de gerência anterior.

Analisando a receita corrente pode-se constatar que o maior valor provem das transferências e subsídios correntes com uma percentagem de 70,1 %, onde o peso predominante é das transferências do Orçamento de Estado/2025. Da restante receita corrente, os impostos diretos (IMI, IUC, IMT, derrama) representam 14,6 %, a venda de bens e outros serviços (inclui receita cobrada em recibos de água) 10 % e os rendimentos de propriedade (renda paga pela E-REDES) 4 %, as restantes rubricas têm apenas um peso de cerca de 1,3 %.

Na receita de capital destacam-se as transferências de capital (Orçamento de Estado/2025 e participação de projetos cofinanciados), com um peso de 65,4 %, seguido da receita com os passivos financeiros (empréstimo bancário), com 33,1%. A rubrica das vendas de bens de investimento tem apenas um peso de 1,5% (edifício, terrenos, equipamentos...).

O quadro seguinte permite efetuar uma análise ao grau de execução da receita em 2024 e 2025:



## Município de Arraiolos

Execução Orçamental da Receita anos 2024 e 2025		
	2025	2024
Orçamento Inicial da Receita	17 340 874,00 €	15 320 826,00 €
Previsões corrigidas da Receita	19 559 025,86 €	17 783 406,48 €
Previsões corrigidas da Receita Corrente	13 648 269,00 €	12 421 121,00 €
Previsões corrigidas da Receita Capital	3 872 515,19 €	3 782 305,00 €
Previsões corrigidas de outras Receitas (Reposições abatidas nos pagamentos e saldo de gerência)	2 038 241,67 €	1 579 980,48 €
Receita cobrada Líquida	18 828 674,59 €	15 997 418,97 €
Receita cobrada Líquida Corrente	13 110 043,43 €	11 908 754,04 €
Receita cobrada Líquida Capital	3 681 441,39 €	2 508 749,61 €
Outras Receitas	30 648,10 €	22 334,84 €
Saldo de gerência	2 006 541,67 €	1 557 580,48 €
Grau de execução financeiras das Receitas	96,3%	90,0%
Grau de execução financeiras das Correntes	96,1%	95,9%
Grau de execução financeiras das receitas Capital	95,1%	66,3%

No ano 2025, no global a receita atingiu um grau de execução de 96,3 %, sendo de 96,1 % nas receitas correntes e de 95,1 % nas receitas de capital.

O grau de execução da receita está nos 96,3 %, muito acima dos 85 %, pelo que o Município cumpriu o previsto no n.º 3 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, situação que também se verificou em 2024.



Município de Arraiolos

VII.3 DODES – Demonstração de Execução ao Orçamento da Despesa

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA															
													Período:	01-01-2025	31-12-2025
Classificação	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de Execução Orçamental			
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente		
Rubrica		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)	(9) = (4) - (5)	(10) = (5) - (8)	(11) = (6)/(2)x100	(12) = (7)/(2)x100		
	Despesa corrente	203 942,43 €	13 283 353,00 €	0,00 €	12 342 130,19 €	11 592 645,71 €	203 635,55 €	11 110 493,39 €	11 314 128,94 €	749 484,48 €	278 516,77 €	1,53	83,64		
D1	Despesas com o pessoal	115 849,29 €	5 712 539,00 €	0,00 €	5 335 196,93 €	5 325 473,65 €	115 849,29 €	5 090 523,19 €	5 206 372,48 €	9 723,27 €	119 101,18 €	2,03	89,11		
D11	Remunerações Certas e	46 394,41 €	4 239 303,00 €	0,00 €	3 931 131,53 €	3 931 131,53 €	46 394,41 €	3 835 719,68 €	3 882 114,09 €	0,00 €	49 017,44 €	1,09	90,48		
D12	Remunerações Incertas ou Eventuais	4 140,65 €	376 912,00 €	0,00 €	322 864,84 €	338 055,88 €	4 140,65 €	330 221,80 €	314 362,45 €	4 608,96 €	3 699,43 €	1,10	82,31		
D13	Segurança social	65 314,23 €	1 096 323,00 €	0,00 €	1 081 400,56 €	1 076 286,25 €	65 314,23 €	944 583,73 €	1 009 895,94 €	5 114,23 €	66 390,31 €	5,96	96,16		
D2	Aquisição de bens e serviços	85 583,48 €	5 466 634,00 €	0,00 €	5 069 030,08 €	4 386 355,71 €	85 278,16 €	4 156 783,64 €	4 242 061,80 €	682 674,37 €	144 293,91 €	1,56	76,04		
D3	Juros e outros encargos	0,00 €	125 550,00 €	0,00 €	77 520,17 €	76 620,17 €	0,00 €	76 620,17 €	76 620,17 €	900,00 €	0,00 €	0,00	61,03		
D4	Transferências e subsídios correntes	1 463,74 €	1 585 480,00 €	0,00 €	1 498 588,27 €	1 461 907,37 €	1 463,74 €	1 453 978,26 €	1 455 442,00 €	36 680,90 €	6 465,37 €	0,09	91,71		
D41	Transferências correntes	1 463,74 €	1 585 480,00 €	0,00 €	1 498 588,27 €	1 461 907,37 €	1 463,74 €	1 453 978,26 €	1 455 442,00 €	36 680,90 €	6 465,37 €	0,09	91,71		
D411	Administrações Públicas	0,00 €	443 647,00 €	0,00 €	417 690,09 €	417 690,09 €	0,00 €	412 636,24 €	412 636,24 €	0,00 €	5 053,85 €	0,00	93,01		
D4111	Administração Central - Estado Português	0,00 €	36 000,00 €	0,00 €	34 646,00 €	34 646,00 €	0,00 €	34 646,00 €	34 646,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	96,24		
D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D4113	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D4114	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D4115	Administração Local	0,00 €	407 147,00 €	0,00 €	383 044,09 €	383 044,09 €	0,00 €	377 990,24 €	377 990,24 €	0,00 €	5 053,85 €	0,00	92,84		
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	800,00 €	872 523,00 €	0,00 €	836 276,51 €	808 907,47 €	800,00 €	805 441,47 €	806 241,47 €	29 275,04 €	6 660,00 €	0,09	92,33		
D413	Famílias	663,74 €	269 300,00 €	0,00 €	244 621,67 €	237 315,81 €	663,74 €	235 900,55 €	236 564,29 €	7 305,86 €	751,52 €	0,25	87,60		
D414	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D42	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D5	Outras despesas correntes	1 045,92 €	393 150,00 €	0,00 €	361 794,74 €	342 288,80 €	1 044,36 €	332 588,13 €	333 632,49 €	19 505,94 €	8 656,31 €	0,27	84,60		
D6	Despesa de capital	47 854,11 €	6 275 672,86 €	0,00 €	5 897 640,58 €	4 434 200,50 €	47 854,11 €	4 301 911,45 €	4 349 765,56 €	1 463 380,08 €	84 494,94 €	0,76	68,55		
D61	Aquisição de bens de capital	47 854,11 €	4 874 592,86 €	0,00 €	4 509 051,92 €	3 440 609,39 €	47 854,11 €	3 325 393,43 €	3 373 247,54 €	1 068 442,53 €	67 361,85 €	0,98	68,22		
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	558 200,00 €	0,00 €	547 999,67 €	526 396,93 €	0,00 €	521 211,47 €	521 211,47 €	21 602,74 €	5 185,46 €	0,00	93,37		
D71	Transferências de capital	0,00 €	558 200,00 €	0,00 €	547 999,67 €	526 396,93 €	0,00 €	521 211,47 €	521 211,47 €	21 602,74 €	5 185,46 €	0,00	93,37		
D711	Administrações Públicas	0,00 €	129 100,00 €	0,00 €	126 525,57 €	119 922,83 €	0,00 €	114 737,37 €	114 737,37 €	6 602,74 €	5 185,46 €	0,00	88,88		
D7111	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D7113	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D7114	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D7115	Administração Local	0,00 €	129 100,00 €	0,00 €	126 525,57 €	119 922,83 €	0,00 €	114 737,37 €	114 737,37 €	6 602,74 €	5 185,46 €	0,00	88,88		
D712	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00 €	380 600,00 €	0,00 €	374 124,10 €	359 124,10 €	0,00 €	359 124,10 €	359 124,10 €	15 000,00 €	0,00 €	0,00	94,36		
D713	Famílias	0,00 €	48 500,00 €	0,00 €	47 350,00 €	47 350,00 €	0,00 €	47 350,00 €	47 350,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	97,63		
D714	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D72	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	573 210,00 €	0,00 €	572 935,61 €	199 600,80 €	0,00 €	187 653,17 €	187 653,17 €	373 334,81 €	11 947,63 €	0,00	32,74		
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00		
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	269 670,00 €	0,00 €	267 653,38 €	267 653,38 €	0,00 €	267 653,38 €	267 653,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00	99,25		
	<b>Total:</b>	<b>251 796,54 €</b>	<b>19 599 025,86 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>18 239 770,77 €</b>	<b>16 026 906,21 €</b>	<b>251 489,66 €</b>	<b>15 412 404,84 €</b>	<b>15 663 894,50 €</b>	<b>2 212 864,56 €</b>	<b>363 011,71 €</b>	<b>1,29</b>	<b>78,80</b>		

O grau de execução da despesa foi de 80,1%, enquanto os compromissos assumidos representaram 93,3% do total orçamentado.

As obrigações por pagar atingem 363.011,71€, as quais decorrem do funcionamento normal da atividade do Município.

Do total da despesa executada, 11.314.128,94 € foi despesa corrente e 4.349.765,56 € despesa de capital, a que corresponde respetivamente 72,2 % e 27,8 %.

Na despesa corrente destacam-se as despesas com pessoal, as aquisições de bens e serviços e as transferências/subsídios, respetivamente com 46%, 37,5% e 12,9%.

Nas despesas de capital o maior peso vai para o investimento em bens de capital, com 77,6%, seguido das transferências/subsídios com 12 % e passivos financeiros (amortização de empréstimos) com 6,2%.

A análise ao grau de execução da despesa em 2024 e 2025, pode ser analisada através do seguinte quadro:



**Município de Arraiolos**

<b>Execução Orçamental da Despesa anos 2024 e 2025</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Orçamento Inicial da Despesa	17 340 874,00 €	15 320 826,00 €
Previsões corrigidas da Despesa	19 559 025,86 €	17 783 406,48 €
Previsões corrigidas da Despesa Corrente	13 283 353,00 €	12 432 036,48 €
Previsões corrigidas da Despesa Capital	6 275 672,86 €	5 351 370,00 €
Despesa paga	15 663 894,50 €	13 990 877,30 €
Despesa paga corrente	11 314 128,94 €	11 146 723,84 €
Despesa paga capital	4 349 765,56 €	2 844 153,46 €
Grau de execução financeiras das Despesas	80,1%	78,7%
Grau de execução financeiras das Despesas Correntes	85,2%	89,7%
Grau de execução financeiras das Despesas Capital	69,3%	53,1%

No que se refere à despesa global, em 2025, o grau de execução foi de 80,1%, sendo de 85,2% nas despesas correntes e de 69,3% nas despesas de capital.



Município de Arraiolos

VII.4 DTAS – Dívida a Terceiros por Antiguidade de Saldos

DTAS - DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS													
(MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS)													
Período													
01-01-2025													
31-12-2025													
Designação	Passivo	Dívida Vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em n dias) [C]				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa			
		Curto prazo	Médio/Longo prazo	<90	[90-180]	[180-365]	>365			Curto prazo	Médio/longo prazo	SOMA	
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]	[D]	[E]=[2+3+4]-[D]	[F]=[A]+[C]	[G]=[B]	[H]=[F]+[G]	
Despesas correntes	278 516,77 €	181 903,33 €		96 613,44 €						278 516,77 €		278 516,77 €	
Despesas de pessoal	52 710,87 €	52 710,87 €								52 710,87 €		52 710,87 €	
Remunerações certas e permanentes	49 017,44 €	49 017,44 €								49 017,44 €		49 017,44 €	
Abonos variáveis ou eventuais	3 693,43 €	3 693,43 €								3 693,43 €		3 693,43 €	
SS - Encargos com saúde													
ADSE e outros da AP													
Outros sectores fora da AP													
SS - Contribuições de segurança social	66 390,31 €			66 390,31 €						66 390,31 €		66 390,31 €	
CGA	27 294,92 €			27 294,92 €						27 294,92 €		27 294,92 €	
Segurança social - Regime geral	39 095,39 €			39 095,39 €						39 095,39 €		39 095,39 €	
Outras													
SS - Outras													
SS - Outras													
Aquisições de bens e serviços	144 293,91 €	114 150,78 €		30 143,13 €						144 293,91 €		144 293,91 €	
Aquisições de bens e serviços	144 293,91 €	114 150,78 €		30 143,13 €						144 293,91 €		144 293,91 €	
Juros e outros encargos													
Juros e outros encargos													
Transferências correntes	6 465,37 €	6 385,37 €		80,00 €						6 465,37 €		6 465,37 €	
Administrações públicas	5 053,85 €	5 053,85 €								5 053,85 €		5 053,85 €	
Outras transferências correntes	1 411,52 €	1 331,52 €		80,00 €						1 411,52 €		1 411,52 €	
Subsídios													
Subsídios													
Outras despesas correntes	8 656,31 €	8 656,31 €								8 656,31 €		8 656,31 €	
Outras despesas correntes	8 656,31 €	8 656,31 €								8 656,31 €		8 656,31 €	
Despesas de capital	3 166 241,39 €	66 086,85 €	3 081 746,45 €	18 408,09 €						84 494,94 €	3 081 746,45 €	3 166 241,39 €	
Aquisições de bens de capital	67 361,85 €	48 953,76 €		18 408,09 €						67 361,85 €		67 361,85 €	
Aquisições de bens de capital	67 361,85 €	48 953,76 €		18 408,09 €						67 361,85 €		67 361,85 €	
Transferências de capital	436 429,56 €	5 185,46 €	431 244,10 €							5 185,46 €	431 244,10 €	436 429,56 €	
Administrações Públicas	436 429,56 €	5 185,46 €	431 244,10 €							5 185,46 €	431 244,10 €	436 429,56 €	
Outras transferências de capital													
Aquisição de ativos financeiros													
Aquisição de ativos financeiros													
Reembolsos de passivos financeiros	2 650 502,35 €		2 650 502,35 €								2 650 502,35 €	2 650 502,35 €	
Reembolsos de passivos financeiros	2 650 502,35 €		2 650 502,35 €								2 650 502,35 €	2 650 502,35 €	
Outras despesas de capital	11 947,63 €	11 947,63 €								11 947,63 €		11 947,63 €	
Outras despesas de capital	11 947,63 €	11 947,63 €								11 947,63 €		11 947,63 €	
<b>TOTAL</b>	<b>3 444 758,16 €</b>	<b>247 990,18 €</b>	<b>3 081 746,45 €</b>	<b>115 021,53 €</b>						<b>363 011,71 €</b>	<b>3 081 746,45 €</b>	<b>3 444 758,16 €</b>	

O mapa DTAS demonstra que o Município não tem pagamentos em atraso (há mais de 90 dias), sendo o valor das contas a pagar, no final do 2025, no montante de 363.011,71 €. As dívidas de médio e longo prazo, são dívidas vincendas de financiamentos e do contrato de eficiência energética, cujo montante ascende a 3.081.746,45 €.



Município de Arraiolos

VII.5 DPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Resumo do Montante Anual Executado do DPPI				
	Ano 2025		Ano 2024	
	Euros	%	Euros	%
Instalações municipais e outro equipamento	826 973,73 €	19,0%	505 176,32 €	17,8%
Proteção Civil e luta contra incêndios	37 151,46 €	0,9%	38 057,98 €	1,3%
Educação	17 743,58 €	0,4%	39 229,07 €	1,4%
Saúde	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Segurança e Ação social	490 802,40 €	11,3%	177 835,63 €	6,3%
Habituação e ordenamento do território	1 112 636,39 €	25,6%	879 703,42 €	30,9%
Saneamento	0,00 €	0,0%	33 986,45 €	1,2%
Abastecimento de água	18 358,15 €	0,4%	68 125,46 €	2,4%
Resíduos sólidos	21 689,83 €	0,5%	44 102,92 €	1,6%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	153 202,85 €	3,5%	32 831,47 €	1,2%
Cultura	286 971,74 €	6,6%	41 828,70 €	1,5%
Desporto, Recreio e lazer	394 733,07 €	9,1%	353 012,51 €	12,4%
Infraestruturas Cívicas e Religiosas	37 664,21 €	0,9%	98 442,67 €	3,5%
Agricultura, pecuária e silvicultura	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Indústria e energia	208 641,88 €	4,8%	104 381,27 €	3,7%
Transportes e Comunicações	181 408,06 €	4,2%	56 935,17 €	2,0%
Comércio e Turismo	171 448,90 €	3,9%	13 512,24 €	0,5%
Desenvolvimento Económico	62 932,95 €	1,4%	0,00 €	0,0%
Operações da dívida Autárquica	267 653,38 €	6,2%	272 339,34 €	9,6%
Transferências entre administrações	58 766,10 €	1,4%	74 320,24 €	2,6%
Outras	986,88 €	0,0%	10 332,60 €	0,4%
<b>Total</b>	<b>4 349 765,56 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>2 844 153,46 €</b>	<b>100,0%</b>

No ano 2025, o montante executado do Plano Plurianual de Investimentos foi de 4.349.765,56 €. As áreas com maior execução foram: “Habituação e Ordenamento do território” (arruamentos, loteamentos, requalificação de espaços públicos, aquisição de terrenos para loteamentos) com 25,6 %, “Instalações Municipais e outro Equipamento” (Reabilitação de edifício do Estado para o Instituto dos Registos e Notariado, aquisição e reabilitação de edifícios, equipamentos para edifícios...) com 19% e “Segurança e Ação Social” (apoio na área social a associações do concelho para infraestruturas e equipamentos) com 11,3%.



## Município de Arraiolos

### VII.6 Operações de Tesouraria

ANEXO IV - OPERAÇÕES DE TESOURARIA						
(MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS)						
Período						
02-01-2025						
31-12-2025						
CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	3 622,97 €	78 353,54 €	80 261,17 €	1 715,34 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	3 622,97 €	78 353,54 €	80 261,17 €	1 715,34 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	3 622,97 €	78 353,54 €	80 261,17 €	1 715,34 €

As Operações de Tesouraria referem-se aos valores cobrados pela autarquia com obrigatoriedade de entregar as respetivas importâncias a terceiros.

No final de 2025 o valor ascende a 1.715,34 €, correspondente a: imposto de selo de garantias, cauções recebidas de terceiros e coimas de estacionamento (a entregar à Guarda Nacional Republicana).

Arraiolos, 17 de abril de 2026